

I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Brasília, 13 de agosto de 2004

SOLENIDADE DE ABERTURA

Mestre-de-Cerimônias: Convidamos o Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, para fazer uso da palavra.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Excelentíssimo Senhor Ministro, Ricardo Berzoini; Sra. Maria Inês Barbosa, Secretária Especial em Exercício de Políticas de Promoção da Igualdade Social; Sra. Elizângela dos Santos Araújo, da Executiva Nacional da CUT; Ademar Bertucci, representante do Fórum de Economia Solidária; Ary Moraes Pereira, representante dos trabalhadores; Nelsa Nespolo, representante dos trabalhadores; e José Graziano, Assessor Especial da Presidência da República.

Queridos companheiros e companheiras,

Esta manhã um sonho se realiza. Um sonho que sucessivas gerações de lutadores por uma sociedade mais justa e humana sonharam. O sonho de ver centenas de representantes de empreendimentos, possuídos e dirigidos pelos seus trabalhadores, vindos de todos os estados à capital federal, na presença do Ministro do Trabalho e também do Presidente da República, daqui a pouco, para deliberar sobre o seu futuro, e de certa forma, sobre o futuro do Brasil.

Os empreendimentos de economia solidária se multiplicaram no Brasil nos últimos anos, por efeito da mais grave e longa crise social de nossa história. Durante 22 anos, as únicas coisas que cresceram foram o desemprego e a violência criminosa. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras perderam seus empregos e foram condenados ao subemprego, a atividades precarizadas e a graus variados de pobreza. A eles se somam milhões de jovens que deixaram as escolas e encontraram fechadas para eles as portas das empresas em que esperavam trabalhar. Muitos deles, jovens e trabalhadores, resolveram se unir para tentar recuperar empresas em crise, ou fundar novas, nas periferias das metrópoles, em assentamentos da reforma agrária. E apesar das inúmeras dificuldades, realizam seus objetivos.

Assim, outra economia acontece, demonstrando que, além do desespero e da queda na criminalidade, há alternativa. É o trabalho associado que assume, ao mesmo tempo, as funções de proprietário e de administrador e cria na sociedade capitalista uma economia solidária, na qual ninguém manda e ninguém obedece, ninguém ganha sem trabalhar e ninguém é despedido, mesmo se as vendas diminuem ou os preços dos produtos vendidos caem. Todos suportam as perdas solidariamente.

A economia socialista foi sonhada por muitos, mas a sua construção, na realidade, freqüentemente deu em pesadelos. Esta economia solidária foi, em grande medida, construída empiricamente, à moda do poeta que dizia que o caminho se faz ao caminhar. Ainda hoje, quando desponta como segmento significativo da economia de um grande país, sua construção é aprendida por meio de milhares de experiências compartilhadas e encontros locais ou regionais, e pela ação de agentes de desenvolvimento solidário.

Hoje, esse processo alcança novo patamar com o encontro de empreendimentos de todos os recantos do país, que permitirá o entrelaçamento de pessoas e coletivos para a construção de amizades, intercâmbios e descobertas, alianças e entendimentos. Aos poucos, a economia solidária sai da sombra. A Secretaria Nacional de Economia Solidária, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, começou o mapeamento nacional da economia solidária. Estamos descobrindo que o país tem muito mais economia solidária do que admitia a nossa imaginação. Muitas comunidades indígenas e remanescentes de quilombos, praticam variedades tradicionais de economia solidária. Comunidades do semi-árido nordestino se unem solidariamente para processar o sisal e aperfeiçoar a criação de caprinos e aproveitamento de seus derivados. Na Amazônia, o extrativismo que preserva a floresta, e a defende da exploração predatória, assume formas cooperativas. Fazem o mesmo as artesãs e artesãos do norte a sul, pescadores, garimpeiros, recicladores de resíduos, agricultores familiares, pequenos comerciantes e feirantes etc. Esse I Encontro é um marco nesta que ainda nos vai levar longe.

Enquanto vamos compondo o mapa brasileiro da economia solidária, a economia solidária vai mudando o Brasil.

A difusão das práticas autogestionárias contamina comunidades urbanas e rurais, ensejando a introdução da democracia participativa nas escolas, nas empresas, nas repartições públicas, nas administrações municipais e estaduais. Quando a crise social acabar, a economia solidária não precisará acabar com ela. Quem experimentou uma vez a emancipação no trabalho, não se resigna ao trabalho subordinado, mesmo que seja em troca do salário e da proteção garantida pela legislação trabalhista. A economia solidária veio para ficar, para oferecer a todos a possibilidade de viver os valores democráticos no seio do estado e da sociedade civil. Obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Vamos ouvir uma breve saudação do Sr. Ademar Bertucci, representante das entidades de assessoria aos empreendedores

Ademar Bertucci – Representante das Entidades de Assessoria aos Empreendedores:

Bom dia. Senhores da Mesa, companheiros da economia solidária. Há mais ou menos um ano atrás, estávamos aqui, neste lugar, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Muitos dos que estão aqui hoje vêm dessa caminhada do movimento da economia solidária, que criou o Fórum da Economia Solidária como um instrumento de luta desse movimento. Há um ano atrás, depois de plenárias que aconteceram em 17 estados brasileiros, aqui nós definimos uma Carta de Princípios, que estabelece o que queremos e o que somos como economia solidária. Aqui, há um ano atrás, nós definimos uma plataforma de eixos de lutas para políticas públicas, como forma de interlocução junto ao Estado e ao governo popular. Aqui nós definimos o caráter deste Fórum Brasileiro de Economia Solidária, incluindo, o papel de mediador, de intermediador da nossa plataforma de luta junto ao governo, mas também o papel de instrumento de mobilização brasileira e de fazer emergir o que estamos chamando de economia solidária. Aqui nós definimos a composição da Coordenação Nacional do Fórum e aqui nós definimos a forma de condução desse Fórum.

Neste momento, me cabe, nos poucos minutos que nos reservam nesta Mesa de Abertura comentar, muito rapidamente e muito superficialmente, essa caminhada que resultou na criação do Fórum da Economia Solidária e que, neste momento, significa mais um passo para a consolidação da sua identidade, com o seu segmento principal, que é o segmento dos trabalhadores dos empreendimentos da economia solidária.

Há um ano atrás nós definimos aqui que a Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária seria composta por três segmentos: o segmento dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária; o segmento das organizações de fomento e apoio à economia solidária; e o segmento da rede de gestores públicos, nos espaços do Estado e do governo que se propõem a políticas e programas de economia solidária. Eu devo dizer que, nessa composição e nessa caminhada de um ano, o segmento aqui representado, e hoje não apenas por 17 estados, mas por 20 estados do nosso Brasil, revelou a sua pujança quando propôs, entre outras coisas, este evento. Este evento é que faz com que nós, as organizações de apoio, que tiveram um papel fundamental na mobilização e criação do Fórum, nos coloquemos a serviço da construção desse novo ator histórico na realidade brasileira, que são os trabalhadores da economia solidária.

Eu devo dizer que esse movimento não pretende continuar como se fosse um caso de polícia. Muitos dos nossos empreendimentos, pela sua informalidade ou seu trabalho na rua, como é o caso dos catadores de papel, são muitas vezes acochados pela polícia. Esse movimento não quer ser tratado como caso de polícia. Esse movimento não quer ser entendido também como um caso de assistencialismo e de filantropia social. Nós não estamos querendo mendigar. Esse movimento sequer quer ser compreendido como o segmento da população para a qual o Estado reserva políticas compensatórias.

Hoje, nós sabemos, e o Prof. Paul Singer citou algumas informações de dados, de que a economia solidária, quanto mais a gente coloque essa questão, ela aparece, submerge dos subterrâneos onde nós fomos colocados. A economia solidária hoje representa uma parcela considerável da população dos trabalhadores brasileiros que não estão nos setores formais assalariados. Esse volume de trabalhadores não significa apenas quantidade, significa lutas,

iniciativas, experiências de organização alternativa, de autogestão que vem acontecendo neste país há muitos anos.

Nós podemos dizer que o nosso movimento, enquanto Fórum, é bastante recente. Nós temos apenas um ano. Enquanto articulação nacional das organizações que trabalham com economia solidária também é algo recente. Há três anos é que as organizações nacionais se reuniram para pensar o seu papel num movimento que nasce no Brasil e que tem hoje a referência internacional, que é o Fórum Social Mundial. Foi o Fórum Social Mundial que nos levou, a nós brasileiros, a nos organizarmos para pautar as temáticas ligadas à grande bandeira do Fórum Social Mundial de que um outro mundo é possível. Nós temos levantado a bandeira de que uma outra economia é possível. Mas esse movimento brasileiro já alterou um pouco essa bandeira quando afirma que outra economia acontece. Isso tem acontecido nos subterrâneos, na marginalidade, na pouca possibilidade de evidência. Estamos, de fato, querendo não ser tratados apenas como ações de trabalho e renda compensatória.

Eu gostaria de afirmar aqui que o nosso compromisso na luta da economia solidária é recente, mas é histórico, porque resgata no mundo dos trabalhadores uma bandeira de luta, que é a autogestão, é a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir do seu local de trabalho, com a possibilidade de pensarmos um mundo onde não haja a exploração de patrões e empregados. Nós sabemos que essa luta hoje – cada vez mais necessária, cada vez mais possível e cada vez mais acontecendo – nos leva a nos articularmos para poder fazer frente às nossas redes, cadeias e fóruns, aquilo que nos é justo e meritório. Nós entendemos que a nossa luta e a nossa busca de espaços para que políticas públicas, cada vez mais, nos sejam favoráveis, depende de nós como cidadãos trabalhadores, na perspectiva de que cidadania não se dá, cidadania se conquista. Estamos aqui para isto.

Eu gostaria, nesse rápido histórico, que nos leva a este outro momento histórico de darmos mais um passo, de lembrar, muito rapidamente, porque os companheiros representantes que estão aqui na Mesa o farão. Este encontro que reúne os empreendimentos, num dia vai discutir, por ramos de atividade, a sua capacidade de definir o que se quer de cada ramo e a articulação das cadeias produtivas. No outro dia, vai discutir os sete eixos para aprofundar a nossa plataforma da economia solidária. Eu gostaria de lembrar a importância que significou para o movimento essa nossa conquista, que foi a criação da Secretaria da Economia Solidária, que também tem um ano de existência, e que tem o Prof. Singer, que é uma unanimidade brasileira e internacional da luta dos trabalhadores por sua emancipação.

Eu queria lembrar rapidamente aqui, na linha de finanças solidárias, o que a Secretaria, junto com o Fórum, tem buscado de interlocução, não apenas com o nosso sistema financeiro, que ainda não é solidário, mas nas alternativas de forma de financiamento, na perspectiva da economia solidária. Na linha da legislação que precisamos alterar para se tornar a nosso favor, nós estamos querendo apenas mudanças na constituição de direitos de cooperativismo, estamos querendo que haja possibilidade de um novo marco jurídico que coloque o movimento da economia solidária como um segmento da economia solidária junto do segmento da economia privada, da economia estatal.

No campo das ações de comercialização, produção e consumo, nós temos que avançar e já temos tido iniciativas governamentais que precisam se alargar no processo de comercialização. As nossas feiras, que estão acontecendo em todo o país, estão fazendo não apenas que os nossos produtos possam ser colocados à venda, mas que estão afirmando o movimento da economia solidária, têm cada vez mais, no consumidor solidário, um campo de ampliação do nosso movimento frente à necessidade de avançarmos na visibilidade e na solidariedade dos consumidores.

No processo tecnológico, que tem sido muito desfavorável às tecnologias de autogestão, ou tecnologias apropriadas aos nossos interesses nacionais, temos muito que avançar. Na educação, temos um débito social do Estado para com os nossos empreendimentos, tanto na linha da formação dos nossos empreendedores, mas sobretudo, a partir de experiências que já acontecem nas escolas públicas, no sentido de colocarmos a solidariedade em contraposição aos valores consumistas, individualistas e concorrenciais à nossa perspectiva de um outro mundo.

Na linha da comunicação, estamos trabalhando e queremos, de fato, que este movimento se torne visível e que o Estado nos favoreça, no sentido de ampliar a transparência das iniciativas que acontecem pelo mundo. Sobretudo no nosso último eixo, que é o eixo da organização do movimento da economia solidária, nós temos um compromisso firmado na carta que enviamos ao Lula, há um ano e meio atrás, quando negociávamos a criação da Secretaria da Economia Solidária. Na negociação da criação da Secretaria da Economia Solidária, nós nos comprometemos a avançar com o fórum de intermediação, mas junto com o fórum, já se colocava a necessidade de um Conselho Nacional de Economia Solidária que possa, do ponto de vista do Estado, transformar não apenas aquilo que é uma política deste governo, mas de assegurar a possibilidade de uma política de Estado, onde a discussão do caráter desse Conselho está acontecendo no nosso meio.

Para fechar a nossa discussão, nós entendemos que a luta pela nossa organização também inclui a luta pela criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, onde se possam decidir políticas e recursos públicos para a economia solidária. Sabemos que um Conselho pode chamar a Conferência Nacional de Economia Solidária, tanto quanto o Conselho de Segurança Alimentar o fez, no começo do ano, naquela grande conferência de discussão das políticas de segurança alimentar, assumidas pelo governo a partir dessa grande consulta popular. Nós temos uma bandeira de avançarmos o debate sobre o nosso Conselho também para que, quem sabe no ano que vem, fruto dessas mobilizações e aprofundamento da nossa plataforma, possamos dizer, como luta de cidadãos, que existimos na perspectiva de se criar a possibilidade de uma outra economia que hoje já acontece. Obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Convidamos para uma breve saudação, o Sr. Ary Moraes, representante dos empreendedores rurais.

Ary Moraes – Representante dos Empreendedores Rurais: Bom dia aos companheiros e companheiras da Mesa. Bom dia a todos os companheiros e companheiras da caminhada da economia solidária. Aqui neste auditório, aqui neste encontro, certamente se está representando a democracia econômica, a vanguarda da luta dos trabalhadores para conquistar o seu direito a essa democracia econômica. Enquanto vanguarda desse mundo do trabalho, nós só vamos conseguir consolidar essa democracia política que aí está, com a democracia econômica. Senão, a democracia política passa a ser uma falácia. Só com a democracia econômica é que a gente vai poder romper com a ditadura do capital. Aqui dentro dessa plenária está a vanguarda desse movimento.

Nós temos alguns gargalos que dificultam o avanço do nosso movimento. Um deles é a privatização dos serviços estratégicos do governo. Há setores estratégicos da economia que foram privatizados. Nós precisamos desprivatizar este Estado. Precisamos desatar esse nó para que a gente possa avançar mais ainda com o nosso movimento. Muitos de nós hoje, devido a esse processo que aí está, temos os nossos nomes incluídos no SPC e SERASA. Não conseguimos crédito, não conseguimos pagar nossas contas porque a força do nosso trabalho, enquanto trabalhadores e atores da economia solidária, acaba sendo canalizada para esses setores da economia que sugam todos os nossos recursos.

Nós trabalhadores rurais enfrentamos um caso bem específico – os pedágios. Na nossa região, a cada 10 caixas de alface que produzimos, nós deixamos duas para os capitalistas que estão naquele pedágio. O governo precisa rever isso. Não é possível que a gente continue drenando os nossos recursos e concentrando esses recursos na mão desses capitalistas. Na questão da agroecologia, nós temos repostas também. Respondemos à questão dos transgênicos com a agroecologia, com a agricultura familiar. Ontem na hora do jantar, eu conversava com uma companheira e ela me falava: “Aquela política de preços mínimos da CONAB, dos 2.500 que garante a safra, ainda não chegou”. Então, as políticas públicas não estão chegando. Houve alguns avanços, mas a gente ainda escuta os companheiros reclamando e nós temos que dizer aqui, onde estão os nossos problemas.

Mas nós temos também que construir ações afirmativas. As nossas associações e cooperativas de produtores, junto com cooperativas e associações de consumidores, usando campo e cidade, construindo cadeias produtivas solidárias, vamos conseguir fazer uma trincheira de resistência a toda essa economia que nos estrangula e que nos exclui. É para isso que nós estamos aqui hoje. Conseguimos construir, através das políticas do “Fome Zero”, políticas estruturantes da

economia solidária. Nós podemos dar respostas muito interessantes para o programa “Fome Zero”, como hoje já está acontecendo com os companheiros do Paraná, através das trocas solidárias, através das moedas sociais, rompendo com a entrega da cesta básica e do assistencialismo, fazendo com que esses seres humanos tenham dignidade para que possam, através das trocas e das moedas sociais, comprar sua cesta básica. Podemos dar uma resposta firme na superação da fome e da miséria.

Para encerrar a minha intervenção, nós também damos valor existencial ao fruto do nosso trabalho. Nós não damos apenas valor utilitário ao fruto do nosso trabalho. A todos os seres inanimados e animados deste planeta, nós damos valor existencial e não apenas utilitário. Isso diferencia a economia solidária da economia que está aí, no aspecto do respeito ao meio ambiente. Esse é o nosso diferencial. Nós damos valor existencial ao resultado do nosso trabalho porque tudo dentro deste planeta tem direito a existir.

Para finalizar, eu vou citar uma frase de um grande filósofo indiano, que diz: “Nós seres humanos, sejamos grandes pela nossa ação”. Sejamos grandes pela ação da construção da economia solidária. Muito obrigado.

Mestre-de-Cerimônias: Vamos ouvir a saudação da Sra. Nelsa Inês Fabian Nespolo, representante dos empreendedores urbanos.

Nelsa Inês Fabian Nespolo – Representante dos Empreendedores Urbanos: Bom dia a todas e a todos. É um orgulho muito grande de cada um de nós estar aqui e poder olhar, no rosto de cada um, um pedacinho deste país. Mas, é um pedacinho diferente; é um pedacinho que está construindo um país diferente. Acredito que, no canto do Hino Nacional, nós sentimos hoje um orgulho diferente porque sentimos algo que nos liga de norte a sul do país. Independente de onde estivermos, temos algo em comum sim – nós estamos construindo uma outra economia.

Quem somos nós? Nós atuamos em pequenos empreendimentos, com pouca economia, e atuamos em grandes empreendimentos, com muito dinheiro. Por causa disso, nós queremos que este país olhe a economia solidária com um outro olhar. Nós somos sim um índice do PIB, nós somos sim um número que não é de trabalhadores desempregados, que não é de trabalhadores empregados, mas é um índice de trabalhadores. Nós estamos construindo a nossa auto-estima, aprendendo não só a trabalhar, mas a trabalhar sem um patrão, aprendendo a administrar, a comercializar, a buscar crédito. É isso que nós estamos aprendendo e é esse olhar que nós mais queremos que este país tenha sobre nós. Essa nossa postura e essas nossas ações, que vão desde grupos, associações, cooperativas, estão construindo este Brasil com que tanto sonhamos – um Brasil que distribui renda, que não centraliza. Nos nossos empreendimentos, não tem aquele que ganha sozinho. Nós sabemos fazer isso de forma solidária e justa.

Nós da cidade, que viemos do campo, na grande maioria, que temos as nossas raízes no campo, sentimos que não é possível construir um Brasil que não tenha ligação entre esses dois pólos. Nós acreditamos que nossos empreendimentos podem se fortalecer nas trocas solidárias, nas cadeias produtivas. Nós sentimos isso já na prática, quando começamos a interagir com os plantadores de algodão do nordeste, com as cooperativas de tecelagem e confecção de São Paulo, quando conseguimos fazer um produto nessa cadeia produtiva. Isso não é um Brasil novo? Isso não é um Brasil diferente? Esse não é o Brasil que nós sonhamos? Esse é o Brasil que nós sonhamos e esse é o Brasil que nós estamos construindo. É por isso que nós estamos aqui muito animados e muito empolgados com esses dois dias de discussão. A economia que constrói o Brasil que nós mais queremos. O Brasil da igualdade, o Brasil da distribuição de renda e o Brasil que coloca, acima de tudo, as pessoas, o ser humano e o nosso trabalho.

Nós gostaríamos de terminar com a leitura da Carta ao Presidente da República. Nós vamos fazer a leitura dessa carta porque os representantes do governo vão levar essa carta ao Presidente porque nela colocamos a nossa visão de que Brasil nós olhamos e que Brasil nós queremos.

Carta dos Empreendimentos da Economia Solidária ao Presidente da República

Companheiro Presidente,

Somos mulheres e homens que lutamos e trabalhamos na perspectiva de construirmos uma nova sociedade, baseada em novas práticas sociais e econômicas. Nossas referências são a solidariedade e a igualdade, afirmando a participação ativa e a transparência, rumo a uma economia democrática e de acesso ao fruto do nosso trabalho. Afirmamos, pela prática cotidiana, que outra economia acontece.

Neste I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária reunimos representantes de organizações coletivas do meio urbano e rural, dos setores de comercialização, de crédito, das trocas, de consumo, de produção agrícola, da agroindústria, da pesca, do vestuário têxtil e confecção, do artesanato, da reciclagem de resíduos sólidos, metal-mecânico, da alimentação, do calçado, da mineração, da construção civil, manejo florestal sustentável, limpeza, higiene, beleza, saúde, psicoterápicos, educação, produção cultural, prestação de serviços, entre outros.

Temos a certeza de que somos uma expressiva parcela dos trabalhadores e trabalhadoras e que nosso movimento é a realidade de outra economia que não pretende amenizar as duras conseqüências do capitalismo, manter uma estratégia autônoma e emancipatória do desenvolvimento social e econômico. Construimos alternativas para solucionar um conjunto de limites colocados aos empreendimentos, como acesso ao crédito e financiamento, uma legislação adequada às atividades produtivas autogestionárias, a formação continuada para a qualificação produtiva de gestão, de afirmação de princípios e valores, o fomento à comercialização com base na lógica solidária do comércio justo e do consumo ético. Essas reivindicações, assim como o acesso à terra e o direito ao trabalho, são fundamentais para a afirmação e a consolidação dessa nova economia.

Para nós, a valorização do trabalho humano é princípio fundamental, e não um meio ou instrumento em benefício de poucos ou a serviço da exploração. Desenvolvemos, de forma ampla e diversificada, estratégias que sensibilizam e desafiam a sociedade para o compromisso de consolidar a economia solidária. Temos a certeza de que é com essa nova consciência que seremos capazes de incluir, pelo trabalho, os milhares de brasileiros e brasileiras que vivem marginalizados.

Assim, desafiamos o governo a dar prioridade às ações de afirmação da economia solidária, através de políticas públicas, e ao destinar os recursos orçamentários consistentes que constituam instrumentos permanentes de apoio e fortalecimento da economia solidária, democratizando o acesso aos fundos constitucionais do norte, nordeste e centro-oeste, FNO, FNE, FCO e o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Nesse mesmo sentido, reivindicamos a democratização da gestão e dos recursos do Sistema "S". Afirmamos a nossa participação na elaboração e no controle social das políticas governamentais como meio de assegurar outra forma de desenvolvimento econômico e social que vem se expressando na relação com setores de governo que contribuíram para a realização deste encontro.

Para tanto, queremos que a política de crédito possa viabilizar cadeias produtivas aos empreendimentos solidários, visando o desenvolvimento sustentável dos territórios, local e regional. É necessário também criar condições de desenvolvimento de tecnologias adequadas, objetivando a agregação de valor aos produtos, melhorando as condições de trabalho, saúde e sustentabilidade ambiental. Queremos uma legislação adequada às iniciativas de cooperação dos trabalhadores e trabalhadoras, estimulando e favorecendo o seu desenvolvimento. Queremos políticas públicas que garantam aos trabalhadores e empresas pré-falimentares, e massas falidas, o direito ao trabalho coletivo, transformando-as em empresas de autogestão. Queremos uma legislação que diferencie as cooperativas tradicionais das organizações de economia solidária, constituídas como empresas autogestionárias, sob regime de cooperativas, associações e outras formas que tenham como prática a não precarização do trabalho, a distribuição justa do resultado do trabalho e o livre acesso às informações e democracia interna. Queremos uma legislação tributária, trabalhista e financeira, seguridade social, que assegure o desenvolvimento da economia solidária, bem como a criação de mecanismos legais que possibilitem compras governamentais de produtos e serviços solidários e regionalizados, possibilitando uma maior distribuição de renda.

Estamos convencidos de que o desenvolvimento do país, com emancipação e inclusão social, que se realiza através da economia solidária, exige uma Nação soberana. Defendemos que os compromissos sociais devam estar acima dos compromissos financeiros com os credores do Estado Brasileiro. Somos muitos, por isso, queremos muito. Queremos outra economia, pois, na prática, ela já acontece.

Mestre-de-Cerimônias: Ouviremos agora o Sr. Ricardo Berzoini, Ministro do Trabalho e Emprego, neste ato, representando o Senhor Presidente da República.

Ricardo Berzoini – Ministro do Trabalho e Emprego: Primeiramente, eu queria informar que recebi agora o recado de que o Presidente não pode estar aqui presente porque está com a agenda ultra-apertada agora de manhã e vai embarcar para o Paraguai. Ele pediu que eu trouxesse para vocês o seu abraço.

Antes de tudo, eu queria dizer que, fiquei muito feliz de ver a quantidade de pessoas que estão aqui hoje e que expressam a diversidade e a qualidade desse movimento. Todos nós aqui sabemos do compromisso do Presidente Lula com esse tipo de movimento, que faz parte da história de vida do Presidente, e mais que tudo, faz parte da sua convicção de que outro Brasil é possível e de que esse Brasil passa também pela economia solidária.

Ao chegar aqui, eu dizia para o Secretário-Executivo que poucos governos teriam a condição de estruturar uma política para a economia solidária a partir do Ministério do Trabalho. Foi um Ministério que, no passado, foi esvaziado porque outros governos tinham muito pouco compromisso com o trabalho. Mais do que lamentarmos, de maneira justa, a impossibilidade de o Presidente Lula estar presente, eu gostaria que nós pudéssemos lembrar que, no último dia 26 de junho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária comemorou o seu primeiro ano de vida. Com certeza, todos nós aqui que participamos dessa luta, e digo isso porque eu sou cooperativista, temos a obrigação de reconhecer que esse é um pequeno primeiro passo de uma luta muito maior, que é a luta por viabilizar uma economia solidária onde o Estado tem uma política, onde o Estado tem uma estratégia, mas onde o movimento seja muito mais forte do que qualquer iniciativa do Estado.

Por isso, eu queria pedir a todos que nós possamos aqui homenagear aquele que, de certa forma, simbolizou neste primeiro ano esse esforço de sair do zero e constituir uma política pública de Estado e de governo. Eu queria uma salva de palmas para o Prof. Paul Singer, que é um líder e um símbolo dessa luta. O Brasil está mudando. O Brasil busca um novo rumo; o rumo da solidariedade e da justiça social. É óbvio que houve um grande esforço, no início do governo, para ajustar aqueles aspectos da macro-economia que estavam desajustados e que são fundamentais para todos nós, inclusive, para a economia solidária.

Hoje, pouco mais de um ano e meio depois da posse do Presidente Lula, podemos dizer que o Brasil já retomou o caminho do crescimento. A economia está crescendo, geramos mais de um milhão de empregos formais em apenas seis meses de 2004, a exportação cresce, nós temos um saldo magnífico na balança comercial e também saldo na balança de pagamentos. Isso é muito importante para todos nós. Mas, todos sabemos que isso não é suficiente. Não é apenas a economia tradicional, a economia capitalista, a macro-economia, que decide o futuro do país. Se nós queremos um Brasil justo e solidário, nós temos que trabalhar com o objetivo de fortalecer as experiências que já existem, que já existiam, mas nunca tiveram a preocupação do governo federal e do Estado Brasileiro. A economia solidária não se mede pela sua participação no PIB, mas se mede pela sua capacidade de gerar, em escala crescente, a solidariedade social, cultural, econômica e, fundamentalmente, solidariedade humana.

Por isso, o Prof. Singer sabe que conta, não apenas com um Ministro do Trabalho que concorda com essa política, mas com um Ministro do Trabalho que é entusiasta de uma visão de que é preciso construir alternativas econômicas para viabilizar o desenvolvimento social do país. O Ministro Patrus Ananias, que também não pôde estar presente, é outro que tem uma consciência muito clara que o desenvolvimento social não se faz apenas por transferência de renda, se faz fundamentalmente com geração de emprego e renda e, principalmente, com geração de atividades econômicas e solidárias que possam potencializar e multiplicar o poder dos trabalhadores se organizarem para viabilizar essa política.

Precisamos avançar muito. Estamos apenas no começo. Como dizia Guimarães Rosa, o melhor da viagem não está na partida ou na chegada; o melhor da viagem está na travessia. Nós estamos no começo da travessia. É uma travessia que precisa ser construída coletivamente, que não é política de Estado, é política da sociedade, mas o Estado tem sua responsabilidade. Quando eu cheguei aqui, vendo tanta gente, eu fiquei curioso em saber como é que está a distribuição desse plenário pelo Brasil. Eu sou de origem sindical, estou Ministro, estou Parlamentar, mas sou um sindicalista e um cooperativista, antes de tudo. Quando tinha encontros nacionais de trabalhadores de todos os ramos, do setor rural, do setor urbano, nós sempre fazíamos aquele mapeamento do plenário.

Então, eu queria tomar a liberdade de fugir do protocolo para que gastássemos dois minutos para mapear este plenário e a gente poder ver a força da economia solidária. Quem é do Rio Grande do Sul, levanta a mão. Quem é de Santa Catarina? Quem é do Paraná? Quem é do Estado de São Paulo? Quem é do Rio de Janeiro? Quem é de Minas Gerais? Quem é do Espírito Santo? Quem é da Bahia? Quem é de Sergipe? Quem é de Alagoas? Quem é de Pernambuco? Quem é da Paraíba? Quem é do Ceará? Quem é do Rio Grande do Norte? Quem é do Maranhão? Quem é do Piauí? Quem é do Pará? Quem é do Amazonas? Quem é do Acre? Quem é de Rondônia? Quem é de Roraima? Quem é do Amapá? Quem é do Mato Grosso? Quem é do Mato Grosso do Sul? Quem é aqui de Brasília? Quem é do Tocantins? Eu estou perguntando isso porque vocês viram que, em maior ou menor grau, não tem nenhum estado muito pouco representado. Está o Brasil inteiro presente aqui. Vamos fazer desta oportunidade o fortalecimento da luta da economia solidária, o fortalecimento da luta da economia solidária rural. Quem é rural aqui levanta a mão. Quem está em empreendimentos urbanos, levanta a mão. Quem está na área de crédito, levanta a mão. O crédito está pouco aqui. Precisamos fortalecer o crédito porque ele é fundamental. É preciso não apenas reivindicar linhas de financiamento nos bancos públicos, mas organizar o crédito pela base em cooperativas de crédito.

Para encerrar, eu queria reafirmar que nós temos muita alegria de saber que a nossa travessia começou com um pequeno e singelo passo que foi a criação da SENAES. Mas talvez daqui a 10, 20 ou 30 anos, nós possamos olhar para o passado e perceber o significado que foi a coragem política, a ousadia e o compromisso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, de fortalecer a economia solidária, criando uma Secretaria e colocando uma pessoa com a capacidade, a dignidade e a credibilidade do Prof. Paul Singer à sua frente. Viva a economia solidária! Viva o Prof. Singer! Viva o Brasil!

Mestre-de-Cerimônias: Está encerrada esta Solenidade de Abertura.

TRABALHO DE GRUPO POR RAMO DE ATIVIDADE

Coordenadora: Dando continuidade aos nossos trabalhos, vamos fazer a divisão dos facilitadores e relatores dos grupos. Para o Grupo de Crédito, vamos ter a Darlene do Rio Grande do Sul, a Irmão Lourdes do Rio Grande do Sul e o Gelson, da Rede de Trocas. O último nome que eu falar vai ser sempre o Relator; para o Grupo de Agricultura e Alimentação, teremos a Rose, do Rio Grande do Rio de Janeiro, a Silvaneide do Pará e a Eliane do Rio de Janeiro; para o Grupo de Metalurgia teremos a Ana Mercedes do Rio Grande do Sul, a Shirley de Minas Gerais e a Eneida da DRT da Bahia; para o Grupo de Manejo Florestal Sustentável teremos a Denise do Rio Grande do Sul, o Armando de Pernambuco e a Dora do Distrito Federal; para o Grupo de Habitação e Construção Civil temos o José Inácio do Rio Grande do Sul, o Getúlio do Mato Grosso do Sul e a Vitória da ADS do Ceará; para o Grupo de Couro e Calçados, temos o Eudes Xavier do Ceará, a Sandra de São Paulo e o João Luis do Rio de Janeiro; para o Grupo de Vestuário e Têxteis, teremos a Isabel Mota de Pernambuco, o Carlos Felipe do Rio e o Luciano do Rio Grande do Sul; para o Grupo de Prestação de Serviços, teremos o Edgar do Pará, o Wagner de São Paulo e a Deniara do Rio Grande do Sul; para o Grupo de Limpeza, Higiene e Beleza, nós teremos o Felipe de São Paulo, o Geiger do Rio Grande do Sul e a Glorinha da Cáritas do Ceará; para o Grupo da Reciclagem temos o Clodoaldo do Pará, o Adair do Rio Grande do Sul e a Claudete do Rio Grande do Sul; para o Grupo da Pecuária, temos a Aline Rocha do Rio de Janeiro, a Fafá do Pará e a Edilene de Pernambuco; para o Grupo de Saúde e Fitoterápicos, teremos o Ronaldo de São Paulo, a Naíde do Rio de Janeiro e a Terezinha do Rio de Janeiro; para o Grupo de Mineração, teremos a Patrícia de São Paulo, Luciane Cristina do Pará e Urbano do Rio de Janeiro; para o Grupo de Pesca e Piscicultura, teremos a Rosana do Rio Grande do Sul, a Sueli do Rio de Janeiro e a Adriana do Pará; para o Grupo de Habitação e Construção Civil, temos o José Inácio do Rio Grande do Sul, o Getúlio e a Vitória do Ceará.

Nós queremos pedir uma salva de palmas para eles e para elas porque a colaboração desse pessoal vai ser fundamental para que a gente possa trabalhar de forma organizada e produtiva no nosso encontro. Vamos fazer aqui uma foto dos facilitadores do nosso encontro para ficar na memória. Esses são os nossos colaboradores do trabalho de grupo.

Vocês viram que nós estamos com dois facilitadores por grupo e apenas um relator. Por que é que a gente está fazendo assim? Porque cada grupo vai escolher um relator representante dos empreendimentos, que também vai estar ajudando a relatar. A apresentação aqui em plenário vai ser da responsabilidade do relator escolhido pelo grupo que deve ser um representante de empreendimentos. Nós fizemos essa discussão nos estados, todo mundo que está aqui passou pelo Encontro Estadual e o nosso objetivo aqui é realmente estar fortalecendo os empreendimentos. Então, é importantíssimo que a gente não esqueça que, na economia solidária, no Fórum Brasileiro, nós temos vários atores, mas aqui nós temos no I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária. É por isso que nós estamos demarcando esse espaço também. Todos os outros companheiros que estão conosco nessa caminhada são super importantes, mas a gente queria reforçar a participação ativa dos empreendimentos.

Nós vamos agora fazer a distribuição dos grupos por sala. Nós estamos fazendo a divisão dos grupos por ramo de atividade, por segmento. O pessoal do Grupo de Artesanato irá para a sala 1 e 2, lá perto da Secretaria; o Grupo de Crédito irá para a sala 3, junto ao credenciamento; o Grupo de Agricultura e Alimentação irá para a sala 4 e 5; o Grupo de Metalurgia irá para a sala 6, atrás do palco; o Grupo de Manejo Florestal Sustentável irá para a sala 7, no corredor perto do bar, em frente à piscina; o Grupo de Habitação e Construção Civil vai para a sala lá da choupana; o Grupo de Couros e Calçados irá para o Salão da Peteca; o Grupo de Vestuário e Têxteis vai para o Salão da Peteca após a Exposição da Feira; o Grupo de Prestação de Serviços vai para o Salão da Peteca também, após a Exposição da Feira; o Grupo de Limpeza, Higiene e Beleza vai para o Salão de Patinação; o Grupo de Reciclagem vai para o Salão de Patinação também; o Grupo de Pecuária vai para o refeitório; o Grupo de Saúde e Fitoterápicos vai para a sala na lateral do refeitório; o Grupo de Mineração vai para a sala na lateral do refeitório também; o Grupo de Pesca e Piscicultura vai ficar após a piscina, na beira do lago. Qualquer dúvida, vocês podem procurar a coordenação aqui do lado. As meninas da Aplauso vão orientar

vocês. Um bom trabalho para todos e todas para que a gente consiga, realmente, ao final do dia, trazer um bom resultado para o debate.

PLENÁRIA DE SISTEMATIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Coordenador: Vamos chamar agora aqui para a Mesa os relatores dos Grupos de Trabalho para que possamos dar início à nossa plenária. Nós estamos chamando os relatores que vão responder à Pergunta nº 1 para comparecerem aqui na Mesa. Nós estamos fazendo a nossa avaliação de conjuntura a partir dos empreendimentos, ou seja, como nós estamos vendo o Brasil. Por que nós somos uma economia solidária? Que Brasil nós queremos, como empreendimentos?

Já que o relator da Pergunta 1, do Grupo de Artesanato não está aqui na Mesa eu vou passar ao relator do Grupo de Crédito.

Relator do Grupo de Crédito: Boa tarde a todos. Os facilitadores do grupo foram: Armando Guimarães, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Recife; Denise Laetano, da Agência de Desenvolvimento Econômico; e Alberto Jorge Salles, do Centro de Apoio ao Pequeno Produtor. O Relator é Roberto Viana, Coordenador do Grupo de Economia Popular de Vitória da Conquista e Coordenador de Turismo Rural Solidário.

Por que somos economia solidária? Esse é um papel muito importante para todos os jovens. Enquanto esse capitalismo tira o sustento e tira a liberdade do pequeno produtor que tem que migrar para a cidade grande. Eu acho que essa é uma hora muito importante. Por que ele é um pequeno produtor? Porque falta oportunidade. Se dermos oportunidade ao pequeno, ele se torna grande.

Por que somos economia solidária? Pelo desemprego, necessitamos adquirir juntos a matéria-prima, produzirmos e comercializarmos juntos. Quando se faz em parceria, quando se faz em grupo, se torna muito mais fácil encarar e defender o nosso direito de pequenos junto aos grandes e ao mercado capitalista. Somos economia solidária, queremos produzir e vender por um preço real, justo, agregar valor ao produto e não super faturar. Necessitamos contribuir e dar suporte uns aos outros, discutirmos juntos, juntarmos os grupos.

Por que somos economia solidária? Estamos lutando por um objetivo melhor para que a comunidade seja solidária, não só entre os seres humanos, mas também com a natureza. Fala-se muito na natureza mas, na verdade, as grandes multinacionais chegam, compram, desmatam e a natureza sofre. Todo mundo sabe que água é vida e se a gente não preservar os nossos rios, que Brasil nós vamos ter para o nosso futuro? E como ficam os nossos filhos e os nossos netos, num Brasil sem água, um Brasil sem vida, um Brasil poluído. Nós estamos praticamente matando a nossa riqueza maior que é a vida. Então, está na hora de nós nos juntarmos e fazermos a diferença. Nós não podemos deixar de forma alguma que as multinacionais, que os grandes, que os governantes que pensam de má fé acabem com a nossa natureza, com a vida dos rios e das águas. Eu acho que essa é uma responsabilidade que nós temos que chamar para nós. Nós jovens temos que fazer diferente, mostrar que nós somos muito mais. Nós somos a maioria dos desempregados, dos sem tetos, sem terra, sem salário, então, nós temos que nos juntar e mostrarmos que somos a maioria. Se nós nos juntarmos, nos tornaremos grandes também.

Por termos a consciência de ser da economia solidária, nós precisamos ser humano-solidários e precisamos ter uma nova cultura solidária porque não queremos uma economia de patrões. Queremos ser os donos dos meios de produção e do nosso negócio. Não queremos mais é estar nas mãos da monocultura que gera o desmatamento, concentração de renda e que não dá sustentabilidade, principalmente, ao homem do campo.

Eu quero agradecer a todos e a Deus por esta oportunidade e deixar aqui cinco pontos básicos para o ser humano ser feliz: (1) um Deus para criar; (2) saúde para trabalhar; (3) uma casa onde morar; (4) uma família para lhe cuidar; (5) ter amigos para conversar. O resto é brincadeira. Um abraço para todos e muito obrigado.

Coordenador: Agora eu passo a palavra para a Edna, do Grupo de Artesanato.

Relatora do Grupo 2 de Artesanato: Nós tivemos como Relator Geral o Robervam do Nascimento, do Piauí. A nossa facilitadora foi a Iara do Rio Grande do Sul. Nós dividimos nosso grupo em quatro subgrupos. Depois discutimos e fizemos quatro relatórios que foram reunidos em um só documento. Enquanto eu estiver falando sobre o que nós achamos que é economia solidária, nós vamos estar mostrando a diversidade cultural, a moda típica do nosso país.

Por que somos economia solidária? Porque compartilhamos conhecimentos e valorizamos as diferenças culturais. Não visamos apenas o lucro pelo lucro, como acontece na economia capitalista e opressora. Nós nos preocupamos com o desenvolvimento das nossas cidades onde compartilhamos o conhecimento, valorizando e resgatando o valor humano. Isso é o que fazemos no nosso dia-a-dia. Educamos e conscientizamos o povo, valorizando a cultura, o artesanato, a troca de conhecimentos e a diversidade para o resgate da cidadania.

A economia solidária é vista, pelos que a praticam, como uma oportunidade para despertar as pessoas para uma nova vida, onde não haja privilegiados e sim igualdade social. Isso é economia solidária.

Coordenador: O Grupo do Artesanato, ao mesmo tempo em que apresentava o relatório do grupo, também mostrava o seu artesanato aqui. Pedimos uma salva de palmas por essa iniciativa do grupo. Vamos passar a palavra para o Grupo de Metalurgia para responder à pergunta "Por que somos economia solidária?"

Relator do Grupo de Metalurgia: Eu sou o Relator do Grupo de Produção Metalúrgica, dentro da economia solidária.

Por que somos economia solidária? Há necessidade de superação da escravidão promovida pelo capitalismo. A conjuntura econômica adversa fomenta o avanço da iniciativa da economia solidária como forma de aviamento das necessidades imediatas. Porém, isso vai além, permitindo aos trabalhadores gerir o fruto do seu trabalho e o seu tempo. Também permite ao trabalhador quebrar o processo de ampliação e de criação de mais valia, oriunda da reestruturação administrativa. Podemos citar como exemplo, a terceirização, tutelando o seu suor e o seu esforço.

Com a economia solidária há uma preocupação com o próximo, dentro da fábrica, fora dela, e ao redor do seu interior social, com a preocupação com a fase escolar, profissional, etc. Os trabalhadores da economia solidária apresentam força e coragem para mudar, se nós quisermos. Trabalhando e interagindo coletivamente, há uma maior possibilidade de organização, fortalecendo a pressão social e política que nos reprime na atual situação. O trabalhador da economia solidária abrange uma enorme força, se ele quiser, se ele se unir. A maior demonstração de união é estar junto. Se nós olharmos para trás e para o lado, você vai ver a sua força. É o seu companheiro que está a seu lado. Por isso é que somos economia solidária.

Coordenador: Muito obrigado. Vamos convidar agora o Relator do Grupo de Agricultura e Alimentação e Manejo Sustentável para apresentar a resposta à Questão 1. Como eles não estão presentes, nós vamos passar a responder à Questão 2. Então, a nossa companheira do Joana, do Grupo de Artesanato, vai responder à Questão 2.

Relatora do Grupo de Artesanato: Eu sou Joana, sou de Teresina, da Coordenação Estadual das Mulheres Piauienses. Eu participo do projeto "Mulher Faz Arte". Eu gostaria que vocês observassem nos braços e nos pescoços das mulheres a beleza que é o nosso artesanato.

O nosso Grupo de Artesanato vai responder a pergunta: "Que Brasil temos?". Nós fizemos várias discussões a respeito disso. Muitos companheiros deram suas respostas e nós anotamos. Através da economia solidária, muita gente está superando o desemprego e conseguindo sustentar a sua família através de várias formas de artesanato. Com a economia solidária, não só no artesanato, mas em outros campos de atividade, muitas famílias brasileiras reduziram a fome de seus filhos. As famílias brasileiras, principalmente as nordestinas, são famílias numerosas e os filhos também ajudam os pais a fazer o artesanato, para aumentar a renda familiar, e com isso, não ficam nas ruas.

Por esse motivo, nós do Grupo 1 de Artesanato, colocamos aqui alguns pontos negativos e positivos do Brasil que temos. Os pontos negativos que nós anotamos foram: riqueza concentrada; opressão; discriminação; violência; desigualdade social; corrupção; falta de políticas públicas; centralização do poder; desinformação; desemprego; falta de crédito para as famílias; tributos altos; burocracia para abertura e registro de microempresas. Os pontos positivos que nós colocamos foram: um país democrático; liberdade de expressão; rico, porém pouco valorizado; desejo de mudança; inquietude da população; participação; e um país de esperança. Era isso que nós queríamos relatar para vocês. Obrigado.

Coordenador: Nós vamos passar a palavra para a relatora do Grupo de Agricultura e Alimentação que vai responder à Questão 2. O Relator do Grupo de Agricultura e Alimentação da Questão 1 ainda não compareceu.

Relator do Grupo de Agricultura e Alimentação: Hoje, nós temos um Brasil rico em matéria-prima, recursos hídricos, um potencial humano muito grande, mas que tudo isso não é bem utilizado. Temos grandes extensões de terras, muito recursos, mas o Poder Público, muitas vezes, não utiliza isso bem. Na questão da reforma agrária, existem milhares de trabalhadores debaixo da lona sem conseguir terra. Enquanto isso, vários grandes latifundiários têm terras improdutivas, sem documento e que ficam paradas, sem serem cultivadas. Isso tem que mudar.

O capitalismo não deixa os pequenos crescerem. É um capitalismo selvagem. Temos uma economia popular solidária que valoriza o trabalho artesanal, fazendo com que gere mais empregos, diferentemente das grandes indústrias que substituem o trabalho humano pelas máquinas. Temos um outro problema sério que é a dificuldade em criar, formar e manter cooperativas. Isso tem que mudar porque é através das cooperativas que nós conseguimos nos organizar para vender e para comprar. Temos ainda a questão do crédito.

Uma outra questão que foi muito debatida no nosso grupo é a questão da divulgação da economia popular solidária. Esse processo foi iniciado em 2001 e muitos grupos nem sabem. Nós gostaríamos que fosse feita uma melhor divulgação da economia popular solidária. Há também a questão das dificuldades existentes entre as grandes empresas e os pequenos produtores. Temos um país que produz muito e, mesmo assim, importa produtos. Temos o exemplo de companheiros que nos avisaram que muitos dos seus produtos são queimados. Enquanto isso, o Brasil está indo à Argentina e ao Chile para comprar outros produtos. Isso tem que mudar. Apesar do crescimento oficial e numérico, não há garantia de emprego, renda e qualidade de vida para os brasileiros. Há um distanciamento muito grande entre consumidores finais e produtores, favorecendo o enriquecimento de atravessadores. Esse é um grande problema que enfrentamos. Por exemplo, eles compram um artesanato no valor de R\$ 10,00 e na capital vendem essa peça por R\$ 300,00 ou R\$ 400,00. Isso não é justo. Nós temos que criar grupos e centrais para evitarmos esses atravessadores. Além disso, precisamos de uma educação voltada para o campo. Hoje, nós temos uma pequena formação nas escolas famílias. A saúde, segurança e educação são precárias.

Mas apesar de tudo, o Brasil é hoje um país de esperança e esperança é vida. Hoje, nós estamos aqui lutando por novos direitos e não mendigando. Cadê os impostos que pagamos?

Coordenador: Agora vamos passar a palavra ao Relator do Grupo de Couros e Calçados.

Relator do Grupo de Couros e Calçados : Companheiros e companheiras boa tarde. Que Brasil nós temos? Desigualdade, competição, exclusão social, crédito para quem já tem, leis que favorecem os grandes e falta de auto-estima; um povo versátil e inteligente, mas sem oportunidades; um povo organizado, mas sem articulação; concentração de renda; muita burocracia; um país rico, mas cheio de pobres; um grande índice de desemprego; e políticas descompensatórias. Esse é o Brasil que nós temos atualmente.

Coordenador: Este momento é muito importante porque nós estamos construindo o nosso conhecimento sobre o Brasil, que Brasil temos. Nós vamos passar para o Grupo de Limpeza, Higiene e Beleza.

Relatora do Grupo de Limpeza, Higiene e Beleza: Eu tenho muito orgulho de estar aqui falando em nome do Brasil porque eu sou uma verdadeira brasileira e acredito que todos vocês

são verdadeiros brasileiros. Estou aqui com novos companheiros para buscar soluções para o nosso país. A nossa pergunta é: Qual o Brasil que temos?

Primeiramente, a cada dia que passa o trabalho humano é substituído pela máquina, gerando desemprego para muitas pessoas. É um país de esperança porque hoje tem mais gente sendo solidária e buscando alternativas para a exclusão. A economia solidária está buscando formas de trabalho para os desempregados. Mesmo assim, é um país com muitas desigualdades. O Brasil também é um país onde há muitas esperanças de melhoria de vida das famílias e das pessoas, embora ainda exista medo de que isso não aconteça porque o capital fala mais alto e o Poder Público ainda contribui muito pouco.

O Brasil é um país de lutas por políticas públicas voltadas para o povo organizado. O Brasil é um país rico de fauna e flora, porém, com uma má distribuição das riquezas, desemprego ainda elevado e ainda há muita corrupção, terras desocupada, concentração de terras, além da entrega das nossas riquezas para as empresas estrangeiras.

O movimento de economia solidária do Brasil traz muitas esperanças. Embora o país tenha muitas riquezas, as pessoas ainda são levadas a buscarem sobrevivência nos lixões. Muitas pessoas do grupo acharam que o país está falido, tanto na educação quanto na saúde. Mesmo assim, apesar das contradições, o Brasil é um país de pessoas guerreiras que sabem o que querem. Muitos dizem que os recursos no nosso país são mal administrados. Consideram que há discriminação, principalmente, com os pobres, que são os menos favorecidos. Percebem isso no momento de comercializar os produtos da economia solidária. É um país em que a esperança está na juventude, na criança. A juventude passa a ter esperança na economia solidária. Infelizmente, ainda há muita destruição do meio ambiente. Nós também vemos muita violência no nosso país, ligada ao problema das drogas. Muito obrigado.

Coordenador: Vamos chamar agora o relator do Grupo de Habitação e Construção Civil para responder à Questão 2.

Relator do Grupo de Habitação e Construção Civil: A todos os presentes, o meu cordial boa tarde. Estamos muito felizes de estarmos aqui reunidos para traçarmos metas para defender os nossos propósitos e os nossos objetivos. O Grupo de Habitação e Construção Civil não era um grupo muito grande, mas era um grupo de pessoas com ideologias fortes, consistentes e com o objetivo firme de sairmos daqui conscientes que as nossas propostas vão ser atendidas.

Ao responder a Questão 2 – Que Brasil temos? – o nosso grupo respondeu que nós temos um Brasil que ainda não acordou para a realidade do nosso tipo de economia. Nós temos um Brasil que ainda está traçando metas, buscando objetivos, mas ainda temos muitas carências, temos lacunas a serem preenchidas, em diversas áreas do processo de articulação de políticas públicas para o nosso tipo de economia. Temos um Brasil que precisa abrir espaço para as cooperativas, associações, empreendimentos, com leis direcionadas especificamente para a economia popular solidária.

Também achamos que o Brasil ainda está preso a um sistema capitalista. Mas esperamos que, com nossa luta, nós vamos conseguir mudar esse contexto. Temos um Brasil que precisa avançar a passos largos no sentido da distribuição de renda com políticas transparentes e com bastante democracia. Muito obrigado.

Coordenador: Vamos chamar o Grupo de Prestação de Serviços para responder à Questão 2 – “Que Brasil temos?”.

Relator do Grupo de Prestação de Serviços: Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Marcos Alves. Eu sou do Ceará. Estive no Grupo dos Prestadores de Serviços que discutiu a Questão 2 e chegamos às seguintes conclusões: temos um país essencialmente capitalista, machista e que concentra o poder. Temos um Estado que peca por não acreditar nas novas formas de organização, principalmente, as de caráter econômico. Temos a terceirização e a quarteirização, que existem de forma desorganizada. No nosso país, também faltam leis específicas e maior apoio à economia solidária, o que acaba por penalizar os empreendimentos dessa economia. Temos um mercado aberto, com mecanização do campo e uso das tecnologias de forma irresponsável. No nosso país, falta o conhecimento das leis corporativas e falta espaço físico para as entidades de apoio e fomento à economia solidária. Percebemos também que o nosso país ainda está dividido em dois mundos e que a estrutura do Estado é eminentemente capitalista e não popular. Identificamos a falta de credibilidade nas cooperativas; que o Brasil é voltado para a burguesia; que existe burocracia na liberação dos recursos; que há uma desmoralização do terceiro setor; e que temos um Brasil sem uma verdadeira cidadania, sem uma verdadeira educação porque ainda há muitos analfabetos no nosso país. Obrigado.

Coordenador: Chamamos agora o Grupo de Vestuário e Têxteis, que vai responder à Questão 2 – “Que Brasil temos”?

Relator do Grupo de Vestuário e Têxteis: Boa noite a todos. O nosso grupo ficou responsável por discutir a Questão 2 – Que Brasil temos? Inicialmente, podemos logo notar que o Brasil que temos é este que está aqui. Pelo menos, é o que sonhamos. O grupo chegou a um consenso que já existem iniciativas no nível municipal, estadual e federal. Porém, essas iniciativas estão isoladas. É preciso que haja maior integração das iniciativas, maior divulgação sobre a economia solidária.

Em relação à questão da educação, é preciso que haja formação desde os primeiros níveis sobre a economia solidária. Devemos estimular a capacitação e a qualificação para o trabalho coletivo e apoiar as instituições com o desenvolvimento tecnológico. Percebemos também que há muita dificuldade de articulação para a comunicação e informação das iniciativas, principalmente, a nível municipal.

Na questão do marco legal, é preciso transformar as leis tributárias e as leis que não contemplam a economia solidária. Os grupos de trabalho da informalidade precisam estar na formalidade justa. Há muita dificuldade para o crédito. É fundamental o combate aos atravessadores pois, para eles, já existem facilidades, utilizando tecnologias que nós empreendedores não utilizamos. Há dificuldades nas licitações, na questão da prestação de serviços para o governo com produtos da economia solidária. Temos dificuldade de acesso a mercados e de divulgação e comercialização dos produtos solidários. Foi essa a conclusão a que chegamos na questão do marco legal. Só transformando as leis é que podemos avançar nesses pontos que discutimos e chegamos a um consenso.

Coordenador: Nós vamos iniciar agora o bloco da Questão 3 – “Que Brasil Queremos?”.

Relatora do Grupo de Alimentação e Agricultura: Eu queria começar com um pedido, não só do Grupo de Alimentação e Agricultura, mas de um pedido geral. O Brasil que nós queremos é um Brasil de respeito, mas hoje, nós não recebemos aqui o devido respeito do nosso Presidente. Então, estamos convocando a todos para uma moção de respeito. A mobilização já existe porque nós estamos aqui. Quem votou no Presidente Lula fomos nós, e não o Paraguai.

O Brasil que nós queremos, além de um Brasil de respeito, é um Brasil solidário, unido, auto-sustentado, com alimentação para todos, capacitação profissional, um Brasil solidário real. Queremos um Brasil com consumidores crescentes e consumo ético. Os governos municipais, estaduais e federais devem trabalhar com os grupos populares organizados, comprando produtos de empreendimentos. Queremos um Brasil progressista, solidário e justo, valorizando e respeitando as organizações, viabilizando as suas ações e serviços, a exemplo de associações e cooperativas. Queremos um Brasil com ocupação para todos, sem agrotóxicos, com conscientização e com desenvolvimento sustentável. Queremos um Brasil com distribuição igualitária de terras, um Brasil com acesso ao crédito, entre gêneros e entre raças. Queremos um Brasil com um Fundo de Amparo ao Trabalhador que garanta a sobrevivência. Queremos vida saudável, com a caminhada para a agroecologia, produção orgânica e agricultura familiar. Queremos um Brasil em que se favoreçamos jovens para que eles possam ter orgulho da sua

vida rural. É muito importante que eles tenham orgulho do seu trabalho na terra. Queremos mais assessoria dos órgãos governamentais e não-governamentais e que essa assessoria tenha continuidade. Não basta dar o curso e ir embora. Isso não funciona. Queremos políticas públicas que realmente priorizem os produtores e beneficiadores de alimentos, principalmente, com leis e crédito.

Para finalizar, nós precisamos refletir que o Brasil que queremos é aquele. O melhor capital de um país é o cérebro de seus habitantes. Vamos continuar lutando em ação. Muito obrigado.

Coordenador: Passamos agora ao Grupo de Mineração para responder à Questão 3 – “Que Brasil Queremos?”.

Relator do Grupo de Mineração: Boa noite a todos. Eu represento um empreendimento de autogestão, uma cooperativa de extração de carvão mineral e represento também a Associação Nacional de Empresas de Autogestão. A nossa resposta baseia-se em três pontos principais: o que queremos para o social, o que queremos para o econômico e o que queremos para o ambiental. Como eu venho de uma empresa de autogestão de mineração, nós temos a preocupação com esses três pontos. Nós praticamos também a economia solidária porque nós trabalhamos com 700 cooperados e compramos produtos de economia solidária. Por isso, eu acredito que todos devam estar aqui buscando essas oportunidades. Precisamos resgatar a cidadania, resgatar os valores morais, a dignidade. O ser humano busca ter todas as coisas necessárias para se manter diante do seu parceiro, do seu filho, de seus parentes. Então, essa dignidade tem que ser resgatada. Nós aqui hoje estamos levantando essa bandeira pela primeira vez. Eu tenho certeza que esse primeiro encontro vai gerar bons frutos. Daqui para frente, nós não devemos deixar escapar essas oportunidades que vão surgir. Vamos buscar todas essas oportunidades. Deixo aqui uma mensagem. É importante que cada um de nós, a partir deste encontro, seja o propagador das resoluções que vão surgir deste encontro.

Para finalizar, convido a todos para hoje, às 20:30 horas, com a presença do Secretário Nacional Paul Singer, comparecerem ao lançamento de um livro “Avaliação da Autogestão em 16 Empreendimentos do Brasil”. Isso é muito importante porque esses empreendimentos também são solidários.

Coordenador: Vamos passar a palavra para o Grupo do Artesanato para responder à Questão 3. O Grupo do Artesanato se dividiu em três grandes grupos.

Relator do Grupo do Artesanato: Boa noite a todos e a todas. É um grande prazer estar aqui com todas vocês, compartilhando idéias tão boas e tão qualificadas para a nossa economia solidária. O Grupo 3 de Artesanato discutiu todas as três questões, mas vamos aqui destacar a Questão 3 – “Qual é o Brasil que queremos?”. Como todos os outros companheiros já falaram, vamos destacar os pontos que consideramos muito importantes nesta discussão. Por exemplo, o acesso ao crédito e uma burocracia menor. Os financiamentos que existem hoje estão perdidos. Não estamos tendo acesso a fundos a que teríamos direito, por uma série de burocracias e empecilhos. Além disso, precisamos de uma capacitação que seja realmente assistida, que seja realmente permanente para que os artesãos e empreendedores possam estar se capacitando, gerindo e administrando seus empreendimentos de forma legal e realmente qualificativa. Reivindicamos o respeito aos direitos sociais e um comércio justo. O mais importante é estarmos aqui reunidos, discutindo e colocando nossos questionamentos, nossas propostas e lutando para que seja estabelecido o marco legal da economia solidária. É necessário que seja realmente aprovada uma lei que regularize a atividade profissional do empreendedor popular e solidário, de forma que se possa assegurar todas as garantias dessa atividade, para que não se possa cancelar os direitos desses empreendedores, caso o governo mude e caso mude o partido. Temos que lutar por uma forma legal, um estatuto que garanta os direitos dos empreendedores populares e solidários. Só dessa forma é que nós vamos poder realmente assegurar os nossos direitos. Nada, nem ninguém, nem outro governo vai poder mudar isso. Hoje, o governo é aberto para o diálogo, mas amanhã, nós não sabemos o que poderá acontecer.

Para concluir, nós queremos deixar como contribuição a questão de uma melhor gestão para os recursos que são disponibilizados para as associações e cooperativas. Os órgãos que hoje estão administrando esses recursos não estão conseguindo repassá-los de forma a melhorar a qualidade de vida e assegurar os direitos dos empreendedores. É preciso que nós lutemos e nos

organizemos pelos nossos direitos de forma legal e que continuemos lotando as salas das nossas discussões. Se as salas das nossas discussões forem vazias, com a contribuição de poucos, nós não vamos vencer. Então, vamos nos organizar. Muito obrigado.

Coordenador: Vamos passar para o Grupo da Reciclagem.

Relator do Grupo da Reciclagem: Boa tarde a todos e a todas. Eu sou José Silva, de Rondônia. Que Brasil queremos? Nós queremos: (1) educação diferenciada por região. Por quê isso? Porque nenhum país desenvolvido do mundo conseguiu se desenvolver sem educação; (2) queremos tratamento diferenciado para a tributação da economia solidária; (3) que o governo crie políticas públicas específicas que facilitem a existência da organização solidária; (4) que se crie um selo de identificação da economia solidária; (5) que se criem mecanismos de divulgação da economia solidária para toda a população; (6) que se criem linhas de crédito diferenciadas para as organizações que pratiquem a economia solidária; (7) mapeamento dos empreendimentos da economia solidária; (8) abertura de mercados para a venda de produção da economia solidária, inclusive, exportação posterior à comercialização interna. O que a gente vê é a abertura de exportação só para a soja e a carne e as organizações que praticam a economia solidária ficam esquecidas. É por isso que nós cobramos porque nós também temos produtos para a exportação; (9) que o Estado deve priorizar a compra de produtos da economia solidária, no âmbito municipal, estadual e federal. Muito obrigado.

Coordenador: Vamos passar para o Grupo de Prestação de Serviços

Relator do Grupo de Prestação de Serviços: Que Brasil desejamos? Nós desejamos um país onde aqueles que produzem a riqueza tenham efetivamente participação na apropriação dessas riquezas. Hoje, nós vemos que, na maioria das nossas comunidades, nós vivemos à margem de tudo. O nosso pensamento é que as comunidades, sejam organizadas de três formas básicas: como produtoras, como consumidoras e como poupadoras. Nesse sentido, nós vemos que as cooperativas podem desempenhar um papel muito importante. Por onde começar? Como construir esse país que nós imaginamos? Nas discussões, verificamos que existe um ponto em comum que é o estrangulamento, ou melhor dizendo, a falta de recursos para desenvolver os projetos, para materializar as idéias. É aí que está o gargalo e onde nós realmente morremos.

Então, o nosso grupo ressaltou a necessidade de formarmos cooperativas de crédito, através das quais, as comunidades devem ter o dinheiro e os instrumentos para materializar as suas idéias, para fomentar a produção, para se organizarem como consumidores. Em síntese, nós imaginamos um país onde as comunidades se organizem, em primeiro lugar, como poupadores, através de cooperativas de crédito; como consumidores, através de cooperativas de consumo; e como produtoras, através dos diferentes ramos do cooperativismo. Obrigado.

Coordenador: Vamos passar para o Grupo da Reciclagem

Relator do Grupo da Reciclagem: Boa noite. Meu nome é Sabrina e eu estou aqui representando a Cooperativa de Catadores de Itaóca, São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Nós respondemos à pergunta "O Brasil que Queremos". A resposta que saiu foi o reconhecimento da profissão de catador e de reciclador também. Queremos dignidade, respeito, igualdade, apoio político, principalmente, dos municípios. Queremos parcerias nas escolas, universidades e no Sistema "S"; coleta seletiva feita pelos catadores e não por empresas; educação; reconhecimento cultural, sem monopólio; integração entre as redes; formação e capacitação dos catadores. Além disso, queremos a ajuda do Presidente. Como catadores, nós gostaríamos que ele estivesse aqui hoje. Já foi relatada muitas vezes a nossa frustração de ele não estar aqui apoiando esse encontro. E finalmente, o respeito ao meio ambiente, com educação ambiental. Obrigada.

Participante: Boa noite. Eu sou Joseane, de Salvador, Bahia. Sou de uma cooperativa de coleta coletiva, processamento de plástico. Nós queremos que o Brasil seja coerente, para que possamos colocar isso tudo na prática e que possamos realmente construir uma economia solidária. É preciso que se saia da teoria e que se apóie os pequenos empreendimentos.

Coordenador: Passamos a palavra ao Grupo de Assessores e de Movimentos Sociais para responder à Questão 3 – Que Brasil queremos?

Relator do Grupo de Assessores e Movimentos Sociais: Boa noite a todos e a todas. Nós estamos representando aqui o Grupo de Assessores dos Movimentos Sociais. Nós temos alguns questionamentos que nós colocamos para responder essa pergunta: (1) a economia solidária ainda não é uma política pública. Como fica a postura dos articuladores iniciais? (2) Rever a relação entre o Estado e a sociedade civil organizada; (3) encontrar formas de legalização dos empreendimentos solidários, a partir das realidades locais desses empreendimentos.

Nós colocamos algumas sugestões para responder essa pergunta – Que Brasil Queremos?. Algumas sugestões seriam: inserção de taxas demonstrando a realidade de empreendimentos a SENAES e demais órgãos públicos; inserir como política pública a economia solidária, por meio de leis, regulamentadas por decreto, visando normatizar as atividades de empreendimento solidário; amparar os movimentos de grupos para a criação de empreendimentos; formação de empreendedores para prática da economia solidária, suscitando a vontade e a coragem dos empreendedores; criar estratégias para que os empreendedores sejam reconhecidos como trabalhadores da economia solidária; a SENAES deve fazer a coordenação da política governamental, sendo a sociedade civil organizada o seu apoio e impulsionadora da economia solidária; formação de formadores, assessores e atores da economia solidária, visando a formação de uma rede para troca de experiências nos estados; criar um input de assessorias; fortalecer as SENAES; abrir e aprofundar o debate do sistema público de trabalho emprega e renda e Sistema "S"; socialização das informações dos empreendimentos.

Essas sugestões que o nosso Grupo de Assessores e de Movimentos Sociais demonstram que a economia solidária não tem mais volta. Mas, nós queremos que ela seja inserida como política pública, como política de Estado e que esse governo, e os próximos governos, possam trabalhar a consolidação da economia solidária para que ela possa gerar emprego e renda, mas com qualidade de vida, com a perspectiva de se fazer uma outra economia que insira todas as pessoas no contexto social.

Nós colocamos também que o Brasil que nós queremos é um Brasil solidário, um Brasil que olhe para todos de forma igual e um Brasil que respeite as diferenças entre os empreendedores, as pessoas que querem gerar renda, também respeitando a qualidade de vida das pessoas. Essas são as nossas sugestões. Muito obrigado.

Coordenador: O nosso último grupo é o Grupo da Pesca.

Relator do Grupo da Pesca: Boa noite a todos e a todas. Eu meu nome é Romildo e estou aqui representando o grupo de pescadores. O nosso grupo, respondendo a pergunta "Que Brasil temos?", chegou à seguinte conclusão que um dos nossos grandes problemas é a impossibilidade de acesso ao crédito, pois os órgãos financiadores, de uma forma geral, não facilitam acesso aos recursos que nós sabemos que estão disponíveis. Por exemplo, os recursos do PRONAF são liberados apenas para os médios e grandes empresários, excluindo os pequenos pescadores. Nós sabemos que há uma grande diferença porque os grandes e médios empresários, que têm embarcações de maior porte, têm acesso a esse crédito com maior facilidade. De uma forma ou de outra, os pequenos ficam excluídos, ficam de lado, tornando cada vez mais difícil esse acesso ao crédito e a muitas outras coisas. Nós somos sempre excluídos, deixados de lado, por esse regime capitalista do nosso país. Um outro problema é que há uma grande desigualdade social onde o capitalismo impera. Ou seja, "manda quem pode; obedece quem tem juízo".

Uma outra questão que nós abordamos é o assoreamento dos rios. A maioria dos rios nos estados está assoreada. Precisamos que esses rios sejam dragados para que voltem a seu leito normal. Precisamos também de apoio de todas as áreas da sociedade para que os nossos empreendimentos sejam bem sucedidos.

Que Brasil queremos? Na área pesqueira, precisamos que seja feito acompanhamento técnico pelos órgãos competentes, na área da piscicultura, da pesca artesanal e beneficiamento do pescado. Por exemplo, o filé de peixe, hambúrguer de peixe, lingüiça de peixe, iscas e etc. Uma vez beneficiado, nós agregaríamos valor a esse peixe. Se o vendermos in natura, ele sai por um preço muito baixo, não dando suporte à família do pescador.

Reivindicamos ainda o financiamento para a compra de barcos, redes, motores etc. e a formação de Comissões das Micro-Bacias Hidrográficas. Nós sabemos que uma grande febre hoje é a água potável. Muitas áreas têm um manancial de água potável muito grande. Além disso, solicitamos também a criação de biogestores dos rios, para que haja um melhor aproveitamento dos resíduos, gerando o biogás. Além disso, solicitamos o escoamento da nossa produção direcionada aos órgãos públicos em geral.

O grupo foi bem coeso, tentou resumir o máximo e essa é a nossa prioridade no momento. Muito obrigado.

Coordenador: Devo avisar a todos que, após o jantar, vamos fazer aqui a atividade cultural dos estados. Estão todos convidados. Antes de a gente encerrar, o Grupo de Fitoterápicos quer colocar as suas sugestões em relação a que Brasil queremos. Depois, a gente encerra.

Relator do Grupo de Saúde e Fitoterápicos: O Grupo Saúde e Fitoterápicos faz as seguintes sugestões: humanizar a medicina e assistência à saúde; retomar nossas raízes; resgatar o saber popular; conciliar o conhecimento tradicional com a medicina científica, buscando parceria com as universidades; formação de grupos na comunidade; prevenção na alimentação; aproveitamento do programa "Fome Zero" e outros; maior consciência sobre a dosagem das ervas medicinais; melhor diálogo com a Vigilância Sanitária; re-educação alimentar para a população; revisão da Vigilância Sanitária e legislação que segue modelos dos países do norte e das multinacionais; criar legislação específica para a medicina natural; reafirmar uma política descentralizada de fitoterápicos; criar problemas de agentes comunitários; capacitação específica para a fitoterapia; reafirmar o não reconhecimento das patentes. Esse foi o resumo do nosso grupo. Obrigado.

Coordenador: Para concluirmos, a companheira do Grupo de Reciclagem vai nos dar uma mensagem sobre reciclagem e depois iremos jantar.

Grupo de Reciclagem: Esta vassoura é produzida no Rio Grande do Norte, em Mossoró, por uma associação de mulheres. Isto é para vocês verem a importância do material reciclado. Eu acho que está na hora de cada um de nós reciclar a mente também; não só o material. Daqui a pouco, o meio ambiente está todo destruído. Quando a gente recicla, a gente está economizando energia, está economizando saúde. Cada um que entra na economia solidária tem que fazer a sua parte. Nós vamos cobrar dos políticos. Obrigado.

Coordenador: Obrigado. Voltamos para a atividade cultural, após o jantar. Obrigado.

I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Brasília, 14 de agosto de 2004

TRABALHO DE GRUPO POR RAMO DE ATIVIDADE

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Bom dia a todos. Ontem, na abertura do nosso encontro, nós todos estávamos esperando a presença do Presidente Lula. Para profunda decepção de todos nós, ele não pôde vir. Nós só descobrimos isso, o próprio Ministro do Trabalho e eu, por volta das 11:30 horas, no meio da Solenidade de Abertura. Aconteceu alguma coisa e o Presidente da República acabou não podendo vir ao nosso encontro. No entanto, ele mandou uma mensagem que eu vou ler e nós vamos tirar uma cópia para cada um de vocês levar para o seu estado.

Companheiros e Companheiras,

Não é de hoje que a gente conhece o problema do desemprego. Cada dia que passa na vida de um cidadão que busca trabalho e não consegue é um dia que o país se ressentido pelo sofrimento daquele trabalhador. É por esse e por outros motivos que acredito que aqueles que neste país estão em busca de alternativas para construir soluções que combatam esse problema, devem ser valorizados, e mais do que isso, reconhecidos como verdadeiros cidadãos que, com certeza, constroem o nosso país.

Sem a menor dúvida, esse encontro que vocês estão fazendo, para organizar, discutir e propor ações para essa alternativa que vocês constroem, que é a economia solidária, é um evento de grande importância para nós e também para todos os brasileiros que podem encontrar, nos caminhos de vocês, exemplos que eles também podem seguir.

A economia solidária, as associações, as cooperativas, os produtores e produtoras organizados, todos vocês, são aqueles que nos ajudam a consolidar a esperança de um mundo mais justo, de um mundo mais inclusivo, um mundo mais solidário.

É por isso que eu criei, no meu governo, uma Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho, e acredito que o trabalho que o Secretário Paul Singer tem feito no nosso governo, junto com vocês, merece todo o nosso apoio.

Tive a expectativa de, nesse momento, estar aí com vocês. Infelizmente, acontecimentos de governo fizeram com que isso não fosse possível. Com a clareza de que temos consciência da importância de vocês e que meu governo fará tudo o que for preciso para que tenhamos sucesso na consolidação da economia solidária no Brasil, só me resta saudá-los e desejar que tenham um bom trabalho, contando, mais uma vez, com o nosso apoio, seguindo o lema da própria chamada que vocês escolheram para o encontro – "Uma outra economia é possível".

Luis Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Coordenadora: Primeiramente, eu queria agradecer as palavras do Prof. Paul Singer e a carta do Presidente Lula, tirando um pouco daquele mal estar que aconteceu ontem.

Agora, vamos dividir os grupos. Nós temos alguns eixos temáticos para que a gente possa iniciar os nossos trabalhos. Quem não souber onde são as salas, as recepcionistas da Aplauso estão com um mapa para orientar. A Comissão Organizadora vai entregar o material para subsidiar os grupos em cada uma das salas. Eu vou começar a ler a distribuição das salas para esse primeiro trabalho de grupo:

(1) O Grupo do Eixo Temático de Rede de Produção, Comercialização e Consumo vai se subdividir em seis subgrupos que vão ficar aqui no auditório da plenária e nas salas de credenciamento. Os facilitadores deste grupo são: Iara, do Rio Grande do Sul; Felipe, da PUC; Gelson, do Rio de Janeiro; Eudes, do Ceará; Adair, do Rio Grande do Sul; Terezinha, do PACS;

Cláudio, do Tocantins; Sandra, do Rio de Janeiro. Os relatores são: Claudete, do Rio Grande do Sul; Deniara, do Rio Grande do Sul; Adriana, do Pará; Rita, do Rio de Janeiro; Ana, do Pará; Luciene, do Pará; e Jose, do Rio de Janeiro.

(2) O Grupo do Eixo Temático de Comunicação vai ficar no corredor, perto do bar, em frente à piscina. Os facilitadores deste grupo são: Patrícia, de São Paulo; Darlene e Luigi, de São Paulo. Os relatores são: Glória, do Ceará e Edilene, de Pernambuco.

(3) O Grupo do Eixo Temático de Informalidade vai ficar no Bar Choupana, no caminho para o Salão de Peteca. Os facilitadores são: a Rosana, do Rio Grande do Sul; a Denise, do Rio Grande do Sul; e o Roberto Marinho, da SENAES. A relatora é a Patrícia, da ADS.

(4) O Grupo do Eixo Temático de Finanças está subdividido em quatro subgrupos e estão localizados nas quatro salas do Salão de Peteca, após a Exposição da Feira de Amostras. Os facilitadores são: Wilson, do Pará; Edgar, do Pará; José Inácio, do Rio Grande do Sul; Silvânia de São Paulo. Os relatores são: Luciano, do Rio Grande do Sul; João Luis, do Rio de Janeiro; Tiana, do Mato Grosso do Sul; e Getúlio, do Mato Grosso do Sul.

(5) O Grupo do Eixo Temático de Organização Social está no Salão de Patinação, após o Salão de Peteca. O grupo está subdividido em dois subgrupos. Os facilitadores são: Pedro Acioli, de Pernambuco; Armando, de Pernambuco; Ademar, do DF; e Lenita, do Mato Grosso do Sul. A relatora é a Rose, Ana Toulouse e Denise, do Mato Grosso do Sul.

(6) O Grupo do Eixo Temático do Cooperativismo está subdividido em três subgrupos que estão localizados também no Salão de Patinação, após o Salão de Peteca, nas salas 15, 16 e 17. Os facilitadores são: Clodoaldo, do Pará; a Kátia, de São Paulo; a Aline, do Rio de Janeiro; e o Luigi, de São Paulo. Os relatores são: Vitória, do Ceará; Sílvia, de São Paulo; e Conceição, do Pará.

(7) O Grupo do Eixo Temático da Educação vai ficar no Refeitório, na sala 18. Os facilitadores são: Sueli, da Cáritas; Ana Mercedes, do Rio Grande do Sul; e Isabel, de Pernambuco. Os relatores são: Dora, do DF; Idalina, de Santa Catarina; e Shirley, de Minas Gerais.

(8) O Grupo do Eixo Temático de Falências vai ficar nas salas 19 e 20, na lateral do Refeitório. Os facilitadores são: Eunice, da ADS e Wagner, de São Paulo. A relatora é a Cléa, do Mato Grosso.

Não sigam ainda para os grupos porque ainda temos mais informes da Comissão Organizadora. O Grupo de Tecnologia está aglutinado com o Grupo de Educação. O Grupo do Marco Jurídico foi subdividido entre os Grupos de Falência, Informalidade e Cooperativismo. A Comissão Organizadora estará distribuindo os textos que vão subsidiar os debates em cada uma das salas dos diversos grupos.

PLENÁRIA COM A SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES

Coordenadora: Vamos chamar para compor a Mesa, os seguintes membros da Equipe da SENAES: Carlos Augusto da Silva, Davi Ferreira, Marilda Medeiros, Maria Silvana, Leila Felizola, Valmor Schiochet, Amurami Dantas, Miguel de Sousa Lima, Ângela Marques Almeida, Luciano Moura, Roberto Marinho, Cláudio Nascimento, Cristiane Pereira, Ivone Maria Ramos, Dione Manetti, Daniel Lopes, José Alexandre, Jorge Nascimento, Guilherme dos Santos Meneghetti, Andréa Cristina Fonseca, Antonio Aroldo, Victor de Lima Magalhães, Carlos Rogério Santos, Fátima Firme, Maria de Fátima Carvalho e Sheila de Oliveira Silva.

Com a palavra, o Prof. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Boa tarde. Nós vamos ter uma interlocução, uma troca de idéias com vocês que, infelizmente, será muito rápida porque daqui a 30 minutos vai começar um outro diálogo com os representantes do Governo Federal. Teremos representantes de 10 diferentes Ministérios e representantes de Bancos para conversar com vocês.

Nesse meio tempo, eu vou apresentar a vocês a equipe da SENAES, tentar dizer como é que nós estamos organizados e o que é que nós estamos fazendo. Depois, a gente abre a palavra para que vocês possam dialogar conosco, fazer perguntas, fazer propostas, para a gente poder trocar idéias.

A SENAES se compõe de três partes. Temos o Gabinete do Secretário, no qual eu estou. Estão comigo no Gabinete do Secretário: a Profa. Sonia Kruppa, que é a minha Secretária-Adjunta; o Carlos Augusto, Daniel Lopes, Davi Ferreira, Fábio Sanchez, Fernando Kleiman, José Alexandre, Leila, Maria José Fernandes, Maria Silvana, Marilda, Sheila e Victor de Magalhães. Depois, nós temos o Departamento de Estudos e Divulgação, cujo Diretor é o Valmor Schiochet. Estão também no Departamento de Divulgação: o Roberto Marinho, Amurami Dantas, Miguel de Sousa Lima, Ângela Marques Almeida, Cláudio Nascimento, a Cristiane Pereira e a Ivone Maria Ramos. E temos também o Departamento de Fomento à Economia Solidária, cuja diretora é a Dione Manetti. No DEFES temos ainda o Jorge Nascimento, Guilherme dos Santos Meneghetti, Luciano Moura, Antonio Aroldo, Carlos Rogério Santos, Fátima Firme e Maria de Fátima Carvalho. A equipe não está completa aqui porque está cumprindo tarefas várias deste I Encontro.

Eu queria rapidamente explicar como é que nós funcionamos. Nós funcionamos em equipe. Embora o Gabinete, o Departamento de Estudos e Divulgação e o Departamento de Fomento cuidem de uma série de tarefas, muitas delas são desenvolvidas pela própria equipe como um todo. Tem muitas tarefas que cortam as atribuições específicas do Gabinete, do Departamento de Estudos e Divulgação e do Departamento de Fomento.

Uma das principais atividades do Departamento de Estudos e Divulgação é a formação. Estamos dando vários tipos de formação, sobretudo a agentes do Poder Público e também a talheres que vão trabalhar nos quilombos, nos assentamentos da reforma agrária para promover o desenvolvimento solidário. Estamos promovendo o mapeamento da economia solidária. Acho que muitos de vocês já ouviram falar disso. Nós vamos pouco a pouco descobrir quantos somos, onde somos e o que somos. Esse processo vai demorar, mas o importante é que já começou e, inclusive, nós estamos usando este nosso Encontro de Empreendimentos Solidários para avançar nesse mapeamento da economia solidária no Brasil.

Uma terceira atividade extremamente importante é a divulgação. Inclusive, estamos divulgando economia solidária através de cartazes, de publicidade via rádio etc., porque sabemos que existem muitas entidades e empreendimentos da economia solidária que não se identificam dessa forma, mas eventualmente, tomando conhecimento da campanha, descubram que são nossos e se juntem a nós. Dessa maneira, nós estamos estruturando a economia solidária no Brasil e considero que este Encontro é um imenso passo nessa mesma direção.

O Departamento de Fomento tem várias atividades, das quais, a mais importante é dar apoio e fomentar cooperativas, associações de toda a espécie, entidades de apoio à economia solidária. Isso tem sido feito através de projetos. É importante que vocês saibam que qualquer entidade que eventualmente achar que pode ser apoiada pela SENAES pode nos enviar projetos. Nós preferimos que esses projetos venham através dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Nós estamos trabalhando com diferentes Ministérios e diferentes Bancos Públicos, sendo que um deles é o Banco do Nordeste, com o qual nós estamos formando um Fundo de Fomento à Economia Solidária, no valor de 2 milhões de reais, como financiamento inicial. Eu não vou falar mais e acho que vocês agora deveriam colocar os seus questionamentos e propostas. Obrigado.

Coordenadora: Tem uma proposta que foi encaminhada pela Comissão Organizadora que, devido ao tempo da Plenária, vamos garantir 15 inscrições para fazer perguntas ao Prof. Paul Singer. Logo depois, nós vamos ter a Plenária com o Governo e vamos abrir novas inscrições. Tem uma proposta de encaminhamento que essas 15 inscrições sejam distribuídas entre os estados para garantir a paridade dos estados.

Representante do Estado de Sergipe : Boa tarde. Meu nome é Marilza. Sou da Associação Reciclar de Sergipe. Em primeiro lugar, eu queria colocar aqui que a gente está oferecendo um classificador feito em jornal reciclado para o Secretário Paul Singer, para que ele conheça o nosso trabalho de reciclagem lá em Sergipe. Eu gostaria de perguntar ao Prof. Paul Singer o que é que pode ser mudado em termos de lei para que a gente tenha direito aos financiamentos a fundo perdido. Nós sabemos que esses financiamentos existem, mas eu acho que nenhuma associação de produção de artesanato ou de outras áreas tem como pegar crédito num Banco de Fomento para começar a produzir alguma coisa, já que a maioria da economia solidária do Brasil inteiro é feita de mulheres, que são chefes-de-família, que criam seus filhos sozinhas, que não têm marido, que não têm emprego e que precisam sustentar suas famílias.

Uma outra coisa que eu gostaria de colocar é que a gente sabe que, no Brasil inteiro, a maioria das associações de produtores e de cooperativas é formada por mulheres, mas quando há alguns homens nessas associações, geralmente são eles que vêm nos representar numa plenária como essa. Isso, nós não podemos permitir. Não é uma questão de discriminação de gênero, mas é uma questão de prioridade. Se a maioria dessas associações e cooperativas é de mulheres, são as mulheres que têm que estar aqui. Muitas vezes, um companheiro vem para uma plenária como essas e tem um comportamento machista. Nós não concordamos com isso.

Uma outra coisa é que a gente não tem que estar discutindo crédito da maneira como foi discutido aqui hoje. Nós temos que mudar o discurso. Eu não vim aqui para criar polêmica, mas eu tenho o hábito de "chutar o pau da barraca". É da minha personalidade. Eu não consigo ouvir e ficar quieta. Eu falo fino. Se eu não falar alto, eu não consigo falar. Eu acho que nós não temos que discutir crédito como foi discutido hoje aqui. Nós temos que ir atrás de empréstimos de fundo perdido. Vamos deixar esse negócio de crédito para lá. Nós não temos como pagar juros de maneira nenhuma. No Brasil inteiro tem muitas associações de produção e muitas cooperativas que estão quebradas. Os agricultores, mais do que ninguém, sabem disso. Nós não podemos começar a fazer o que eles fizeram há alguns anos atrás. Desculpem se alguém se sentiu incomodado.

Coordenadora: Nós vamos descer do palco para podermos entender o que está sendo falado. O problema é que o som está voltando para cá e nós não conseguimos entender o que vocês estão dizendo, e daí, não vamos poder responder.

Representante do Estado do Mato Grosso do Sul : Eu sou Terezinha Silva Fernandes, do Mato Grosso do Sul. Eu quero fazer uma proposta aos representantes do Governo Federal. Eu moro em Goiás e quero pedir que o governo faça alguma coisa para acabar com a taxa vergonhosa que nós temos que pagar para fazer um curso no SEBRAE, no SENAC etc.. Eles cobram R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 por um cursinho de 15 dias. Cadê a solidariedade do Governo Brasileiro? Isso é uma vergonha nacional. O Governo Brasileiro tem que fazer alguma coisa. Obrigado.

Participante não identificado: Eu gostaria de saber se existe um limite de valor para os projetos que serão apoiados pela SENAES.

Representante do Estado do Rio de Janeiro : Meu nome é Luis Carlos Santiago. Eu gostaria de fazer uma proposta porque no grupo de debate nós ficamos sabendo que a SENAES não investe em capital de giro. A maioria dos empreendimentos que estão aqui têm problemas de falta de capital de giro. O que é que adianta o dinheiro estar lá na SENAES, se ele não pode servir para nos beneficiar? Nós precisamos que a SENAES invista nos nossos empreendimentos. Nós não queremos que o dinheiro seja mandado para a Prefeitura. Nós queremos negociar diretamente com a SENAES. A proposta que eu vou deixar aqui é que se faça um catálogo de todos os empreendimentos que vieram a este I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária e, a partir desse mapeamento, se entre em contato com esses empreendimentos para dar esse financiamento. Nós precisamos de capital de giro. Não adianta vir o Ministro aqui e mandar bater palmas para o Prof. Paul Singer, como se fosse um Programa de Sílvia Santos. Nós precisamos de solução. É isso que nós estamos querendo aqui.

Representante do Centro de Estudos do Brasil-África: Boa tarde a todos. Antes da minha pergunta, eu queria dizer que eu lamento que o Presidente da República não tenha tido

consideração com o povo brasileiro. Eu sei que ele tem muitos compromissos, mas eu estou cansado de certas ladainhas. Ele não foi eleito para ser FHC 3 ou FHC 2. Ele foi eleito para fazer mudanças com os pés no chão, mas eu não estou vendo mudanças concretas. Eu quero que o Presidente seja aquele homem sincero de quando ele estava em campanha durante as eleições.

A minha pergunta é a seguinte: "O Governo Federal realmente tem vontade política e tem competência para vencer um problema que já está acontecendo nesse governo quanto a patrocínios, quanto a verbas, quanto à burocracia?". Infelizmente, no quadro atual, parece que o Governo Federal só se preocupa em atingir metas do FMI e do Banco Mundial. Eu acho que para o Brasil virar realmente um país de primeiro mundo, nós temos que aplicar recursos em emprego e na geração de renda, temos que dar dignidade ao nosso povo e aplicar recursos na saúde, na educação e na cultura. Não é possível se achar que este governo esteja compactuado com certas linhas de elite e queira manter o povo ignorante e doente para controlá-lo melhor. Este governo ainda tem tempo de fazer uma grande mudança. Acordem! Vocês estão em eleições municipais! Então, a minha pergunta é: "Esse governo vai ter vontade política de vencer a burocracia e dar condições financeiras reais para uma verdadeira Secretaria Nacional de Economia Solidária?". Muito obrigado.

Coordenadora: O Prof. Paul Singer vai responder este primeiro bloco de cinco perguntas.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Companheiros, está havendo um pouco de confusão aqui porque quase todas as questões que foram colocadas aqui são para o governo. Daqui a 15 minutos nós vamos estar discutindo com os representantes de 10 Ministérios, representantes da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, inclusive, da SENAES. Eu vou responder as questões gerais. Só tem uma questão específica que eu vou responder logo. O companheiro perguntou sobre o limite de valor de projetos que a Secretaria pode apoiar. Não existe um limite absoluto, a não ser o orçamento que nós temos. O orçamento que nós temos, neste momento está acabando. Mas, para o ano que vem, pode ser alguma coisa entre 10 e 35 milhões de reais. Este ano, nós recebemos mais de 190 projetos e não podemos gastar o orçamento inteiro em dois ou três projetos porque isso seria uma injustiça muito grande. Eu não tenho um limite absoluto, mas os nossos Centros Públicos acabaram onerando o nosso orçamento em algumas centenas de milhares de reais. Esse é mais ou menos o limite num exercício orçamentário. Vocês podem apresentar projetos de maior valor, desde que se estendam por um período de tempo maior. O Centro Público de Porto Alegre, por exemplo, vai custar mais, mas os recursos vão ser desembolsados nos próximos dois ou três anos.

Uma outra questão é em relação a financiamentos a fundo perdido. Na verdade, o que a companheira pede é ajuda para empréstimo a fundo perdido. O problema é que empréstimo volta e a fundo perdido não volta. Existem políticas a fundo perdido. O "Fome Zero" é a fundo perdido. Você dá cestas básicas a assentamentos da reforma agrária, quilombos etc. Isso é a fundo perdido. Fundo perdido não é para empreendimentos da economia solidária. Fundo perdido é caridade. Eu sou a favor de caridade, mas nós não precisamos de caridade. Nós precisamos de crédito para que vocês possam trabalhar e devolver depois. A Bolsa Família, por exemplo, é a fundo perdido. As pessoas que recebem a Bolsa Família não vão devolver. As cooperativas e as associações que estão aqui representadas devem ter condições de devolver. Então, eu não tenho como defender que recebam ajuda a fundo perdido. Elas devem receber empréstimos a juros baixos. Isso é outra coisa.

Alguém reclamou dos altos custos dos cursos do Sistema "S". Essa é uma preocupação do governo, inclusive, do nosso Ministério do Trabalho. Nós estamos tentando conseguir a mudança do Sistema "S". O Sistema "S" é totalmente controlado pelo setor empresarial. Só os empresários é que constituem o SESI, o SENAI, o SENAC etc. Existe uma proposta em estudo de abrir isso aos trabalhadores e que o Sistema "S" seja administrado como é o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FAT etc., ou seja, num sistema tripartite, de forma que nós tenhamos voz no Sistema "S" e, quem sabe, teremos possibilidade de tornar os cursos de custo zero. Por enquanto, não é assim. Eu já tenho ouvido muitas reclamações em relação aos custos elevados dos cursos oferecidos pelos diferentes componentes do Sistema "S".

Um outro companheiro pediu que fizéssemos um cadastro para a SENAES fornecer capital de giro. Eu queria dizer que a SENAES não empresta nem um tostão porque é proibido. No Brasil, só os Bancos ou as Cooperativas de Crédito podem emprestar dinheiro. Um órgão do governo

pode repassar dinheiro, mas não pode emprestar. É proibido. Eu não sei se essa proibição deve ser revogada. De qualquer forma, essa é uma baita discussão. A SENAES não tem a menor chance, nem a intenção de dar ou emprestar capital de giro. Nós sabemos que o capital de giro é a grande dificuldade de todos vocês. Nós estamos lutando para resolver essa questão, mudando os critérios de risco. O Banco Central impõe aos Bancos critérios de risco que excluem todos vocês. Mesmo quando são oferecidas linhas de crédito, eles exigem garantias ou aval, que vocês não têm, e automaticamente, o crédito não sai. Isto tem que ser mudado. Eu sei que existe problema de capital de giro, mas não é a SENAES que pode resolver isso diretamente. Seria uma maravilha se nós tivéssemos dinheiro para emprestar a todos os empreendimentos solidários do Brasil. Mas isso cabe à Caixa Econômica, cabe ao Banco do Brasil, cabe ao Banco do Nordeste, junto ao qual nós estamos fazendo um Fundo, e cabe muito a vocês. Nós temos que fomentar cooperativas de crédito. Nós temos que usar nossas poupanças para financiar cada vez mais nossas associações e cooperativas.

Finalmente, temos a pergunta geral do companheiro sobre a questão da burocracia. Eu acho que, sem dúvida, o Governo Federal vai vencer a burocracia, que não é o nosso principal inimigo. A burocracia é um empecilho, existem realmente entraves burocráticos que atrasam, que são controles, e eu acho que esses controles vão ter que ser bastante simplificados para dar muito mais agilidade e eficiência à ação governamental.

Representante do Estado de Minas Gerais: Meu nome é Vanderli Pinheiro. Eu sou de Minas. Sou de agricultor, trabalho numa associação e acho que nós estamos aqui para discutir políticas públicas. Nós temos que apresentar sugestões, nós temos que discordar do que se fala e temos que propor nossas idéias. Eu sou Vereador, no 3º mandato, trabalhei na Prefeitura durante quatro anos e acho que qualquer administração popular só vai ser de fato uma administração popular, com os pés no chão, quando ela for capaz de fortalecer os movimentos populares e os empreendimentos de economia solidária.

Se o Governo Lula não tomar cuidado, pode passar os quatro anos e nós perdemos espaço político e os empreendimentos populares ficam no mesmo lugar em que estão. Eu não consigo entender, de forma nenhuma, que não tem como a Secretaria liberar projetos de capital de giro para os empreendimentos. A coisa mais importante para os empreendimentos é justamente o capital de giro. Eu gostaria de saber quantos empreendimentos receberam recursos do pequeno orçamento que a SENAES tem. Os recursos destinados pela SENAES para as prefeituras, voltam para a Secretaria ou ficam nas prefeituras? Eu também gostaria de saber os critérios que foram adotados para a liberação dos projetos. Eu faço parte do Conselho, como representante do Estado de Minas Gerais na SENAES e nós não adotamos diretrizes para a elaboração dos projetos. Isso ficou solto. Eu gostaria de saber qual o critério que foi usado para aprovar esse ou aquele projeto na SENAES porque eu, como Conselheiro, não aprovei nenhum. Eu também gostaria de saber qual foi o maior projeto que foi aprovado pela SENAES, qual o maior valor que foi aprovado.

Representante do Rio Grande do Norte : Boa tarde a todas e a todas. Eu represento a ACREVI, que é uma associação só de mulheres. Eu gostaria de saber porque não existe investimento sobre o material reciclado. Nós sabemos que, se todo mundo se conscientizar e investir no meio ambiente, com certeza, nós vamos ter saúde e vamos diminuir a poluição. Eu acho que tanto o Governo Federal, como as prefeituras, como os estados têm que investir nisso. Os catadores de lixo disputam no lixão com os porcos etc. Isso existe na minha cidade. Nós até fizemos uma entrevista e vimos a qualidade das pessoas lá. Quando houver esse investimento na área ambiental, com certeza, todo mundo vai ter saúde.

A minha associação existe até hoje pela parceria com as ONGs. Cada um dos nossos parceiros contribui com uma coisa. Eu fui no Banco ver se conseguia fazer um empréstimo, mas eles pediram uma garantia. Nós não temos. Nós não podemos entrar num trabalho para gerar emprego, tomando recursos com juros tão altos para estar pagando. Nós agradecemos às ONGs que são nossos parceiros, o Movimento Sindical da nossa área, ao Grupo 8 de Março, de mulheres, e o Grupo Visão Mundial. Eu saí de lá e a gente está recebendo uma prensa que custa R\$ 14.000,00. Cada catador está trabalhando por cada um de nós da sociedade. Tem que haver investimento nessa área ambiental.

Representante do Estado do Rio Grande do Sul : Boa tarde a todos. Eu sou a Irmã Lurdes e represento o Projeto Co-Esperança, do Rio Grande do Sul. Eu queria fazer uma reflexão e deixar um desafio. O Brasil tem a alegria de acumular mais de 20 anos de economia popular solidária. É uma experiência longa, uma caminhada bonita e nós queremos que, nesse governo, se transforme numa política pública. Nós fizemos parte da Rede Cáritas Nacional, com muitas outras organizações que, há mais de 20 anos, constroem essa certeza de que uma outra economia é possível.

O desafio que nós queremos fazer aqui é que o governo leve em conta toda essa caminhada de mais de 20 anos e que a economia popular se transforme numa política pública viável, no primeiro mandato do Governo Lula. Deixar isso para o segundo mandato é muito perigoso. Não que não aconteça o segundo mandato, mas a política pública deve ser confirmada, ao menos no nível do PRONAF, no primeiro mandato do Governo Lula, ou seja, este ano ou no ano que vem. Nós sabemos que no último ano de governo tem que se fazer um ajuste de muitas coisas e as coisas normalmente não acontecem. Então, o desafio que nós queremos deixar aqui é que de fato se corra, se construa, se busque a maior agilidade possível para nós fazermos uma política pública nacional de economia solidária, de maneira que seja uma política que fique, mesmo que troque um dia o governo democrático popular.

Um outro desafio que a gente quer deixar é especialmente para os Ministérios, que têm mais recursos, principalmente, dentro da linha do "Fome Zero". O povo brasileiro não quer cesta básica, o povo brasileiro não quer favores, o povo brasileiro quer políticas públicas. Para se falar em "Fome Zero", tem que falar em economia solidária sim. Nós queremos que esses Ministérios também sejam generosos, sejam corajosos e sejam também desafiados para que parte desses recursos seja liberada para projetos estruturantes. O problema é que, depois do "Fome Zero", a fome continua. Nós não queremos apenas políticas compensatórias, mas é importante que essa ajuda seja passageira e que depois o trabalhador possa ter trabalho e fome não. Nesse sentido, eu me vali da frase do próprio Prof. Paulo Singer que diz que a economia popular solidária é o socialismo possível. Obrigado.

Representante do Estado do Rio de Janeiro : Meu nome é Maria Iraci. Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar os representantes do Governo e todo o pessoal da organização, e quero cumprimentar também todo esse povo de todos os estados brasileiros. O meu maior prazer de estar aqui é conhecer essas pessoas de cada estado. Isso é que vale a na economia solidária. Nós temos que procurar transformar o nosso Brasil. Eu acredito em vocês. Eu acredito muito nesse povo brasileiro porque nós vamos ter condições de transformar cada pequeno empreendedor que está aqui, que necessita de emprego, de trabalho e renda para sobreviver. Eu sei que o problema da maioria dos que estão aqui é sobrevivência mesmo. Eu sei que eles estão passando por uma situação precária, com as crianças passando fome. Nós não aceitamos isso. Nós somos brasileiros e o nosso país é rico. Eu chamo vocês para que não desistam. Tem um ano que nós estivemos aqui assistindo a posse do Prof. Paul Singer. Quem o conhece de antes sabe que ele é um grande administrador e hoje está aqui administrando um pedacinho do governo federal e enfrentando tantas dificuldades. Professor, será que daqui a dois anos, cada estado que está aqui representado, terá conseguido levantar um Plano Piloto, para a gente poder dizer que esse governo é do povo? O Presidente sempre falou: "Eu quero governar para o povo". Hoje, esse povo está aqui. Será que haverá condições, daqui a dois anos, de a gente ter uma recompensa de tudo isso que tem acontecido e tudo o que a gente espera que possa mudar nesses dois anos? Eu espero que o Governo Lula, tenha condições, junto com seus Secretários e Ministros, de fazer uma transformação para realmente a fome diminuir. Se ele fizer isso durante esses dois anos, eu tenho certeza que ele pode contar com o povo que está aqui porque vai diminuir a fome no nosso país. A gente sabe que ela não vai acabar, mas precisamos, pelo menos, de um Plano Piloto em cada estado para diminuir a fome e a miséria do nosso povo. Eu espero que o Prof. Paul Singer já tenha um estudo para falar sobre isso. Eu sou do Fórum do Cooperativismo do Rio de Janeiro e nós queremos sentar para discutir uma política para o Estado do Rio de Janeiro. É importante que cada estado brasileiro tenha um representante escolhido pelos empreendedores para sentar com o governo e discutir as políticas para cada estado nos próximos dois anos de governo. Nós queremos investimentos, mesmo que sejam poucos. É preciso que se tenha um Plano Piloto para que a gente possa acreditar nesse governo. Nós não queremos, daqui a dois anos, continuar decepcionados. Nós podemos ter uma continuação desse governo porque ele vale a pena, mas eu não quero me decepcionar. Eu quero

ter ainda esses dois anos de esperança pela frente. Eu agradeço essa oportunidade de estar aqui falando para o meu Brasil. Boa tarde para todos vocês. Muito obrigado.

Representante do Estado da Bahia : Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Jesus por ter nos dado a oportunidade de estarmos aqui, desde ontem, nessa festa tão linda. Esperamos que ele nos abençoe e que nós possamos chegar em casa tranquilos, junto com os nossos familiares.

Primeiramente, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Prof. Paul Singer. Como vão funcionar as parcerias entre a SENAES e o Banco do Nordeste? Nós da economia solidária vamos ter acesso a essa parceria? Principalmente na região do semi-árido, de onde eu venho, a gente não consegue ter financiamento do BNDES ou de outros bancos, a não ser do Banco do Nordeste. Eu tenho muito medo porque, muitas vezes, decidem as coisas aqui e quando chega lá na ponta a gente se estrepa. Eu também gostaria de perguntar ao Prof. Paul Singer quais são os projetos que a SENAES financia para a economia solidária.

Eu gostaria de dar uma sugestão dos pequenos produtores lá da região do semi-árido, que são tão castigados pela seca. Como é que a SENAES pode reivindicar para que diminua a carga tributária para nós da economia solidária? É uma vergonha que aquele pequeno produtor, que está lá no semi-árido, numa pequena associação, tenha que pagar os mesmos tributos que uma grande empresa paga. Eu tenho um exemplo claro. Antes de eu vir para aqui, nós fizemos uma entrega de produtos à CONAB e eles estão cobrando 17% de imposto. Então, de R\$ 20.000,00, R\$ 3.400,00 já ficam para o Governo Federal, estadual e municipal. Eu acho que está na hora de o governo rever isso.

Uma outra coisa que eu gostaria de perguntar é o que governo pode fazer para jogar mais dinheiro na CONAB para compra de alimentos dentro do programa "Fome Zero". Eu acho que a fome só vai acabar quando nós, trabalhadores rurais, não dependermos mais de cartão de crédito. É preciso que a gente tenha quem compre os nossos produtos. Dessa forma, acho que acabará a fome no Brasil. Agora, esse cartão aí está é deixando muita gente mal acostumada. É preciso que o governo descentralize e dê uma chance para nós produtores trabalharmos e acabarmos com a fome desse país. Obrigado.

Coordenadora: Agora, o Prof. Paul Singer vai responder ao segundo bloco de cinco perguntas.

Dione Manetti – Departamento de Fomento à Economia Solidária da SENAES: Eu queria responder a duas colocações que foram feitas aqui. Nós temos trabalhado com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades e o Ministério do Desenvolvimento Social na construção de uma intervenção conjunta de governo, no sentido de promover o apoio e o fortalecimento de iniciativas que se desenvolvem com cooperativas de resíduos sólidos. Existe um programa voltado para isso no Governo Federal e o próprio Ministério do Meio Ambiente, no ano passado, lançou um edital que prevê a possibilidade de apoio a projetos de entidades que desenvolvem ações de apoio às cooperativas na área de reciclagem. O orçamento que a SENAES possui para este item em especial, é um volume de recursos muito pequeno, mas a nossa capacidade de contribuir, no sentido de pensar o processo organizativo dos trabalhadores nesta área da reciclagem, nos permite construir um conjunto de ações com estes Ministérios.

A segunda questão que eu gostaria de levantar, e que acho que é uma preocupação e um entendimento importante que foi manifestado aqui, diz respeito ao padrão de relação que este governo, e em especial a Secretaria de Economia Solidária, estabelece em relação à possibilidade de fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária, e mesmo, de criar possibilidades do movimento social se organizar a partir da economia solidária no nosso país.

Desde o início desta Secretaria, nós temos sinalizado com este compromisso, quando construímos a Plenária Nacional de Economia Solidária, em julho do ano passado. Nós temos buscado sinalizar para o Movimento da Economia Solidária um padrão diferenciado de relação na construção das nossas políticas, quando temos nos reunido, a cada três meses, com a Direção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Com este Fórum Brasileiro de Economia Solidária, temos discutido o nosso orçamento e os critérios de apoio a alguns projetos. O próprio programa da Secretaria Nacional de Economia Solidária é um espelho da plataforma da economia solidária no Brasil, que está expressa naquele Livro Vermelho da I Plenária Nacional, que ocorreu em São

Paulo, em dezembro de 2002, e que está ali à disposição de todos e todas. Nós entendemos que já existia um acúmulo nessa área da economia solidária e uma política pública federal tinha que ter a capacidade de expressar isso a partir do seu programa.

Por último, eu quero dizer que, com a transparência que tem marcado as ações dessa Secretaria, desde o dia da sua criação, este I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária exigiu de todos nós, e dos outros parceiros de governo – principalmente o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – um investimento muito grande de tempo e de recursos financeiros. Este I Encontro tem o seu custo estimado em torno de um milhão de reais para a vinda das pessoas, a contratação deste espaço, estadia, alimentação etc.. Deste total, cerca de R\$ 800.000,00 são de recursos do orçamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Fizemos esta opção de investir um volume considerável de recursos para a realização desta atividade porque entendemos que este é um compromisso da Secretaria com o Movimento de Economia Solidária. É um direito que o Movimento de Economia Solidária tem de ter a possibilidade de dialogar conjuntamente uma estratégia nacional de fortalecimento da economia solidária no Brasil. Portanto, na medida das possibilidades que existem na nossa Secretaria, nós temos buscado construir ações que dialoguem com aquilo que é a exigência, a necessidade e a responsabilidade de construção de uma política pública efetiva no nosso país, que dê conta de fortalecer os empreendimentos da economia solidária e, ao mesmo tempo, dialogando com aquilo que é prioridade para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no que diz respeito à sua organização.

Este I Encontro é uma proposta e uma definição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que esta Secretaria apoiou desde o seu início, e que acho que simboliza e representa uma parceria importante e um padrão de diálogo diferenciado que nos permite estar hoje aqui recebendo e assimilando as críticas e os elogios que venham, para que nós possamos – na medida em que formos desenvolvendo as nossas políticas, corrigindo os caminhos e tentando responder àquilo que é a necessidade da vida real de todos e todas que estão aqui e no resto do nosso país – organizar uma economia solidária.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Bem, companheiros, daqui a pouco nós vamos mudar de Mesa para abrimos o debate para o governo inteiro. Mas eu ainda quero responder a três companheiros que fizeram intervenções.

Eu quero começar por concordar inteiramente com a companheira Lurdes. Ela disse que nós temos até 2006 para ter uma política pública de economia solidária. Eu acho que nós já temos essa política. E não é só da SENAES. Isso é o mais importante a ser dito. A Secretaria existe, organiza em grande parte as políticas de economia solidária, mas certamente, ela não tem fôlego de fazer isso sozinha. Nós temos parcerias importantes, como por exemplo, com o Banco do Nordeste do Brasil. Nós temos uma parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social que tem um programa de inclusão social de economia solidária. Isso está dentro do nosso programa e nós estamos realizando isso em parceria com o MDS. O Ministério de Desenvolvimento Agrário tem um programa de economia solidária. O Ministério da Saúde está começando um programa de economia solidária para os doentes mentais crônicos. Então, vocês devem entender que este é um governo que está efetivamente fazendo políticas públicas de economia solidária.

Elas são suficientes? Não. Mas, nós partimos do zero. Não havia programa nenhum. Em 2003, no final do primeiro semestre, nós começamos a colocar as primeiras pedras e agora estamos avançando. Eu acho que a companheira Lurdes colocou o dedo na ferida. O problema é que o tempo político é muito curto e o tempo de mudança social é longo. Não dá para mudar a cabeça das pessoas em intervalos eleitorais. Vocês precisam é que se faça uma Rede de Finanças Solidárias no Brasil. Vocês precisam criar Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos, em tudo quanto é lugar, para não ficarmos dependendo do Banco Central. Isso é uma construção que leva décadas.

A companheira Lurdes perguntou se a política de economia solidária vai ficar. Ela vai ficar, em primeiro lugar, porque a Secretaria Nacional de Economia Solidária é lei e nenhum governo vai acabar com ela. É claro que podem colocar pessoas na Secretaria que não tenham interesse, mas sem dúvida ela fica. Nós vamos constituir o Conselho Nacional de Economia Solidário, que a lei também prevê. Nesse Conselho, pelo menos a metade dos membros são representantes da

sociedade civil, dos empreendimentos de economia solidária, das agências de fomento etc. Acredito que existe uma grande probabilidade da permanência dessas políticas e, muito mais do que isso, a sua gradativa ampliação.

O Senhorzinho fez várias perguntas. Eu queria responder a duas delas porque não dá para responder a todas porque o nosso tempo já está se esgotando. Em primeiro lugar, o Governo Federal está efetivamente pensando em reduzir os tributos para os "informais", ou seja, para a população mais pobre. Já existe um estudo, no Ministério da Fazenda, em que se pretende zerar os tributos federais a todos os empreendedores que ganham até R\$ 3.000,00 por mês. Isso ainda é um projeto, ainda está sendo estudado, mas acredito que estamos na direção certa. É exatamente o que o Senhorzinho estava querendo. Agora, essas manifestações do Senhorzinho são muito importantes. É preciso que o governo saiba que existe um grande movimento, que está aqui, exigindo e apoiando essa política.

Eu também gostaria de registrar aqui que há uma iniciativa importantíssima do "Fome Zero", que são as compras dos produtos dos pequenos agricultores, sem licitação. Até o limite de R\$ 2.500,00, milhares de pequenos agricultores estão conseguindo vender a sua produção, não só agrícola, mas também artesanal. Eu acho que foi importante o Senhorzinho assinalar isso porque é preciso pressionar e pedir ao Governo Federal que amplie as verbas. As verbas dessas compras ainda são muito pequenas, em relação à necessidade dos pequenos empreendimentos de poderem vender, um ano antes do que vão produzir, porque essa é uma forma barata de ter capital de giro.

Nós vamos parar neste momento este nosso diálogo apenas com a SENAES e vamos socializá-lo e ampliá-lo com todo o Governo.

Coordenadora: Os representantes dos Ministérios já estão aqui. Nós íamos encaminhar o último bloco de cinco perguntas, conforme foi acordado com a Plenária. Nós vamos garantir essas cinco perguntas na segunda Plenária com o Governo, uma vez que o Prof. Paul Singer também estará na Mesa. Obrigado.

PLENÁRIA DE DIÁLOGO COM O GOVERNO FEDERAL

Coordenadora: Boa tarde a todos. A nossa intenção com esta Mesa de Governo é de diálogo. Eu pediria a todos apenas um pouco de calma para que o diálogo se estabeleça porque ele é muito importante para todos nós. Vamos colocar a regra do jogo para termos um pouco do consenso. Nós avisamos a cada um dos partícipes do lado do Governo de que eles ouviriam o relato dos grupos de trabalhos da manhã, que colocariam a eles questões para serem respondidas.

Como é que nós vamos proceder? Nós vamos fazer os relatos e vamos abrir aos representantes do Governo que são os seguintes: do Ministério de Trabalho e Emprego, temos o Prof. Paul Singer e Ricardo Cifuentes, que é Assessor da Secretaria de Políticas Públicas do Emprego; do Ministério da Previdência Social, o Sr. João Donadon, Coordenador Geral de Legislação, Normas e Regulamentação; do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério da Fazenda, o Sr. Gilson Alceu Bittencourt, que é Assessor Especial do Ministro e o Sr. Flávio Ribeiro Servo, Assessor de Política Econômica; do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Sr. Humberto Oliveira, que é Secretário de Desenvolvimento Territorial; do Banco Popular do Brasil, o Sr. José Marcelo de Sousa, que é Gerente Executivo; da Caixa Econômica Federal, o Sr. Fábio Santos Pereira da Silva, que é Gerente de Relacionamento Institucional; do Ministério da Educação, o Sr. Timothy Denis Ireland, Diretor da Educação de Jovens e Adultos; do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Sr. José Baccarin, que é Secretário de Segurança Alimentar Nutricional; da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, o

Sr. Jorge Luis Carneiro Macedo, Diretor da Subsecretaria de Articulação Institucional; e do Ministério de Minas e Energia, o Sr. Cláudio Scliar, Secretário-Adjunto de Minas e Metalurgia.

Então, esta é uma Mesa ampla o que mostra que o Governo está aqui para dialogar. Como é que nós vamos proceder? Em primeiro lugar, nós vamos ouvir as cinco questões que ficaram da Mesa anterior com a SENAES e a relatoria dos grupos desta manhã. Nós teremos apenas 5 minutos para cada relatoria. Depois, abriremos a fala aos representantes do Governo, também dando cinco minutos a cada um dos participantes. Se for possível, abrimos a mais perguntas da Plenária. Eu pediria que o Ari anunciasse os relatores dos grupos.

Coordenadora: Antes dos relatores, tem uma demanda da coordenação para que façamos o lançamento de alguns livros sobre economia solidária.

Participante: Boa tarde. Primeiramente, eu queria dizer que esse livro que está sendo lançado neste evento está à disposição para aquisição numa mesinha aqui na Plenária. Esse livro, que eu coordenei, resulta de uma pesquisa iniciada em 1999, que foi a primeira pesquisa nacional realizada no Brasil sobre economia solidária. Participaram equipes de pesquisa de quase 10 estados do país. Havia alguns resultados e algumas coisas que nós achamos interessantes e colocamos no livro. No final, nós procuramos fazer uma reflexão mais global sobre a emergência da economia solidária, os caminhos que ela está trilhando, as suas perspectivas e o seu sentido.

Eu queria dizer que esse livro se deve a três fatores principais: a existência de uma rede de universidades, chamada UNITRABALHO, que está presente em todo o país e que promoveu essa pesquisa junto com alguns apoiadores, principalmente, a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, que deu recursos para essa pesquisa. Em segundo lugar, ao Prof. Paul Singer, porque foi ele que reuniu este grupo de pesquisadores em 1998, me convidou para participar do grupo e depois eu acabei assumindo a coordenação da pesquisa. Mas, quem criou o grupo e viabilizou a idéia de fazer uma pesquisa nacional foi o Paul Singer. Eu queria, então, lhe fazer essa homenagem e mostrar o resultado desse trabalho, através desse livro. Em terceiro lugar, o livro se deve à própria dinâmica da economia solidária e à acolhida e receptividade que nós tivemos, em todos esses estados, de vocês, que são os empreendedores e que nos receberam, nos deram entrevistas, nos deram informações e nos estimularam a fazer esse trabalho desde 1999 até mais ou menos 2002. Era isso. Obrigado a vocês pela atenção.

Participante: Eu peço licença à Mesa para fazer um lançamento bem rápido. Eu sou da Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão. Estamos lançando um livro chamado "Autogestão em Avaliação". Foi uma pesquisa feita com algumas empresas principalmente da região sul do país. Quem fez a pesquisa foi o IBASE. Nós tivemos parceria nesse processo, mas eles cumpriram todo o trabalho técnico e científico da pesquisa que baseou a redação deste livro. É o primeiro relato de avaliação do que significaram os dois ou três anos de empreendimentos nesse processo. Isso aqui é um fruto de um convênio feito no Governo do Rio Grande do Sul, em que estavam envolvidas empresas pré-falidas e que se formaram em autogestão e outras empresas. Vale a pena a gente dar uma lida nesse trabalho para ver quais são os pontos bons e os pontos críticos nesse processo. Muito obrigado.

Participante: Este livro retrata a história dos 20 anos da economia solidária realizada pela Cáritas Brasileira. É um livro que conta, avalia e, ao mesmo tempo, coloca interrogações desses 20 anos que a Cáritas vem trabalhando com pequenos projetos alternativos comunitários que contribuíram no conjunto de lutas da economia solidária. Esse livro tem um mérito. Certamente, ele foi escrito por muitas pessoas que estão aqui porque os pequenos empreendimentos que hoje se colocam na economia solidária, em grande parte, estão retratados aqui e fazem parte da história de cada um de vocês. Eu queria dizer que a organização desse livro se deve ao Roberto Marinho, que hoje está na Secretaria Nacional de Economia Solidária; a construção da parte legal se deve ao Haroldo Mendonça, que hoje está na Secretaria Nacional de Economia Solidária; deve-se à Glória Carvalho, que hoje está na caravana do pessoal do Ceará; e se deve a muitos outros que não vale a pena citar. Obrigado.

Coordenadora: Nós vamos passar ao bloco de perguntas que sobraram da Mesa anterior, dando aos participantes um minutinho para fazer as perguntas para que fiquem registradas. A primeira inscrita é a Eliete Sanchez Mauri, do Eixo Rede de Produção, Comercialização e Artesanato.

Eliete Sanchez Mauri: Boa tarde a todos. A minha pergunta é para o Prof. Paul Singer. Eu sou de São Carlos, São Paulo e gostaria de saber sobre os Centros Públicos de Economia Solidária. Nós já sabemos que já foram criados e 14 deles estão sendo inaugurados. Eu gostaria de saber se esses centros vão ser implantados em todos os municípios, se vai haver verbas para isso, se nós vamos ser contemplados também e como é que a gente deve agir para conseguir esses Centros Públicos de Economia Solidária, se é via prefeitura, via ONGs, como é que a gente pode conseguir isso. Muito obrigado.

Jorge Sena – Estilo e Arte de Pernambuco: Boa tarde a todos. Realmente, é uma satisfação a gente ver quase 2.000 empreendedores lutando pelo crescimento desse movimento. Eu queria fazer duas perguntas sobre a introdução da agricultura familiar dentro do "Fome Zero". Com relação ao que o Prof. Paul Singer colocou sobre as parcerias com os Bancos, nós estamos tendo um entendimento diferenciado porque, quando esses agentes financeiros vêm discutir as condições de empréstimos e financiamentos com os pequenos empreendedores, eles trazem para a gente, dentro da economia solidária, o mesmo regime de crédito do processo capitalista. Nós não temos condições de suportar isso. Eu acho que a plenária concorda com isso. Então, eu queria saber como a gente deve proceder para mudar esse raciocínio dos agentes financeiros nas discussões da economia solidária, para suprir as necessidades de financiamento dos pequenos empreendedores.

Maria Gilene – Art's Cursos – DF: Primeiramente, eu queria fazer uma colocação para a Plenária. Eu sou do Distrito Federal. Nós participamos do Fórum de Economia Solidária de Brasília. Muita gente pensa que, porque nós estamos próximos do centro do Governo Federal, temos alguma "regalia", mas nós só temos o apoio de duas assessorias, que são o SEAS e a Pátria Amada, e da Profa. Cristiane da UnB. Esse foi o apoio que nós tivemos até hoje. Em relação a projetos, nós tivemos uma reunião com as SENAES estaduais e o que nos foi colocado é que não seriam financiados projetos de pequeno valor, de R\$ 2.000,00, R\$ 5.000,00 etc. Nós queremos saber como é que estão sendo analisados esses projetos. É preciso que tenham mais carinho pelo DF porque nós estamos num estado em que não temos apoio estadual e necessitamos que, pelo menos, o Governo Federal participe desse processo. Até o momento, não houve mudanças no DF. Tanto é que nós estamos aqui hoje, mas os empreendedores não foram convidados a participar da organização deste evento. Tanto é que há uma empresa participando da organização deste evento e nós temos capacidade de fazer isso. Tem que mudar a partir daqui. Se os empreendimentos não podem prestar serviço para a SENAES, para quem a gente vai poder prestar serviços?

Jaci Pereira – Cooperativa de Materiais Reciclados Santa Genebra de Campinas: Boa tarde a todas e a todos. Eu queria fazer uma pergunta ao Prof. Paul Singer. Aproximadamente há um ano atrás, o senhor esteve em Campinas participando conosco de uma Feira Municipal de Economia Solidária. Na época, eu perguntei o que é que o senhor planejava fazer, uma vez que estaria assumindo a Secretaria, no sentido de coibir os grandes empresários que, desde aquela época e até hoje, vêm comprando todos os materiais recicláveis e tentando com isso desestabilizar as cooperativas de materiais recicláveis.

Uma outra questão é referente aos créditos. Eu acho que tudo aquilo que dá certo, nós temos que passar para os demais. Eu tenho notado que há muitas pessoas que têm tido dificuldade de conseguir créditos. Então, há de se copiar um programa que existe em Campinas, que se chama "Banco do Povo". Eu só queria deixar claro que seria interessante que esses recursos fossem ampliados, mesmo para Campinas, e fossem repassados para os municípios e estados que não dispõem desses recursos. Muito obrigado.

Coordenadora: Obrigado. O último inscrito para essa rodada, antes do relato dos grupos da manhã é o Sr. Júlio César Pena, das Comunidades Indígenas de Roraima.

Júlio César Pena – Comunidades Indígenas de Roraima: Boa tarde a todos. Eu sou Júlio, indígena do Estado de Roraima, da Comunidade Indígena Raposa Serra do Sol. Primeiro, eu gostaria de levar deste encontro uma certeza do empenho, principalmente dos Ministérios, de que o programa de economia solidária, do governo para os empreendedores, seja concretizado e não fique apenas na política, ou não seja usado na política. Em segundo lugar, os Ministérios não devem ser centralizadores, no sentido de que os pequenos empreendedores tenham que vir a Brasília procurar recursos. Ao contrário, é importante que os Ministérios tenham projetos e

políticas que realmente cheguem lá na ponta, lá na população. Uma outra coisa é quanto aos projetos de incentivo da população de economia solidária. Hoje, quando você quer começar, você procura um financiamento e quando você começa a pagar, você já é altamente taxado. Eu queria saber como se pode reverter essa situação, se o governo tem projetos para iniciar o trabalho das comunidades que, futuramente, vão procurar um financiamento para se desenvolver. A terceira pergunta dirigida ao Secretário de Economia Solidária é quanto às políticas de economia solidária para os povos indígenas. Como é que elas estão sendo trabalhadas e como poderão ser implementadas? Isso está sendo discutido com os povos indígenas? Hoje, não há iniciativas de projetos para o desenvolvimento da economia solidária nas comunidades indígenas. Eu queria saber se, na composição da própria Secretaria, tem espaço para as comunidades indígenas discutirem seus problemas, principalmente, em relação às questões da economia solidária. Obrigado.

Coordenadora: Vamos agora iniciar o relato dos grupos da manhã. Nós pediríamos que os relatores que forem chamados agora sejam precisos no tempo para que haja possibilidade de diálogo mesmo. Hoje pela manhã, a Plenária foi dividida em grupos, de acordo com os temas da economia solidária. Este relato é fruto da discussão de vários grupos. Os relatores são: Grupo de Educação – Dora, do DF; Grupo da Informalidade – Denise, do Mato Grosso do Sul; Grupo de Finanças – João Luis, do Rio de Janeiro; Organização Social – não foi indicado o nome do relator; Cooperativismo – Ana Rita da Bahia; Redes de Produção, Comercialização e Consumo – Adriane, do Pará; Comunicação – não consta o nome do relator. É importante que os relatores dos Grupos de Organização Social e Comunicação se dirijam aqui para o palco.

O Grupo da Educação, cujo relator é a Dora do DF, fará agora a apresentação do seu relatório.

Relator do Grupo de Educação: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria cumprimentar a Mesa. Em nome do Grupo do Eixo de Educação, Democratização do Conhecimento e Tecnologia, eu vou fazer o relatório da discussão de hoje. Eu primeiro lugar, eu queria dar uma visão da composição do grupo. Foram 112 participantes de 18 estados, sendo um grupo muito diversificado. Havia jovens, índios, negros e negras, ou seja, representantes de diversas etnias.

Nós dividimos o relatório em duas partes: questões gerais e propostas de políticas públicas. Em relação às questões gerais, a nossa proposta é que: (1) nas políticas públicas para educação, seja diferenciado o assistencialismo da solidariedade. Na verdade, têm sido desenvolvidas ações como se fossem de solidariedade, mas elas têm um cunho assistencial; (2) precisamos de menos burocracia para os financiamentos da economia solidária. Precisamos de uma política diferenciada de acesso ao crédito; (3) é necessária a valorização do profissional de educação.

Em relação às propostas de políticas públicas, temos: (1) a educação é fundamental para a economia solidária. Ela deve ser pensada como uma educação inclusiva, solidária e para a vida, com respeito à diversidade e com a construção da cultura da economia solidária; (2) o MEC deve estabelecer diretrizes para o trabalho na educação, na perspectiva da economia solidária, de maneira que os conteúdos e as metodologias escolares sejam contemplados; (3) pensar a educação em forma de rede, integrando todas as áreas; (4) a política de extensão das universidades deve ser incorporada como um eixo de políticas de avaliação no MEC. Para tanto, a política de extensão deve ter um foco na economia solidária e na autogestão. Hoje, ela é reduzida às práticas assistencialistas; (5) é necessário revisar o Sistema "S" ou mudar sua forma de financiamento e metodologia, criando um sistema próprio para a economia solidária; (6) deve haver a transferência de recursos para os Fundos Públicos com controle social. É necessário se desenvolver programas de qualificação para a economia solidária. Isto inclui a discussão do Sistema "S". Precisamos de uma política de qualificação profissional mais ampla que deve ser continuada, sistemática e incluir conteúdos técnicos de gestão, socioeconômicos e políticos. Além disso, solicitamos a mudança na forma de gestão e utilização do FAT. Uma proposta é que a economia solidária tenha assento nos Conselhos e Comissões de Trabalho e Renda. Até agora, isso tem sido limitado à Comissão Tripartite. Propomos que além da Comissão Tripartite, a economia solidária seja mais um membro desse Conselho. Uma outra proposta é estabelecer uma quota de recursos do FAT para cada estado investir na economia solidária. Precisamos de uma educação continuada para os grupos já existentes da economia solidária, utilizando os recursos do FAT e do PRONAF, bem como a inclusão de grupos vulneráveis socialmente. É importante desenvolver cursos de elaboração de projetos para os grupos de economia solidária. Muitas vezes, eles ficam na dependência de órgãos de assessoria, de

universidade etc. Então, eles reivindicam que os próprios empreendedores sejam capacitados para que eles possam elaborar seus projetos eles mesmos; (7) é necessário articular a política de qualificação com as políticas de investimentos para a produção, acesso a mercados e comercialização dos grupos de economia solidária; (8) desenvolver uma política de fomento e fortalecimento das incubadoras de economia solidária; (9) os conteúdos e a metodologia de educação devem incluir questões relacionadas ao meio ambiente e à educação para o consumo solidário; (10) levar em consideração a diferenciação entre o meio rural e o meio urbano, as regiões geográficas, a cultura e a etnia; (11) alfabetização e inclusão digital para os trabalhadores da economia solidária; (12) estabelecer uma política governamental de acesso dos grupos de economia solidária à produção de ciência e tecnologia; (13) desenvolver tecnologias apropriadas à proposta da economia solidária.

Para encerrar, eu vou dizer uma frase que foi citada pela participante mais jovem do grupo. Ela disse: "Poderá se calar a voz da experiência, mas continuará sempre a voz da esperança". Obrigado.

Coordenadora: Eu queria avisar a todos que temos aqui delegações de redes internacionais do Peru, da Cáritas do Haiti, da República Dominicana e a Cáritas do Panamá. O segundo grupo a se apresentar é o Grupo do Eixo da Informalidade, cujo relator é a Denise, do Mato Grosso do Sul. Não está presente. Vamos passar para o outro grupo. O próximo é o Grupo de Finanças, cujo relator é o João Luis, do Rio de Janeiro

Relator do Grupo de Finanças Solidárias: Boa tarde a todos e a todas. Eu vou apresentar aqui o relatório das discussões do Grupo de Finanças Solidárias. Foram selecionados 11 propostas: (1) maior atenção dos gestores públicos aos pedidos e solicitações dos empreendimentos solidários, com o retorno de políticas públicas como respostas; (2) acesso menos burocrático às linhas de crédito, com juros menos diferenciados e subsidiados, voltados somente para os empreendimentos autogestionários e da agricultura familiar, levando em conta as realidades regionais; (3) criar leis que tornem obrigatório, aos Bancos Públicos e Privados, atender às necessidades das iniciativas da economia solidária; (4) que os estados e municípios dêem isenção de impostos e subsídios, por tempo determinado, aos empreendimentos de economia solidária; (5) criação de linhas de financiamento federal para os programas de capacitação e tecnologia social para os empreendimentos de economia solidária; (6) criação de entidades financeiras (Banco Nacional e Agências Solidárias), com apoio federal, estadual e municipal, com representação dos empreendimentos solidários ligados a ONGs, OCIPs, cooperativas e associações, para gerenciar verbas de fundos perdidos, a fim de financiar projetos de economia solidária, com crédito rotativo para estas atividades, fomentando a criação de Feiras de Trocas Solidárias com Moedas Sociais; (7) facilitar aos empreendimentos solidários a informação e o acesso às linhas de crédito existentes, através da Internet e outras formas mais populares, bem como a orientação e o acompanhamento; (8) tornar a Resolução 3.106 do Conselho Monetário Nacional, em Lei Complementar ao Art. 192, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional; (9) anistia total das dívidas públicas passadas dos empreendimentos solidários; (10) construir um marco legal adequado ao sistema financeiro voltado para a economia solidária; (11) que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal, ou seja, com vários setores públicos, disponibilizando mais recursos financeiros para os empreendimentos de economia solidária.

Esses são os temas debatidos no Grupo de Finanças Solidárias. Pediram-me para colocar que todos dêem uma olhadinha para a composição da Mesa, em relação à questão de gênero. É uma Mesa totalmente masculina, sem nenhuma representação de mulheres.

Coordenadora: Eu só queria dizer que, gentilmente, o Prof. Paul Singer havia delegado a mim a responsabilidade de representar a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Mas eu achei que a Plenária preferiria o Prof. Paul Singer. É por isso que ele lá está. Mas teria uma mulher compondo a Mesa, por gentileza dele. Eu queria chamar o representante do Grupo de Informalidade. O relator é o Jaime, do Banco do Povo, de Campinas.

Relator do Grupo de Informalidade: Boa tarde a todas e a todos. Eu também gostaria que prestassem atenção, na formação da Mesa, à questão da etnia. Eu vou fazer o relato das propostas do Grupo da Informalidade. Eu gostaria de chamar a atenção da organização do evento para uma questão que foi levantada no grupo. Por essa forma de encontro, os trabalhos

ficam sempre muito atropelados. O grupo não tem tempo para realmente discutir as questões. Um ou outro faz alguma colocação que passa para a Comissão de Relatoria e muitas coisas que foram realmente discutidas no grupo deixam de constar do relatório final. As propostas do Grupo de Informalidade são as seguintes: (1) necessidade de avançar na troca de experiências para a mudança de leis que favoreçam a organização de empreendimentos solidários, como cooperativas, associações, OCIPs, em relação à formalização e tributação. Esta proposta foi subdividida em vários itens: (a) redução do número mínimo para formar cooperativas; (b) tirar a obrigatoriedade da publicação de editais em jornais, pois o custo é muito alto; (c) reduzir e/ou isentar o pagamento de taxas junto às Juntas Comerciais e Cartoriais para os empreendimentos solidários; (d) reduzir impostos para as cooperativas e demais empreendimentos solidários, como o INSS, PIS/COFINS e outros. Por exemplo, os trabalhadores cooperados pagariam INSS, no máximo, ao percentual descontado dos trabalhadores empregados. Ou seja, as cooperativas não precisariam pagar a taxa patronal. Como os empreendimentos das cooperativas solidárias não têm finalidade lucrativa, não podem ser taxados da mesma forma que as empresas capitalistas que concentram renda. Há de se criar critérios e mecanismos que impeçam que a legislação contemple empreendimentos que não pratiquem os princípios da economia solidária; (e) modificar a Lei de Licitação, possibilitando a participação de empreendimentos solidários devidamente certificados; (f) criação de lei federal de apoio à economia solidária, facilitando o acesso dos empreendimentos a crédito, à formação, capacitação tecnológica, comercialização de produtos e serviços e consumo solidário. Esta lei deverá ser construída contando com a contribuição das instâncias de representação e organização dos empreendimentos nos níveis municipal, estadual, regional e federal; (2) necessidade do Governo Federal fiscalizar a aplicação de suas políticas nos municípios, pois estão havendo cobranças inadequadas de documentos e taxas, que estão acima das informadas pelo governo: (a) necessidade de uma política de formação para os agentes executores das políticas e programas de governo sobre a economia solidária, como a CEF, Banco do Brasil, Banco do Povo e também as DRTs; (b) solicitação da publicação de materiais informativos e formativos, como por exemplo as cartilhas, a fim de capacitar os agentes e padronizar os procedimentos, principalmente, para a liberação de crédito; (3) acesso ao crédito, não exigindo a comprovação de renda e sim a análise dos negócios. Geralmente, pede-se para que o empreendedor comprove a renda e para os informais isso é mais difícil; (4) necessidade de diferenciar empreendimentos solidários autênticos dos demais, através de: (a) constituição de Conselhos da Economia Solidária, os quais, além de outras, terão a responsabilidade de certificar os empreendimentos solidários; (b) o governo deve cumprir seu papel no sentido de impedir a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, através das falsas cooperativas. As DRTs poderão estar auxiliando nesse processo; (c) com relação às cooperativas de trabalho, criar lei trabalhista específica que incorpore os custos trabalhistas e sociais, de forma a impedir a precarização do trabalho; (5) criar programas de formação e capacitação, além de prover assessoria gratuita, ágil e eficiente na formalização dos empreendimentos solidários; (6) garantir que os empreendimentos informais tenham acesso a programas governamentais, possibilitando, inclusive, a sua formalização dentro das novas regras propostas; (7) fomentar a criação de espaços de comercialização dos municípios, que possibilite a inclusão dos empreendimentos informais da economia solidária. Obrigado.

Coordenadora: O próximo relatório é do Grupo de Falências, cuja relatora é a Denise, do Mato Grosso do Sul. Não está. Vamos para o Grupo de Organização Social, cuja relatora é a Rosiele, do Pará.

Relator do Grupo de Organização Social: Boa tarde a todos e a todas. É um grande prazer estar discutindo temas tão importantes com outros companheiros de todos os estados do Brasil. O Grupo de Organização Social discutiu propostas para que essa economia solidária realmente continue acontecendo no nosso país. Nós estamos aqui organizados, com um grande número de pessoas de todos os estados e organizações, e estamos querendo mudanças. As nossas propostas são: (1) que haja intersetorialidade da política pública de economia solidária em relação às demais políticas existentes; (2) que as políticas públicas da economia solidária respeitem as diversidades regionais com suas potencialidades e peculiaridades; (3) que haja uma garantia, por parte do governo, de modalidades da economia solidária, como políticas públicas de Estado e não de governo para que, de forma legal, possam assegurar que, mesmo que haja uma troca de governo, as cooperativas, as associações, enfim, os empreendimentos não possam ser prejudicados; (4) que se crie uma lei para que órgãos públicos municipais, estaduais e federais possam doar e não comercializar o material reciclado para as cooperativas de reciclagem; (5) que o governo possa assegurar uma reserva financeira para custear

assistência técnica e especializada, de forma assistida e continuada, junto aos empreendimentos; (6) que o Fórum de Economia Solidária possa, e tenha, a devida autonomia financeira e organizacional para desenvolver o seu verdadeiro papel; (7) que se criem e fortaleçam as formas de otimização da economia solidária; (8) que os fóruns, no âmbito municipal e estadual, sejam eles redes ou outros, tenham sua autonomia; (9) que na criação e organização de tais fóruns haja seriedade, compromisso e ética com os empreendimentos; (10) que o Fórum Brasileiro de Economia Popular possa construir uma rede de intercâmbio cultural e comercial, através de Centros de Referência, construídos com o apoio do governo; (11) que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária possa verificar se as organizações e as redes não estão atreladas a políticas partidárias que venham a atrapalhar o movimento e a sua autonomia; (12) que o Fórum Brasileiro realize, com o apoio das bases regionais, um mapeamento de todos os empreendimentos da economia solidária, em nível nacional, para que toda a sociedade tenha conhecimento de quem pratica economia solidária no Brasil; (13) que sejam articuladas, pelo Fórum Brasileiro, estratégias para que a economia popular seja incorporada na economia solidária, sob os princípios da cooperação e da autogestão; (14) que as assessorias e órgãos públicos garantam seu espaço, continuando dando seu apoio, mas não como empreendimentos, e sim como assessoria; (15) que possa ser criado um mecanismo de acesso aos recursos destinados ao Sistema "S" para a execução das políticas da economia solidária; (16) a criação de um Conselho Nacional de Economia Solidária, pela SENAES, em diálogo com o Fórum Brasileiro e com a participação dos representantes de cada estado, com vistas a ampliar as alianças dentro e fora do governo, em favor da economia solidária, respeitando sempre o trabalho das bases.

Para que a organização social da economia solidária realmente aconteça, entendemos que o Estatuto dos Empreendedores da Economia Popular e Solidária é mais do que urgente e, neste momento, é mais que necessário para assegurar os direitos de todos os empreendedores que aqui querem mudanças.

Também queremos dizer que, sabendo de uma notícia, que saiu no Correio Brasiliense, sobre a constituição de um Grupo de Trabalho, com representação de 19 Ministérios, para apresentarem o Programa Nacional Brasileiro da Juventude, levando propostas ao Presidente, queremos saber o que está acontecendo nesse grupo em prol da juventude, que é empreendedora, que é solidária, e de que forma a juventude vai ser inserida nesse processo. Muito obrigado.

Coordenadora: Vamos passar a palavra ao Relator do Grupo de Cooperativismo, Ana Rita, da Bahia.

Relator do Grupo de Cooperativismo: Boa tarde a todos e a todas. Nosso grupo, que discutiu o tema cooperativismo, foi subdividido em três grupos. Por isso, tem uma companheira que está me acompanhando como Relator. Dentre esses três grupos que discutiram o tema, dois deles utilizaram um texto de apoio produzido pelo Fórum de Cooperativas Populares do Rio de Janeiro, sobre o marco jurídico, que foi considerado texto base das nossas discussões. As propostas que nós pontuamos foram: (1) partindo da legislação atual do cooperativismo, propor uma atualização que atenda à realidade dos empreendimentos da economia solidária, com uma lei específica para a economia solidária, visando à redução da burocracia e taxaço; (2) atualmente, há uma representação inadequada do cooperativismo popular que não condiz com as necessidades das pequenas associações e cooperativas da economia solidária; (3) facilitação jurídica por parte dos estados para a legalização dos empreendimentos da economia solidária; (4) criação de um imposto único para as cooperativas populares e que isso não signifique a somatória dos valores atuais. Achamos importante a legalização, mas estamos entre pagar impostos e comer; (5) regulação dos atos cooperativos para funcionamento das cooperativas populares, como por exemplo, a ausência de tributação sobre trocas solidárias; (6) redução dos valores arrecadados pelos cooperados para a Seguridade Social, de acordo com as possibilidades do contribuinte; (7) necessidade de crédito que incentive a produção com a criação imediata do Programa de Apoio à Economia Solidária – PRONAES, semelhante ao PRONAF; (8) constituição de um Estatuto para os Empreendimentos Solidários; (9) criação de uma quota para os empreendimentos da economia solidária nas compras públicas; (10) créditos para a piscicultura, direcionados à reconstrução de cadeias ecológicas; (11) acompanhamento técnico, jurídico e contábil, com o apoio da SENAES; (12) sob a coordenação da SENAES, que as DRTs se equipem para oferecer assessoria técnica permanente para os empreendimentos da economia solidária; (13) destinação de parte da verba pública, que atualmente destina-se exclusivamente ao

Sistema "S", à economia solidária; (14) que as escolas públicas e programas sociais relacionados à alimentação, adquiram produtos oriundos da economia solidária, em forma de projeto de lei; (15) fomento à exportação dos produtos da economia solidária, via Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou Ministério da Agricultura, através de uma câmara específica, para verificar a qualidade dos produtos e emitir certificados; (16) que as cooperativas de economia solidária possam participar das licitações públicas; (17) com o combate ao falso cooperativismo e prioridade na construção de cooperativas da economia solidária em serviços públicos; (18) apresentação imediata do mapeamento dos empreendimentos da economia solidária, realizado pela SENAES. Obrigado.

Coordenadora: O próximo é o Grupo de Falências, cujo relator é o Felipe, da Paraíba.

Relator do Grupo de Falências: Boa tarde a todos. Mexer com a Lei de Falências é estar mexendo com o coração do capitalismo e representa a possibilidade de os trabalhadores serem agentes históricos de transformação social. Atualmente, a forma como a Lei de Falências está regulamentada não atende aos anseios da população, no sentido de democratização da renda, perpetuando, desta forma, a subjugação do capital núcleo sobre o trabalho produtivo.

Nós discutimos essa questão e deliberamos as seguintes propostas: (1) que o Ministério Público não tenha possibilidade de retirar equipamentos, máquinas das empresas falidas e que estão sendo recuperadas por autogestão dos trabalhadores; (2) dar preferência aos trabalhadores e trabalhadoras em autogestão em detrimento dos créditos bancários, tributos governamentais e outros; (3) penalidades para os empresários que deram origem à falência; (4) que os trabalhadores e trabalhadoras organizados em empresas de autogestão, oriundos que empresas falidas, tenham acesso a crédito subsidiado e linhas de financiamento junto ao BNDES; (5) carga tributária diferenciada para as cooperativas de autogestão; (6) que os proprietários de empresas falidas não possam desenvolver atividades cooperativistas ou de autogestão; (7) garantia de acesso a crédito pelas cooperativas ou empresas que desenvolvam atividades econômicas de autogestão para que possam adquirir, tanto o patrocínio das empresas falidas, como linhas de crédito, de investimento e custeio de capital de giro; (8) garantir que a Lei do Cooperativismo permita a constituição de cooperativas com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras, conforme os seus interesses, garantindo o acesso a crédito por linhas de financiamento também para as associações. Era isso. Obrigado.

Coordenadora: Passamos ao Relato do Grupo de Comunicação, cujo relator é o José Sandoval, de Rondônia.

Relato do Grupo de Comunicação: Boa tarde a todos. Nós estamos aqui neste momento maravilhoso, em que temos o privilégio de conviver com muitas cidades do nosso Brasil. Eu sou de Rondônia e venho pedir a vocês da Mesa que dêem atenção a nós que somos do interior, para que possamos fazer esses eventos, regionalmente, lá para o lado de Rondônia, facilitando com que as associações e cooperativas possam participar. Tirando recursos do nosso bolso, fica muito caro para nos deslocarmos até aqui. A idéia é que possamos fazer esse tipo de evento na região onde moramos.

O grupo deliberou sete pautas de políticas públicas. A primeira pauta é sobre comunicação. As propostas são: (1) legislação que favoreça a criação e legalização de rádios e TVs comunitárias; (2) incentivo ao radioamadorismo em áreas de difícil acesso; (3) espaço nas TVs estatais para veiculação de programas voltados para a economia solidária; (4) abertura de linhas de crédito para incentivo e informatização das ações de comunicação alternativa, como, rádio comunitárias, jornais e informativos; (5) abertura de linhas de crédito para que os empreendimentos de economia solidária possam ter computadores conectados à Internet; (6) criar uma entidade que coordene e monitore os meios de comunicação alternativos; (7) disponibilizar verbas públicas para os meios de comunicação alternativos, através da veiculação de anúncios dos governos federal, estadual e municipal; (8) dar preferência aos meios de comunicação alternativos para divulgação das informações do governo, transferindo a renda do setor privado para os meios comunitários; (9) criação de um espaço obrigatório e gratuito na mídia comercial para divulgação das ações e produtos da economia solidária; (10) incentivo aos meios de comunicação alternativa escrita.

A segunda pauta é sobre acesso à informação. As propostas são as seguintes: (1) maior divulgação das ações da economia solidária; (2) criação de um catálogo, ou lista de divulgação dos produtos de empreendimentos da economia solidária; (3) promover a ética nos meios de comunicação comercial, principalmente, no meio jornalístico; (4) criar um veículo específico para gerar diálogo entre o governo e os empreendimentos solidários; (5) criação de um mecanismo de divulgação das ações referentes à economia solidária; (6) ampla divulgação do Plano de Ação da SENAES e ações como o mapeamento dos empreendimentos da economia solidária; (7) divulgação de informações, através de vídeo itinerante informativo dos empreendimentos de economia solidária; (8) intercâmbio de informações através de vídeo itinerante e informativo, tipo circular, entre os empreendimentos de economia solidária; (9) criação de uma rádio interna da economia solidária, em eventos como este.

A terceira pauta é sobre educação na comunicação. As propostas são as seguintes: (1) adequar o conteúdo dos livros didáticos das escolas à economia solidária; (2) criação de cartilha, ou informativo, que fale a respeito do dia a dia dos empreendimentos, bem como dos valores por eles desenvolvidos; (3) incentivar o uso do software alternativo e gratuito, bem como a audiência aos canais públicos; (4) incentivar a propaganda boca a boca; (5) evitar usar termos técnicos na comunicação com os empreendedores, usando uma linguagem de fácil acesso; (6) respeitar a diversidade de cultura e reforçar a luta dos povos indígenas e quilombolas.

A quarta pauta é sobre inclusão digital. As propostas são as seguintes: (1) promover a Internet como meio de divulgação dos empreendimentos, ações e produtos da economia solidária, em âmbito nacional e estadual, havendo troca de informações entre ambos; (2) criação de um *site* com classificados da economia solidária; (3) criação de uma rede de troca de informações entre empreendimentos.

A quinta pauta é sobre capacitação. As propostas são as seguintes: (1) capacitar os empreendedores para fazerem a comunicação dos seus produtos, levando em conta os meios de comunicação alternativos; (2) capacitar os empreendedores quanto aos instrumentos de planejamento, avaliação e monitoramento como forma de favorecer a troca de informações e o diálogo; (3) capacitar os radialistas comunitários.

A sexta pauta é sobre o intercâmbio de informações. A proposta é de se criar um intercâmbio entre o movimento de empreendimentos solidários e os movimentos de rádios comunitárias.

A última pauta é sobre a divulgação na comunicação. As propostas são as seguintes: (1) divulgação da economia solidária na mídia, por artistas populares; (2) divulgação do relatório do evento para todos os participantes, inclusive, deste I Encontro aqui em Brasília. Muito obrigado.

Coordenadora: O próximo é o Grupo de Redes de Produção, Comercialização e Consumo, cuja relatora é a Adriana, do Pará.

Relator do Grupo de Redes de Produção, Comercialização e Consumo: Boa tarde a todos. Antes de começar a ler as propostas, eu queria comentar que, em função da grande procura sobre o tema "Redes de Produção, Comercialização e Consumo", tivemos praticamente 800 pessoas discutindo esse tema, em oito subgrupos. Em função disso, nós temos 54 propostas para serem lidas. Por isso, nós fomos o último grupo. As propostas são as seguintes: (1) reduzir a burocracia em todo o processo de aquisição de crédito, investimento, manutenção e capital de giro e no processo de aquisição de produtos por entidades governamentais, com negociação direta entre a SENAES e os empreendimentos; (2) criação de linhas de crédito para todos os segmentos e pontos da cadeia produtiva, com juros diferenciados junto à Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Central e BNDES; (3) cessão de prédios e equipamentos públicos abandonados para comercialização dos produtos da economia solidária e também espaços em metrô e shoppings; (4) leis que regulamentem a economia solidária, caracterizando o empreendedor solidário e estipulando tributação diferenciada; (5) criação de um Selo da Economia Solidária, sem custo para os empreendimentos e criação de uma Secretaria de Economia Solidária em cada estado, formada por empreendedores solidários, com lideranças rotativas – MDA, SENAES, MMA e empreendedores; (6) incentivar a formação de Conselhos Municipais de Economia Solidária; (7) trabalhar o marketing de divulgação através do Ministério da Comunicação e a RADIOBRÁS; (8) criação de um catálogo de produtos e serviços dos empreendimentos da economia solidária e distribuir cartilhas sobre trocas e redes solidárias;

(9) incentivar e apoiar o turismo social no nordeste do Brasil; (10) criar uma Central de Negócios da Economia Solidária para a comercialização de um modo geral – MDA, INCRA, MDS e CONAB; (11) capacitação em autogestão, desde o pequeno empreendimento; ... (troca de fita) ... (13) fortalecer as feiras de economia solidária como espaço para a comercialização e capacitação, através da SENAES e do MDA; (14) estabelecer o regulamento interno para organização das feiras de economia solidária; (15) definir critérios para caracterizar os empreendimentos solidários; (16) garantir, nas feiras, espaços para todos os ramos de atividades, realizando feiras mensais em cada estado e feiras semanais nos municípios; (17) construir políticas públicas de apoio para realização das feiras; (18) incentivar a criação de cooperativas de consumo, principalmente, junto aos servidores de órgãos públicos e outros; (19) formar cooperativas que reúnam associações com fundo rotativo para divulgação, informação e conscientização social e coletiva sobre economia solidária e criação de bancos de dados; (20) disponibilizar um *site* para intercâmbio de empreendimentos solidários em todos os estados; (21) utilizar os meios de comunicação já existentes – TV, rádios, jornais etc., – para sensibilizar sobre o consumo solidário; (22) buscar a participação de representantes de consumidores no planejamento e organização dos eventos de economia solidária; (23) incentivar que o Poder Público e as entidades de apoio possuam produtos e serviços da economia solidária; (24) facilitar o transporte de mercadorias e pessoas dos grupos de economia solidária e também obter a isenção de impostos para a aquisição de veículos para grupos da economia solidária para transportes de carga de, no mínimo, 15 toneladas; (25) modificar a Lei de Licitações e capacitar os empreendedores, propiciando a participação de empreendimentos da economia solidária; (26) garantir uma quota mínima de compras governamentais junto aos empreendimentos solidários, através das escolas, restaurantes populares, hospitais, presídios etc. – Ministério da Saúde e CONAB; (27) que a associação tenha direito a emitir notas fiscais; (28) criar laboratórios, em cada estado, que estejam habilitados para exames de doenças viróticas, bacteriológicas etc., bem como, análise de alimentos, como ovos, carnes, leite, água, mel, hortaliças e frutas; (29) o governo federal deve fracionar o consumo de vacinas, no mínimo de mil doses; (30) incentivar a reflexão sobre a exportação de excedentes; (31) criar calendários e roteiros de festas e eventos em cada comunidade local; (32) sugerir ao governo federal uma Carta de Sensibilização aos Governos Locais, divulgando a importância da economia solidária e seu impacto no desenvolvimento local sustentável; (33) criação de uma moeda solidária; (34) gerar oferta conjunta para compras públicas e desenvolver ação conjunta de empreendimentos solidários para realizar e obter educação coletiva para potencializar consumidores solidários, assistência técnica, financiamento público de espaços em feiras promocionais e exportação, bem como uma política pública para potencializar redes e iniciativas territoriais emancipatórias, via formação de crédito e autonomia sobre entidades de apoio, em relação aos serviços de formação, incorporação de novas tecnologias, assistência ao crédito e exportação; (35) inserir a discussão sobre economia solidária nos espaços educativos, como escolas públicas, em todos os níveis; (36) criar um código de comercialização e marketing dos produtos da economia solidária, através do código de barra; (37) trocar experiências entre as várias iniciativas nos estados, para viabilizar a participação dos empreendimentos solidários como fornecedores de produtos e serviços nos encontros da economia solidária. A alimentação neste Encontro poderia ter sido realizada pelos empreendedores da economia solidária. O Fórum Mineiro de Economia Solidária, e vários outros, já têm esta prática; (38) discutir e socializar a Lei de Fomento à Economia Popular e Solidária, que já foi sancionada em Minas Gerais; (39) criação de um fundo específico para a economia solidária, que seja desvinculado do Sistema "S"; (40) facilidade no escoamento da produção; (41) regulamentação de uma lei de cooperativas que facilite a estruturação com menos associados; (42) fornecer acesso à informática e aos equipamentos necessários aos armazéns para escoamento intermunicipal e interestadual para os produtores e as feiras; (43) a SENAES deve facilitar a doação de equipamentos usados, e seminovos, para os produtores; (44) criar a Casa da Economia Solidária em cada estado; (45) dialogar com órgãos do Governo Federal para melhorar a política pública da economia solidária, como exemplo da Rede de Gestores do Ceará – SENAES e Casa Civil; (46) os próximos encontros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e dos empreendimentos de economia solidária deverão ser realizados através da contratação dos serviços de economia solidária – SENAES; (47) tarifas especiais dos correios para empreendimentos de economia solidária; (48) as redes devem ser articuladas para promover a alta sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária; (49) adquirir recursos para informação e comercialização, criando projetos para sistematizar todas as associações, cooperativas, centros comunitários e outros que promovam a economia solidária; (50) encontros estaduais e nacionais para troca de informações, experiências, comercialização etc.; (51) que os órgãos competentes

promovam assistência técnica aos produtores, em qualificação, autogestão, administração, inclusive, levando conhecimento da legislação dos empreendimentos de economia solidária; (52) empréstimos com seis meses de carência, onde o empreendedor só irá pagar a meta. Este empréstimo será dividido entre os membros do empreendimento para comprarem os produtos necessários, sem burocracia nem juros; (53) divulgar, na rede hoteleira, e incentivar o consumo entre os turistas, dos produtos oriundos da economia solidária; (54) rever os programas do Governo Federal, a exemplo da CONAB e outros; (55) constituição de um Fundo Cooperativo, através da arrecadação de um percentual da comercialização e de recursos, que seriam captados de instituições públicas e privadas, como créditos, ou a fundo perdido. Por exemplo, junto ao BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central e demais instituições financeiras. As taxas de juros praticadas devem ser menores que as de mercado; (56) apoio público à realização de oficinas para organização de redes por estado, com o levantamento das oportunidades para os empreendimentos solidários – SENAES, MDA e INCRA. Essas foram as propostas do Grupo de Redes de Produção, Comercialização e Consumo. Obrigado.

Coordenadora: Vamos passar a palavra ao Prof. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Obrigado, companheiro. Agora vamos finalmente entrar no diálogo. Eu queria dar os parabéns a todos os companheiros que participaram dos grupos. Eu acredito que o trabalho dos grupos é importantíssimo. Para nós da SENAES, esse material vai ser extremamente útil para nós tirarmos as diretrizes e as prioridades da nossa ação. A representatividade desse I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária nos leva a julgar dessa maneira. O que nós vamos poder responder aqui, de pronto, já garanto a vocês que vai ser amplamente insuficiente.

Nós temos praticamente mais de uma hora e estamos 13 aqui na Mesa, que é o número do PT. Não podia ser diferente. Cada um de nós vai poder falar por cinco minutos. Se alguns companheiros falarem menos, o tempo assim economizado poderá ser dado a outros companheiros. Por exemplo, finanças, capital de giro, empréstimos e tributos são assuntos que perpassam grande parte dos relatórios dos grupos de trabalho. Então, quem sabe os companheiros do Ministério da Fazenda terão um pouco mais tempo. Mas, não vai dar. Eu ouvi o companheiro Gilson fazer uma exposição sobre esse assunto, há poucos dias, e demorou uma hora. Realmente, em cinco minutos, não sei que milagre ele vai fazer. De qualquer forma, estou achando que nós poderíamos seguir um critério político, ou geopolítico. Eu vou começar da esquerda para a direita. Então, o primeiro companheiro a falar seria o companheiro Flávio Servo, do Ministério da Fazenda.

Flávio Servo – Ministério da Fazenda: Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite do Prof. Paul Singer e dizer que realmente as questões que foram colocadas aqui foram bastante interessantes e pertinentes. Eu sou do Ministério da Fazenda e, na nossa área, nós estamos agora discutindo os recursos para atacar essa questão da informalidade. Nós estamos ainda num processo de discussão, mas o que eu poderia adiantar para vocês é que o nosso foco é o pequeno empreendedor. Nós pretendemos dar maior segurança ao pequeno empreendedor, que hoje tem atuado como pessoa física e tem sido excluído de uma série de processos econômicos. Entre as coisas que nós estamos buscando nas nossas discussões é permitir, por exemplo, que o pequeno empreendedor possa atuar como empresa individual, inclusive emitindo Nota Fiscal. Nós estamos tentando desonerar ao máximo a carga tributária pública do pequeno empreendedor. Nós estamos também discutindo, com os estados e municípios, a possibilidade de se desburocratizar e simplificar o acesso à constituição de empresas e vários outros itens, no sentido de simplificar, ao máximo, as obrigações que hoje oneram o pequeno empreendedor. Basicamente, era isso que eu queria falar. Obrigado.

Fábio Silva – Caixa Econômica Federal: Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite. A Caixa participa deste evento com muita alegria, até porque, a Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira 100% do Governo Federal. Nós ficamos muito felizes quando ouvimos o relato do trabalho que foi realizado na parte da manhã e as provocações que sofremos, enquanto instituição financeira. Eu acho que a Caixa tem a obrigação de atender às demandas da sociedade, as demandas de vocês. De alguns anos para cá, a Caixa tem mudado a cara e tem havido uma constante quebra de paradigma dentro da empresa. Hoje, a Caixa se apresenta, não só para o Governo Federal, por determinação do nosso Presidente, mas também como banco,

procurando ser um banco de acesso fácil, desburocratizado, para que a gente possa atender, de imediato, todas essas demandas.

Eu vou tentar responder pelo menos algumas das questões que foram aqui levantadas. A Caixa atua em alguns segmentos como o segmento de desenvolvimento urbano, saneamento, infraestrutura, habitação etc.. Quantos de vocês não têm uma casa que foi financiada pela Caixa Econômica Federal, não têm uma poupança na Caixa? É assim que a Caixa fica ao lado de vocês, como um banco das políticas sociais do Governo e também um banco comercial. Sabemos de todas as dificuldades e fatores de limitação de acesso ao crédito hoje no país, tanto por parte dos bancos, com uma política de risco, como por parte dos microempreendimentos. Muitas vezes, as garantias são insuficientes. Às vezes, há restrições por problemas de cadastro; às vezes, por projetos inviáveis. Isso que dificulta cada vez mais o acesso ao crédito.

Pensando nisso, em 2003, uma das ações que a Caixa fez para tentar não só facilitar, mas também ampliar o acesso ao crédito, foi o lançamento de uma conta corrente chamada "Conta Caixa Aqui". É uma conta corrente destinada à pessoa física. O único documento necessário para a abertura dessa conta é a carteira de identidade e o CPF. Não é obrigatório, nem o comprovante de renda, nem o comprovante de endereço. A tarifa dessa conta é zero. Até o dia de ontem, nós alcançamos 2.085.000 contas abertas no país, para pessoas que nunca tinham tido um acesso a uma conta corrente no Brasil. É uma conta que é movimentada com cartão, é uma conta que você movimenta tanto em agências como em Casas Lotéricas. A Caixa hoje está presente em 5.560 municípios brasileiros e mais de 16.000 pontos de atendimento. Então, essa conta corrente pode ser movimentada, tanto nas Agências da Caixa, quanto nas Lotéricas, quanto nos nossos correspondentes bancários. Além da conta corrente, a Caixa também tem um crédito rotativo dessa conta. A partir de 3 meses de movimentação dessa conta, você tem direito a um crédito rotativo na sua conta, no valor de R\$ 200,00. No começo, pensamos que o valor seria muito baixo, mas os estudos estão mostrando que esse valor está sendo bem utilizado e está sendo satisfatório.

Nós tomamos uma postura de consultor dos microempreendimentos. Enquanto relacionamento empresarial, os gerentes da Caixa têm a função de consultores. Essa é a função da Caixa dentro do empreendimento. Estando perto do empreendimento, a Caixa consegue diagnosticar e formatar produtos específicos de acordo com a necessidade desse empreendimento. Por exemplo, em arranjo produtivo local, hoje a Caixa está presente em 25 regiões do Brasil. São 171 municípios e mais de 10.000 empresas que a Caixa atende em arranjo produtivo local. A metodologia nos proporcionou, estando perto desses empreendimentos, que a Caixa formatasse produtos específicos para atender à necessidade real dos empreendedores.

Nós também temos as nossas linhas de capital de giro e de investimentos. Em relação ao microcrédito, estamos fazendo uma operação bastante positiva. Os números nos mostram que a quantidade de pessoas que já acessaram o microcrédito da Caixa é muito grande. Essa semana, foi-nos apresentada, num grupo de trabalho interno, uma proposta de crédito para cooperativas. Nós estamos estudando também a possibilidade de disponibilizar crédito para as cooperativas.

Só para finalizar, quando eu recebi a programação do evento, eu vi que outra economia acontece. Eu vi que tinha alguma coisa a ver com a Caixa Econômica porque hoje a Caixa é outra Caixa Econômica, é uma Caixa mais moderna, tanto que, hoje, nós escrevemos: "Caixa Econômica Federal, para você e para todos os brasileiros". A gente se coloca à disposição da Secretaria para a discussão detalhada de todas as propostas de vocês. Muito obrigado.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Tem mais um assunto aqui. No Relatório sobre Falências, houve cinco resoluções que não foram lidas. Como elas poderão ser objeto de discussão aqui, eu vou lê-las rapidamente para que todos tomem conhecimento. São perguntas: Há possibilidade de elaborarmos um Projeto de Lei Popular para adequarmos a Legislação de Falências para que os trabalhadores e trabalhadoras possam assumir as empresas falidas? O que é que o Governo está fazendo para que as empresas de iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras, autogestionárias, tenham menor burocracia e menor carga tributária? Como o Governo pode agir para alavancar o desenvolvimento das empresas, ou cooperativas, ou associações geridas pelos trabalhadores e trabalhadoras? Por que o Governo não tem uma legislação própria, que garanta a possibilidade de parcerias comerciais, ou de serviços, com as cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras que não seja a Lei da Licitação?

Qual a possibilidade de a plataforma que estamos discutindo nesse I Encontro Nacional de Empreendimentos se transformar em política pública para a economia solidária?

Passo a palavra ao companheiro Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda.

Gilson Bittencourt – Ministério da Fazenda: É um prazer estar aqui dialogando com vocês, especialmente sobre microcrédito e micro-finanças. O que a gente está tentando fazer – no campo da informalidade, da organização da produção e do microcrédito – é realmente criar algumas condições mais estruturantes para evitar que cada vez que se fale de economia solidária e cooperativismo solidário, a gente tenha que buscar exceções. Nós temos que acabar com as exceções, criando condições estruturais para as organizações, não através da simples e pura formalização, como é hoje, mas de uma formalização mais adequada, muito mais próxima da realidade dos empreendedores.

Da mesma forma, do ponto de vista do crédito. Não basta você criar, por parte do governo, uma linha de crédito especial, se você não resolver os problemas centrais de garantia e de acesso da população, e dos empreendedores ao sistema financeiro. Uma linha de crédito que é criada hoje pode acabar amanhã. Como vocês mesmo colocaram nas apresentações, nós não podemos ter muitas políticas que mudam de acordo com as mudanças simples do dirigente ou do governo. Portanto, quando se está tentando desenvolver políticas, especialmente nessa expectativa de formalização, especialmente em crédito, nós estamos querendo criar estruturas que sejam permanentes. De maneira que, a partir do momento que elas sejam criadas e estruturadas, elas não possam mais acabar. A Caixa Econômica é um bom exemplo. Quando se criou a conta simplificada, abrimos a opção para mais de 2 milhões de pessoas terem acesso a uma conta corrente. A expectativa é que o Banco Popular atinja algo em torno de um milhão de empreendimentos, até o próximo ano, e que esse número vá crescendo, cada vez mais, seja através das próprias instituições financeiras formais, como também através do cooperativismo. Isso não tem volta. A partir do momento que essas pessoas começam a ter acesso, não só ao crédito, mas ao conjunto dos serviços financeiros, isso não tem volta. É muito mais uma continuidade e um crescer no sentido de se relacionar com o agente financeiro e, a partir daí, cada vez mais, ser conhecido pelo agente financeiro. Quando se fala em crédito, não basta você chegar e dizer: "Eu quero crédito". Quem está emprestando, normalmente, está assumindo o risco. Pode ser um risco público, porque o Tribunal de Contas te diz que você tem que ter alguma garantia, ou algum conhecimento, para emprestar; ou pode ser um risco privado. Mas a verdade é que a instituição que está emprestando sempre vai querer saber qual é a sua garantia. A garantia pode ser uma garantia real, como pode ser o conhecimento. O que o governo está tentando desenvolver, através da conta simplificada, por exemplo, é não ter uma garantia real, mas ter a garantia constituída a partir do conhecimento que o governo tem do cliente. Este conhecimento se dá pela prática, pela sua relação com o cliente. Isso vai criando um histórico que não é mais uma garantia real que você dá, mas é a garantia da sua história junto à instituição. Isso vai se estruturando e, com o tempo, a gente vai avançando.

Quando o governo está tentando desenvolver a sua política, especialmente do microcrédito e micro-finanças, ele está tentando trabalhar com três pontos: (1) facilitar e ampliar o acesso ao crédito, seja ele produtivo, seja ele para consumo. A idéia é facilitar o crédito para empreendimentos formais e informais para a população de baixa renda. Esse tem sido o foco até agora; (2) criar acesso ao conjunto de serviços financeiros. Como gestores de empreendimentos solidários, vocês sabem que não basta ter crédito. O acesso ao conjunto dos serviços financeiros, seja via banco, ou via cooperativa, é fundamental. É isso que te garante o giro e te garante o seu próprio funcionamento. Muitas vezes, você tem acesso ao crédito, mas não tem acesso a uma conta corrente e isso acaba atrasando todo o processo. Então, a gente quer ampliar, o máximo possível, o acesso aos serviços financeiros, visando avançar também no crédito; (3) reduzir taxas de juros, especialmente, para esse segmento da população.

Dentro desse foco, o governo anunciou, no ano passado, um conjunto de medidas. Estamos completando um ano da implantação dessas medidas agora em setembro e já estamos fazendo uma avaliação bastante precisa do que se conquistou e, principalmente, de quais são os principais problemas, que são muitos. O governo tentou fazer uma proposta de massificação do crédito através da constituição do Banco Popular. O problema é que, por mais que o Governo diga que pode emprestar, quando vai para a ponta, o que trava é a garantia, é o conhecimento do cliente. É isso que a gente está tentando destravar. Agora, já há um conjunto de medidas

que devem ser tomadas. A conta simplificada, seja da Caixa, seja do Banco Popular, que começou a avançar a partir do mês de julho e tende a se expandir significativamente a partir de agora, vai ser mais uma ação do governo, atuando junto de vocês, para ampliar os recursos para o microcrédito.

Há uma série de outras questões que não dá para dialogar, pela questão do tempo, mas nós estamos tentando avançar. O foco é ampliar fundos, ampliar garantias e facilitar a atuação, não só dos bancos públicos, que estão avançando de uma forma bastante expressiva, mas também de cooperativas e dos Bancos do Povo que, até agora, têm tido pouca relação com o Governo Federal, ou o Governo Federal tem tido pouca relação com essas instituições. O que a gente está tentando fazer agora é exatamente mudar essa relação e fazer com que possam ser disponibilizados mais recursos. Quando se fala em instituições de microcrédito e Banco do Povo, nós estamos falando exatamente em vocês. Estamos falando em crédito produtivo orientado para os empreendimentos, especialmente, os empreendimentos solidários. Muito obrigado.

Timothy Denis Ireland – Diretor de Educação de Jovens e Adultos do MEC: Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu queria agradecer a insistência com que a Profa. Sonia Kruppa nos convidou para participar deste I Encontro de Empreendimentos de Economia Solidária. Eu acho que a presença do Ministério da Educação aqui é absolutamente fundamental. Dentro do Ministério, eu represento especificamente a Secretaria de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade, que eu acho que tem uma articulação fundamental com a discussão sobre economia solidária.

Eu acho que em todas as apresentações, nas propostas colocadas e nas reivindicações, o eixo da educação é um eixo que perpassa tudo o que foi colocado aqui. Tudo o que é mudança de pensamento, ou mudança de comportamento, passa pelo processo educativo. Se quisermos mudar o discurso fundamentado na etiqueta, para o discurso fundamentado na ética, esse é um processo educativo que envolve não apenas o sistema escolar, mas todo o processo de aprendizagem, no sentido mais amplo da educação.

Eu queria enfatizar muito a questão da educação vista na perspectiva da educação continuada. Estamos falando não apenas sobre o processo de escolarização, em que já foi enfatizada a importância de se incluir a discussão sobre economia solidária nos currículos escolares. Mas, não podemos resumir educação na escola. A educação diz respeito à aprendizagem e a aprendizagem acompanha a vida de todos nós, na verdade, toda a vida e não só a parte dedicada especificamente à educação.

Eu queria enfatizar dois elementos principais. Eu acho que foram colocadas muitas propostas, foram feitas muitas provocações, mas é impossível responder em cinco minutos. Eu queria dizer que estamos procurando uma interlocução com a sociedade civil organizada para ouvir e sermos ouvidos. Eu acho que qualquer política de educação tem que ser uma construção coletiva e não uma imposição. Primeiro, eu queria colocar a questão da alfabetização. Quando estamos falando sobre propostas de organização econômica a alfabetização representa um passo fundamental porque permite acesso a informações, permite acesso a conhecimentos que são básicos para se repensar esse processo.

No momento, todos devem saber que o Governo está envolvido no programa "Brasil Alfabetizado", que é baseado numa parceria entre o Ministério da Educação, os governos estaduais e municipais e as entidades da sociedade civil. Há vários exemplos em que o processo de alfabetização está sendo articulado com a qualificação profissional, a qualificação vista na perspectiva da economia solidária. Então, eu acho que é um programa muito importante, quando levamos em consideração os números que ainda desafiam o Brasil, uma vez que temos 16 milhões de jovens e adultos sem acesso a este nível de escolaridade básica, mais de 30 milhões de brasileiros que não completaram as quatro primeiras séries do ensino fundamental e 66 milhões que não têm o ensino fundamental completo. Esses são dados que ainda nos assustam. O programa "Brasil Alfabetizado" busca parcerias com a perspectiva de também se articular com alternativas no campo econômico. Então, essa é uma das respostas que está sendo dada no momento. Mas, a alfabetização não pode ser tratada como um momento isolado; ela tem que estar articulada com a educação de jovens e adultos e com a sua continuidade, que está intimamente ligada à questão da qualificação.

O segundo ponto é a tentativa que está havendo de se procurar uma integração real entre a educação, escolarização e a qualificação profissional. Normalmente, são tratadas como momentos separados. Especialmente, para jovens que não têm tempo, esta integração entre a preparação para o novo trabalho e a parte de escolarização é um momento em que há pressa. Então, quando o grupo perguntou o que o GT-Juventude está fazendo no momento, entre as várias propostas que estão sendo discutidas, há uma proposta específica em que se vincula a educação de jovens e adultos com a profissionalização, especificamente, para a faixa etária de 18 a 24 anos. São jovens que estão fora da escola, com uma inserção muito precária no mundo do trabalho. Então, eu acho que há uma articulação fundamental entre qualquer proposta no campo da educação, especialmente, no campo da educação de jovens e adultos, e esta forma de repensar a economia, buscando a perspectiva de uma economia solidária. Muito obrigado.

José Baccarin – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Eu queria cumprimentar o Prof. Paul Singer e toda a equipe da Secretaria de Economia Solidária pela realização deste Encontro. Quero cumprimentar todas as pessoas que se deslocaram de vários locais do Brasil para participar dessas discussões nesses três dias aqui em Brasília. Dentro da missão mais importante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministro Patrus Ananias, nós entendemos que a inclusão social e o combate à fome têm que contar com políticas imediatas que possibilitem que as pessoas tenham acesso imediato à alimentação, mas, têm que contar também com políticas duradouras que possibilitem a inclusão social das pessoas, pelo emprego, pela educação.

Nesse sentido, as ações que a gente procura participar e coordenar dentro do Governo Federal, através do Grupo de Trabalho Fome Zero e da Câmara de Políticas Sociais, são ações ligadas ao incentivo das atividades dos pequenos empreendedores, da economia solidária, da agricultura familiar, de geração de emprego e renda, de uma maneira geral.

Eu queria destacar, na minha fala, dois pontos. Um primeiro está ligado a uma demanda que apareceu em vários relatos – e eu quero parabenizar os grupos pelos relatos feitos aqui – que é a possibilidade do Governo Federal comprar produtos de pequenos produtores, sem ferir a moralidade pública, mas de uma maneira mais fácil, de uma maneira menos desburocratizada. Eu acho que nós demos um passo importante nesse sentido – e foi uma criação coletiva desse governo, embora o programa seja executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mais especificamente, pela Secretaria de Segurança Alimentar à qual pertencemos – que é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Foi uma legislação aprovada em 2 de julho de 2003, o Art. 19 da Lei 10.696, que permite a aquisição de produtos originários da agricultura familiar sem licitação, obedecendo a uma tabela de preços fixados pela CONAB, que é o órgão público federal que conhece essa questão.

Isso vem facilitando que o Governo Federal, os governos estaduais e as prefeituras possam comprar produtos dos pequenos agricultores, num limite de R\$ 2.500,00 por ano. É uma política direcionada a agricultores familiares. Isso pode se casar com uma demanda muito importante que apareceu aqui, que é uma demanda da economia solidária, no sentido de juntar a produção e consumo locais. Na medida em que você organiza os pequenos agricultores locais – e o cooperativismo é importante neste caso – e oferece para eles a oportunidade de colocar esses produtos na merenda escolar, sem licitação, mas com uma tabela de preços, com controle, você está incentivando a produção local de agricultores familiares e incentiva o consumo institucional, via merenda escolar. Isso vem se desenvolvendo fortemente no país e acho que é um avanço importante. Do mesmo jeito que, na região do semi-árido, nós estamos implantando uma modalidade desse programa, que é a compra do leite de vaca e leite de cabra também. Na verdade, 10% da compra e de leite de cabra, que é uma produção típica da região do semi-árido. Estamos incentivando as bacias leiteiras daquela região e consumindo isso localmente também. Então, já demos um passo bastante importante, mas que precisa ser mais divulgado, em atender diretamente pequenos empreendedores e pequenos agricultores familiares. Este ano, essa política conta com um orçamento de 180 milhões de reais. Nós já executamos cerca de 100 milhões de reais.

Uma outra atividade da Secretaria de Segurança Alimentar, em que há um esforço grande do Governo Federal de integração das diversas áreas, que são as ações de desenvolvimento territorial. O MDS está trabalhando nessa questão, o MDA também trabalha nessa questão, o Ministério do Meio Ambiente e da Integração também e nós estamos procurando reforçar a

nossa atuação conjunta nos territórios. Nesse caso, nos propomos que haja uma mobilização territorial, e não apenas do Poder Público, mas da sociedade civil também, em torno de uma proposta de desenvolvimento daquele território. Têm aparecido muitas demandas ligadas à economia solidária. Dentro dos nossos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local, um dos conteúdos da capacitação é a economia solidária. Nós também estamos agora desenvolvendo uma ação conjunta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, incentivando e reforçando o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Nós assinamos um convênio com o FINEP, de cerca de 7 milhões de reais, para esse Programa de Incubadoras de Cooperativas Populares. Acho que essa é uma demanda que aparece aqui também e nós estamos querendo reforçar esta ação, contemplando as necessidades de pequenos empreendedores de cooperativas que precisam se capacitar para desenvolver seus negócios. Então, acho que nós estamos dando alguns passos importantes.

O que foi levantado neste I Encontro Nacional por tanta gente, cerca de 2.300 pessoas, nos ajuda ainda mais a fazer com que o governo se vincule, cada vez mais, às demandas da maioria da sociedade brasileira. Obrigado.

Ricardo Cifuentes – Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do MTE: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer por esta oportunidade de estar aqui conversando com vocês. Tudo o que foi levantado aqui demandaria um tempo enorme para responder e para travar um diálogo eficiente, mas eu anotei três pontos que talvez a gente possa adiantar alguma coisa e, com certeza, continuar esse diálogo em outros espaços.

O primeiro ponto diz respeito à representação da economia solidária nos Conselhos que existem hoje. O Ministério do Trabalho opera o sistema público de emprego, o que inclui ações na linha do empreendedorismo, na linha de crédito e ações de qualificação. Ele opera essas ações por meio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e através dos Conselhos Municipais e Estaduais de Trabalho, Emprego e Renda. Nesse exato momento, nós estamos iniciando uma discussão, dentro do Ministério do Trabalho, de repactuação institucional, de reformulação institucional dos Conselhos. Então, esse é o momento que a gente tem para inserir uma maior participação dos trabalhadores nessas representações, inclusive, dos trabalhadores que estão envolvidos com economia solidária. O imprescindível para que isso aconteça é que exista organização da economia solidária em nível local, a fim de que ela possa realmente participar, ser representativa e interferir nas decisões desses Conselhos.

Uma outra questão é a respeito das linhas de crédito. O Ministério do Trabalho e Emprego é gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, obedecendo as diretrizes definidas pelo CODEFAT. A respeito de uma demanda que foi bastante transversal a todos os grupos aqui, que é a demanda por linhas de crédito específicas para a economia solidária, especificamente para empreendedores populares, eu acredito que o problema não seja a inexistência de linhas de crédito. Existem muitas linhas de crédito. Só o PROGER tem oito variações: uma dedicada mais para o turismo; outra para o setor urbano; uma das linhas é chamada “FAT – Empreendedor Popular”, que é destinada a trabalhadores do setor informal. São todas taxas de juros que operam com TJLP mais o *spread* bancário. Ou seja, são taxas de juros abaixo das taxas praticadas usualmente no mercado. E temos também muitas linhas de crédito assistido que estão relacionadas no *site* do Ministério. E todo o ano sobram recursos. O CODEFAT disponibiliza alguns milhões de reais para operações e sobram recursos. Mas, não é que sobrem recursos porque vocês não precisam de crédito, mas acontece que o fato do Ministério disponibilizar esse crédito não quer dizer que esse crédito chegue até o trabalhador que precisa desse crédito. É nesse sentido que estão sendo introduzidas as ações, que o Gilson mencionou aqui, que são ações de democratizar e facilitar o acesso ao crédito. Acredito que esse seja o maior entrave hoje para a difusão e democratização do crédito. Nós esbarramos em algumas questões, como por exemplo, nas regras que a administração pública tem para esse tipo de operação e nos modelos de gestão de risco que os bancos utilizam. Há uma infinidade de fatores que influenciam essa restrição de acesso ao crédito, que não dependem única e exclusivamente do Governo Federal. O Governo Federal está empreendendo esforços para conseguir reduzir ao máximo, seja através de inovações institucionais, seja através de inovações nas próprias metodologias que os bancos públicos utilizam, para poder fazer com que esse crédito chegue ao pequeno empreendedor.

Muitas dessas linhas de crédito operam na modalidade de crédito assistido, ou seja, crédito juntamente com qualificação. Só que, uma das demandas que foi levantada pelos grupos é a respeito de programas específicos para a qualificação profissional, capacitação, para a economia solidária. Dentro do Departamento de Qualificação, nós temos uma linha que são os Projetos Especiais de Qualificação – PROESQs. Infelizmente, a gente não pode atender todo mundo porque os recursos são extremamente limitados. No ano passado, nós tivemos apenas 135 milhões para todo o programa de qualificação e os PROESQs ficaram com algo em torno de 30 milhões de reais. Nós estamos trabalhando agora junto ao Ministério do Planejamento e da Fazenda para elevarem o orçamento para 2005 para podermos atender a uma série de demandas. Mas, as demandas específicas de economia solidária e de inovações metodológicas na qualificação e na capacitação para a economia solidária se encaixam dentro desse Projetos Especiais de Qualificação Profissional.

Nós temos realizado alguns projetos um pouco mais limitados, um pouco mais estritos para trabalhar com o público mais vulnerável, os grupos que têm dificuldade em encontrar um processo de qualificação específicos para o empreendedorismo e que têm dificuldade de encontrar crédito nas instituições bancárias. Isso é transversal com uma preocupação que foi colocada a respeito da juventude. Dentro do Programa “Primeiro Emprego” tem uma linha especial chamada “Projeto Jovem Empreendedor”, que é direcionada para o público jovem mais vulnerável, onde se incentiva a formação de cooperativas e associações de produção. Há uma linha de crédito que pode ser aplicada, tanto para investimento, como para capital de giro, com taxa de juros reduzida, com um prazo de carência um pouco maior do que costuma ocorrer no projeto e com um diferencial porque não adianta nada a gente fazer uma linha de crédito igual às outras em que as pessoas encontrem dificuldade de acesso ao crédito. Nós implementamos essa linha de crédito junto com o SEBRAE. Para facilitar o acesso – e muitas vezes esse acesso é limitado em razão das garantias que são necessárias a serem apresentadas ao banco – essa linha opera com 100% do empréstimo garantido por fundos de aval. Metade do empréstimo é garantido pelo FUNPROGER e a outra metade é garantida pelo Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas do SEBRAE. Foi por isso que essa linha foi implementada em parceria com o SEBRAE.

O Projeto Jovem Empreendedor vai continuar através do desenvolvimento de outras linhas, algumas em parceria com a sociedade civil, outras em parceria com outros organismos de governo, mas é uma das inovações que o Ministério do Trabalho está tentando implementar para facilitar esse acesso ao crédito, especificamente, para os empreendedores solidários. Obrigado.

Paul Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária: Bem, companheiros. Eu vou ter que me retirar. Eu queria me despedir de vocês, não no sentido de dizer “Adeus”, mas dizendo “Até breve”. Eu acho que esse encontro é uma primeira vez e é uma demonstração tácita, concreta e indiscutível de que uma outra economia já acontece no Brasil. A presença de vocês, não só a presença numérica, mas a capacidade de liderar e articular as demandas, as críticas e as propostas foi extraordinária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária vai ganhar um novo impulso a partir de agora. Não que estivéssemos separados do Movimento, mas nunca tivemos a chance de um “mergulho” na outra economia, como tivemos desta vez. Eu participei do encontro desde ontem e saio dele lamentando não poder ficar até o fim. É um encontro emocionante, que tem um aspecto emocional óbvio, para mim tanto quanto para vocês. Estou encontrando pessoas que eu já vi inúmeras vezes e muitos outros que eu não tinha visto nunca. São todos companheiros e companheiras queridos. Sinceramente, até a próxima. Espero que seja breve. Obrigado.

Coordenadora: Agora tem uma mulher à Mesa, mas o Prof. Paul Singer faz uma falta grande. Nós vamos dar seqüência, passando a palavra para o Cláudio Langoni, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Ele tem muitos parceiros representados aqui, uma vez que há um grande contingente de empreendimentos da Amazônia.

Cláudio Langoni – Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente: Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar os companheiros da Mesa e os companheiros e companheiras que participam deste I Encontro Nacional de Economia Solidária e queria transmitir um abraço especial da Ministra Marina Silva. Tenho certeza que, se ela estivesse aqui em Brasília, ela teria muito prazer de estar aqui com vocês.

Eu vou falar rapidamente sobre algumas questões que têm relação com o trabalho do Ministério do Meio Ambiente, embora praticamente todas as questões que eu vou falar reflitam muito uma diretriz que foi adotada nesta atual gestão do Ministério do Meio Ambiente, que é a diretriz da transversalidade. São questões em que nós já estamos trabalhando com vários Ministérios.

O Ministério do Meio Ambiente, há vários anos, já tem uma tradição muito forte de enraizamento e de financiamento de projetos comunitários, principalmente, com comunidades extrativistas e com comunidades indígenas. Nós queremos consolidar e fortalecer esses projetos que nós apoiamos. Vários desses projetos se relacionam com a exploração sustentável dos nossos recursos naturais e da nossa biodiversidade, com artesanato e com uma série de outras atividades ligadas ao Meio Ambiente. São atividades que estão ensinando ao governo que podem ser replicadas em termos de políticas públicas e são atividades que nós queremos agora trabalhar numa escala maior do que a escala piloto em que elas foram trabalhadas até este momento.

Nós identificamos aqui uma preocupação também com a questão da política voltada à reciclagem. Nós achamos que o Brasil tem uma potencialidade muito grande de desenvolver negócios na área de reciclagem e essa questão da reciclagem tem que considerar que, de uma certa forma, de baixo para cima, a partir da organização social, nós hoje temos centenas de milhares de trabalhadores que sobrevivem e conseguiram se incluir na economia a partir do trabalho com a coleta e com a separação de materiais reciclados. É importante que as empresas geradoras de resíduos apliquem recursos para viabilizar o retorno desses materiais à cadeia da reciclagem. Obviamente que, ao contrário dos países desenvolvidos, essa responsabilização das empresas tem que considerar necessariamente as cooperativas de catadores e recicladores existentes no país porque, na maior parte das situações, esses companheiros que fazem parte dessas cooperativas comprovaram que sabem fazer isso melhor do que os governos, sejam os governos municipais, estaduais ou o governo federal. Nós tivemos uma reunião essa semana com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio porque nós precisamos trabalhar políticas específicas de incentivo à cadeia da reciclagem e também modificações na nossa matriz tributária que estabeleçam uma indução de políticas que dêem aos produtos recicláveis, ou reciclados, um diferencial de mercado que permita trabalhar essa idéia de que, hoje, os consumidores em geral têm uma propensão maior ao consumo de produtos ecologicamente corretos.

Uma outra questão a que eu queria me referir é uma oportunidade muito importante que nós temos já e que vai crescer no Brasil, que é a questão do turismo sustentável. O Brasil tem um potencial turístico muito significativo. A maior parte do potencial turístico brasileiro, a atratividade turística do Brasil se dá em função das suas paisagens naturais. Nós temos, principalmente, na região nordeste e na região amazônica, uma perspectiva muito grande de investimentos em grandes empreendimentos turísticos. Nós não podemos repetir erros do passado, deixando de trabalhar mecanismos de envolvimento das comunidades do entorno desses empreendimentos na geração de mão-de-obra direta e na relação de negócios em torno desses empreendimentos turísticos, como por exemplo, o incentivo ao artesanato local, gastronomia local, utilização da mão-de-obra local como guias turísticos, por exemplo, e várias questões que estão ligadas à inserção de uma dimensão sustentável para a política de turismo no país.

Nós temos uma particularidade que é o trabalho com as comunidades do entorno dos parques e reservas nacionais. O Brasil hoje tem um conjunto muito significativo de parques e reservas naturais, poucos deles sendo utilizados como deveriam ser, em função da sua baixa estruturação. Nós temos um déficit de envolvimento das comunidades do entorno dessas unidades de conservação, seja para a utilização da mão-de-obra local, seja para fazer com que parques, como por exemplo o Parque Nacional do Iguaçu, que hoje é um modelo em termos de gestão, possam ser elementos de âncora de atratividade que potencializem pequenos negócios que permitam ampliar a geração de emprego e renda no entorno desses empreendimentos.

Uma questão que foi muito referida aqui foi a questão de compras governamentais. Nós estamos trabalhando a tentativa de inserir a dimensão ambiental e a dimensão de sustentabilidade nas compras governamentais. Há uma oportunidade muito grande para isso. Eu vou citar apenas um exemplo aqui que pode ser replicado e ganhar uma grande escala. Nós do Ministério do Meio

Ambiente tomamos uma decisão de que nós não vamos mais comprar papel clorado, papel branco. Nós estamos num processo progressivo de eliminação do uso do papel clorado. A partir de agora, nós só compramos papel não clorado ou papel reciclado. Se isso for ampliado, progressivamente, na escala para outros órgãos governamentais e empresas estatais, e nós trabalharmos numa qualificação dos companheiros que trabalham na reciclagem de papel, nós teremos uma oportunidade muito significativa de ampliar e consolidar um mercado para o papel reciclado, em função de que isso não só cria uma nova demanda em termos da ação do governo nas compras governamentais, mas também o comportamento do governo em relação ao consumo de produtos sustentáveis induz modificações de comportamento na sociedade.

Finalmente, eu vou falar da última questão, para a qual nós consideramos que vocês são parceiros muito importantes. Em geral, os empreendimentos de economia solidária estão dentro de uma dimensão que nós chamamos de consumo sustentável. Essa questão vai crescer na medida em que nós trabalharmos a consciência do consumidor para comprar produtos sustentáveis e agregarmos, no caso do Brasil, todas as questões de inclusão social associadas à economia solidária. Se fizermos isso, nós vamos ter uma ampliação muito significativa da oportunidade de mercado para os negócios que vocês desenvolvem hoje. O Ministério do Meio Ambiente já está trabalhando, através da Radiobrás, uma campanha de consumo sustentável. Nós produzimos uma cartilha, que está sendo distribuída a nível nacional, principalmente nas escolas, através da nossa parceria com o Ministério da Educação, orientando o consumidor no sentido do consumo sustentável. Nós achamos que essa questão do consumo sustentável e da associação da economia solidária à produção de produtos ecologicamente corretos, que tentem cada vez mais a serem preferidos pelo consumidor, mesmo que eles custem mais caro, são um elemento fundamental para inserir na estratégia que vocês estão desenvolvendo de fortalecimento da economia solidária no Brasil. Obrigado.

Humberto Oliveira – Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA: Eu queria fazer uma saudação a todos os empreendedores, homens e mulheres do Brasil. Meus parabéns pela organização do evento, pela presença, mas especialmente, pela qualidade das propostas que vocês trouxeram aqui.

Eu quero começar dizendo que existe um recorte rural nesse tema da economia solidária. Se a gente quisesse continuar esse evento só para discutir desenvolvimento rural sustentável, provavelmente, 80% de vocês continuariam aqui porque esse tema também diria respeito a toda essa representação dos empreendedores que aqui estão presentes.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário cuida da reforma agrária, portanto, seu público é constituído pelos assentados da reforma agrária, acampados que demandam terra, agricultores e agricultoras familiares. Mas também, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem um olhar sobre o rural que compreende que ali tem uma diversidade que é uma diversidade econômica, que vai para além da agricultura. Tem outros pequenos empreendedores que estão presentes no meio rural, que conformam um conjunto de pequenos municípios que devem ser olhados e tratados nas políticas públicas, como foi reivindicado aqui por um dos relatores dos grupos. Nessa diversidade também tem uma população a ser considerada, como comunidades quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores, comunidades ribeirinhas etc. São tantos pelo Brasil afora que habitam o meio rural e que são um público do Ministério do Desenvolvimento Agrário e que devem ser considerados como público dos seus instrumentos políticos. Portanto, essa primeira ampliação é para a gente entender essa forte interface entre a economia solidária e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Portanto, compete a nós buscar, dentro do governo, uma forte integração com outros Ministérios. Especialmente com o Ministério do Trabalho e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, nós estamos buscando discutir as ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário, como já foi mencionado aqui, na questão dos territórios rurais, para que a gente possa pensar o conjunto desses municípios rurais brasileiros e de toda essa diversidade da população que está presente neles e de toda a diversidade econômica que se move pela força da economia solidária no Brasil, que é muito ampla e que tem o seu recorte rural, como eu mencionei.

Também já foi falado aqui, especialmente pelo representante do Ministério da Fazenda, pelo meu colega Gilson Bittencourt, de toda a discussão sobre os instrumentos de créditos disponíveis para o meio rural, não só para os agricultores familiares, mas também para outros

públicos do meio rural brasileiro. Foi mencionado aqui que nós devemos ampliar a assistência técnica, a partir de uma compreensão de que assistência técnica não é apenas orientação para a produção, mas também para a comercialização e para a incorporação de novas tecnologias no sentido de atentar para essa diversidade que existe no meio rural, abrindo espaço para incluir o artesão, aquele que busca se organizar para ter um empreendimento na área do turismo rural, de pequenas agroindústrias e de pequenos negócios no meio rural brasileiro. Portanto, é importante também utilizar um instrumento de assistência técnica como um instrumento de conhecimento, de capacitação e de apoio tecnológico ao empreendedorismo solidário do meio rural brasileiro. A agroindústria familiar tem na economia familiar uma possibilidade de avanço, de agregação de valor e de criação de outras ocupações no meio rural, para além da agricultura.

Um outro tema que tem uma forte vinculação é o tema da comercialização da produção. Aqui foi também mencionada a possibilidade de apoio a Centros de Comercialização que beneficiem a economia solidária. No Ministério de Desenvolvimento Agrário, nós já temos discutido isso com a SENAES, sob a perspectiva de que a gente possa ter, nos territórios rurais, Centros de Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, beneficiando a todos aqueles que estão no meio rural. Nós temos recursos que podem ser somados, especialmente, recursos para investimentos. Nós estamos construindo, seja nas CEASAs, seja nas capitais ou nos próprios territórios do meio rural, vários desses Centros de Comercialização para a Agricultura Familiar, que podem ser extensivos à economia solidária, especialmente ao artesanato e à produção agroindustrial familiar do campo.

Um outro tema em que pode ser ampliada uma parceria entre a agricultura familiar e a economia solidária é na área do cooperativismo. Nós temos um programa de apoio ao cooperativismo. Nós estamos organizando e vamos lançar um programa de apoio ao cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária, que vai se chamar "COOPERSOL". Esse programa vai estar especialmente destinado ao meio rural, mas vai estar também aberto para além da agricultura, ou seja, vai estar aberto para os artesãos e para os empreendedores solidários dos pequenos municípios.

Há também uma necessidade de que o MDA, junto com o Ministério do Trabalho e com outros parceiros governamentais, possa trabalhar a questão da legislação cooperativa, uma legislação nova e moderna que crie condições especiais para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária, que têm especificidades e precisam ser contempladas com uma lei que favoreça a organização e todo o processo de crescimento desse tipo de cooperativa.

Finalmente, eu queria dizer que nós temos Conselhos Municipais e Estaduais e teremos também Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Rural. Eu queria deixar aberta a possibilidade de que as organizações da economia solidária pudessem também ocupar espaço nesses Conselhos, no município, no estado e nos territórios para que a gente pudesse ir aproximando essa discussão da agricultura familiar e da ruralidade com a economia solidária no Brasil.

Nós estamos abertos a sugestões, parabéns a todos vocês e um parabéns especial ao Ministério do Trabalho e à Secretaria Nacional de Economia Solidária pela realização deste evento. Obrigado.

Coordenadora: Vou passar a palavra ao Jorge Macedo, que é de uma área de governo nova neste Governo Federal, que cuida da população quilombola, da questão indígena.

Jorge Luis Carneiro Macedo – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Eu queria cumprimentar a Mesa e dar o meu boa tarde a todas as mulheres e homens aqui presentes. Um forte axé! A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, é um organismo novo no Governo Lula. Foi criado em 21 de março de 2003. É um órgão de assessoramento à Presidência da República, com status de Ministério, e que tem a missão de coordenar e articular políticas públicas, em conjunto com os demais organismos de governo. Então, nós também trabalhamos na diretriz da transversalidade.

Nós sabemos da tarefa difícil desse ano porque nós temos uma agenda de mais de 500 anos e sabemos da dificuldade que nós temos. É uma equipe pequena para dar conta da demanda e de

problemas tão sérios. Mas, o Governo Lula tem o mérito de reconhecer que o racismo existe sim no Brasil e precisa ser combatido.

Nós tivemos uma participação neste encontro, no sentido de dar visibilidade aos empreendimentos da população negra e quilombola. Em parceria com a Fundação Cultural Palmares, nós trouxemos algumas experiências da população negra e quilombola. Trouxemos as "Baianas Vendedoras de Acarajé", que é uma associação em Salvador que agrega em torno de quase 2.000 pessoas; trouxemos uma experiência do hip-hop; trouxemos dois companheiros da Feira de São Joaquim, de Salvador, que vive dificuldades e está solicitando tombamento desse espaço; trouxemos um artesão das religiões de matriz africana; e uma quilombola do Piauí. O nosso objetivo é falar dessa experiência histórica em que o povo negro vem lutando e resistindo há mais de 500 anos no Brasil.

Apesar de toda a condição de exclusão e as dificuldades colocadas em todo esse processo, desde o seqüestro na África e a chegada dos primeiros africanos escravizados ao Brasil, houve essa resistência dos escravos, que por um lado tinham que resistir, e por outro lado criaram mecanismos de sobrevivência. Foi a partir daí que foram construídos esses mecanismos de geração de renda e de sobrevivência. Então, a nossa tarefa foi trazer essas experiências e a gente sabe que tem muitas outras mais. A cada quilombo que a gente entra, a cada comunidade de terreiro que a gente visita, nós vemos que essas comunidades continuam lutando, continuam desenvolvendo espaços de produção, espaços de geração de renda, espaços de cultura.

Nós temos hoje ações conjuntas com vários órgãos de governo, como o MDS e o MDA. Com o MDA trabalhamos mais a questão quilombola e com o MDS trabalhamos a questão da Bolsa Família. Enfim, nós temos ações praticamente no conjunto de todos os organismos de governo. Em relação à SENAES, nós temos uma ação a ser desenvolvida nos próximos dias, que é a capacitação de agentes de etno-desenvolvimento em 150 comunidades quilombolas. Hoje a Fundação Palmares tem um levantamento de 743 comunidades quilombolas do Brasil. Nós sabemos que esse número é muito maior, pode chegar a 4.000 ou até mesmo a 5.000. Então, nós estamos viabilizando um estudo para que a gente tenha precisão de quantas comunidades quilombolas nós temos no Brasil.

Nós sabemos que é uma tarefa difícil que a SEPPIR tem de incluir aqueles que nunca foram incluídos, que estão fora de qualquer condição neste país, e nossa missão é dar visibilidade à luta desse povo, como ele vem resistindo e produzindo. Nós acreditamos que a economia solidária é um espaço importante de promoção da igualdade racial. Um forte abraço. Muito axé para todos.

Coordenadora: Eu queria passar a palavra ao José Marcelo de Sousa, Gerente Executivo do Banco Popular do Brasil.

José Marcelo de Sousa – Banco Popular do Brasil: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria fazer uma saudação especial à Mesa e a todos os presentes e dizer da nossa satisfação em estarmos aqui a falar do Banco Popular do Brasil. Como já foi dito pelo nosso colega Gilson, o Banco Popular do Brasil é um dos instrumentos que o governo implementou, através do Banco do Brasil. O Banco Popular é uma subsidiária integral do Banco do Brasil para viabilizar esse destravamento do crédito. É importante salientar que nós estamos trabalhando no segmento de micro-finanças, que é o crédito massificado, que é um pouco diferente do crédito assistido. Mas eu sinto que ele tem bastante aderência a esse movimento da economia solidária. O empréstimo é feito à pessoa física. A pessoa abre a conta e, a partir da liberação do cartão, já tem um crédito da conta simplificada de até R\$ 600,00. Nós começamos as nossas atividades em fevereiro, de forma piloto. Agora em julho, foi dada uma decolagem geral nesse processo e já estamos em 25 dos 27 estados do Brasil. Atualmente, estamos com 11.000 contas em 800 pontos. A nossa meta é 1 milhão de contas correntes e 4.500 pontos de atendimento, até dezembro. Também já temos 5.000 empréstimos, que variam de R\$ 50,00 até R\$ 600,00.

Como eu disse, temos aderência a esse projeto de economia solidária porque, apesar de ser um empréstimo individualizado, nós também estamos estudando algumas coisas, como por exemplo empréstimo para material de construção. Nós temos um projeto piloto que está sendo estudado numa determinada região de São Paulo em que os empréstimos ali deferidos se destinam especificamente à reforma de casas etc. Tem outras experiências que nós estamos discutindo

com o Ministério da Pesca para viabilizar alguns empréstimos às pessoas das colônias de pescadores, e assim sucessivamente. Ao longo deste processo, nós podemos desenvolver várias iniciativas que poderão, com um crédito rápido e fácil, ajudar a economia solidária.

É importante ressaltar que a abertura da conta é bastante simples e rápida. Não precisa de comprovante de residência, nem de renda. Basta apenas a identidade e o CPF. Se a pessoa não tiver o CPF, o Banco do Brasil tira o CPF. Então, é uma conta desburocratizada que visa efetivamente fazer a inclusão bancária, que foi uma das promessas de campanha do Presidente Lula, e também fortalecer o mercado de consumo de massas, na medida em que nós não acompanhamos onde o cidadão e a cidadã gastam aquele dinheiro do crédito. Mas além do crédito, nós temos produtos e serviços bancários. Como o Gilson falou, necessariamente, não tem que ter apenas o crédito. Esse segmento da informalidade também tem que adquirir uma cultura bancária, uma cultura de trabalhar com produtos e serviços bancários porque isso facilita muito a vida, por exemplo: seguros, títulos de capitalização, cartão de débito, cartão de crédito e vários outros serviços. Tudo isso facilita o encaminhamento das finanças pessoais. Nas medidas em que as pessoas administram melhor suas finanças, elas terão condições de fazer um planejamento das suas contas e desenvolver o que interessa a esses empreendedores solidários.

Então, o Banco Popular está na sua fase de crescimento. Com certeza, nós vamos chegar aos 4.500 pontos e ao 1 milhão de contas, com o objetivo de inclusão bancária de 31 milhões de pessoas no Brasil que não têm acesso ao sistema financeiro por diversas razões. E teremos também o fortalecimento do mercado de consumo de massas que é uma política de você ter um mercado interno que responda a qualquer inquietação de ordem externa. Nós precisamos que as pessoas que não têm acesso a esse crédito possam vir a ter e possam também consumir, gerando empreendimentos, gerando renda e melhores condições de vida.

Assim, o Banco Popular do Brasil parabeniza esse I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária e está à disposição do Ministério do Trabalho e dos movimentos organizados para que possamos, juntos, descobrir produtos e ações que visem viabilizar o crédito para o empreendedorismo. Muito obrigado.

Coordenadora: Passo a palavra ao João Donadon, do Ministério da Previdência Social.

João Donadon – Ministério da Previdência Social: Boa tarde a todos. Quero saudar esta platéia que demonstra todo o interesse neste I Encontro Nacional de Empreendimento da Economia Solidária, permanecendo atento a todas as colocações que foram feitas por esta Mesa.

Estamos aqui para falar um pouco de Previdência Social. Nas colocações que foram elencadas pelos grupos, a Previdência foi mencionada em relação à necessidade de redução da contribuição para o segmento da economia solidária. Essa lembrança em relação à Previdência Social foi muito importante porque, se nós observarmos a finalidade deste Encontro, que é proporcionar meios de geração de trabalho e renda, que é o processo inicial da promoção da cidadania, para que o trabalhador tenha realmente trabalho e renda para que ele possa se sentir um cidadão integral, é muito importante que também tenhamos a preocupação quanto à continuidade dessa renda. A Previdência Social tem a finalidade de repor a renda daquele trabalhador, daquele segurado que, por alguma razão, perdeu essa renda, por exemplo, seja por invalidez permanente ou temporária, seja em razão da maternidade durante um período de 120 dias em que a Previdência repõe a renda dessa trabalhadora.

A Previdência é realmente um programa importante para a proteção social, é também o maior programa de distribuição de renda do país. Hoje a Previdência concede e mantém cerca de 22 milhões de benefícios mensalmente. Essa renda é distribuída para todos os rincões deste país e isso é feito religiosamente entre o 1º e o 5º dia útil de cada mês. Mas, a Previdência está sim muito preocupada com o número de excluídos. Há cerca de pelo menos 17 milhões de brasileiros que trabalham, que têm renda e que não têm nenhuma proteção social. Aquele que trabalha e que já é pensionista da Previdência Social, de qualquer forma, já tem alguma proteção. Mas, pelo menos 17 milhões de brasileiros não têm nenhuma proteção social. Para alcançar esse contingente, a Previdência está desenvolvendo um esforço de levar a educação previdenciária para todos os municípios brasileiros, através do Programa de Educação Previdenciária, que existe em cada uma das 102 Gerências Executivas da Previdência Social, mediante a celebração

de convênios e parcerias com sindicatos, com associações, com federações, com comunidades de base, para levar essa educação previdenciária para que as pessoas passem a compreender a importância da previdenciária social em nossas vidas e, com isso, passem a filiar-se ao regime previdenciário.

Entretanto, nós também temos consciência clara de que muitas pessoas gostariam de contribuir, mas não têm condições porque o valor da contribuição é muito alto, comparativamente à receita. Para que possamos fazer uma maior inclusão, proporcionando maior estabilidade à própria família, lhe dando uma garantia de manutenção do padrão de vida, numa eventualidade de incapacidade de trabalho, ou até pela morte do provedor, estamos buscando a elaboração de um Programa de Previdência Simplificado, em que se asseguram todos os atuais benefícios da Previdência Social ao trabalhador de baixa renda, à exceção da aposentadoria por tempo de contribuição. De resto, esses trabalhadores teriam todos os demais benefícios como: aposentadoria por idade, auxílio doença, salário maternidade, auxílio de acidentes de trabalho etc., mediante uma contribuição reduzida que, inclusive, foi objeto de menção nesta platéia. Eles fariam apenas a contribuição semelhante ao que paga o trabalhador. É claro que esse não pode ser um programa que desestimule as atuais contribuições. Esse programa terá que ser dirigido exatamente aos que trabalham por conta própria, aqueles que trabalham gerando o seu próprio meio de sobrevivência, sem estar diretamente vinculados a uma empresa. Esse é um programa que já está bastante avançado. Ele pode caminhar sozinho, ou em conjunto com um programa, que o Ministério da Fazenda está fazendo, de simplificação da formalização do empreendedor de baixa renda.

Mas, a Previdência está indo além. Estamos estudando, junto com os segmentos da área rural, com a agricultura familiar, uma alteração na legislação previdenciária, destinada aos pequenos produtores rurais, de uma forma que lhes permita, sem nenhum risco de perderem a condição de segurados especiais, também agregarem um novo tipo de renda. A idéia é que ele possa, eventualmente, nos períodos de entre safra, ou de defeso, em relação ao pescador, desenvolver uma outra atividade que lhe proporcione renda, sem qualquer prejuízo à sua filiação previdenciária. Mas que ele também possa, num momento de necessidade maior, principalmente na época do plantio ou colheita, também utilizar mão-de-obra de terceiros, sem perder essa qualidade de pequeno produtor rural. É importante que ele possa agregar valor à sua produção mediante a industrialização familiar e, não só isso, que ele possa também aproveitar o potencial da sua propriedade e explorar o turismo rural, também sem comprometer a sua vinculação com a Previdência.

Paralelamente a isso, estamos estudando um ajuste na forma desse pequeno produtor rural relacionar-se com a Previdência, que lhe permita informar, a tempo e hora, pelo menos uma vez por ano, a sua situação, para que no futuro, tal como já ocorre com os demais contribuintes da área urbana, a Previdência possa lhe conceder o benefício de forma simplificada, de forma eletrônica, sem ter que exigir dele comprovação de todo o seu período laborativo, simplesmente, na hora de buscar a aposentadoria.

Poderíamos ficar aqui conversando com vocês, mas o meu tempo é limitado e nós temos que dar oportunidade àqueles que desejarem fazer algumas perguntas. Obrigado. Parabéns pelo evento que vocês estão realizando.

Coordenadora: Eu queria agradecer a exposição aqui feita. Há uma demanda da plenária para abertura de questões. A Mesa já disse aqui, a boca pequena, que cumprimenta cada um de vocês pela atenção, em especial, neste belo cair da tarde. Aqui na penumbra que estamos, nós percebemos que vocês estão acordados e atentos. Então, eu queria cumprimentar vocês também por esta Mesa que aqui ocorre. Nós vamos abrir um bloco de seis questões, com um minuto para cada. Depois, nós vamos passar a palavra àqueles que tiverem perguntas a responder e aos demais participantes desta Mesa para se despedirem. Eu queria pedir às pessoas que forem fazer perguntas para serem breves porque acho que todos vocês têm direito de falar e tirar suas dúvidas. Como é impossível atendermos a todos, colocamos os endereços e e-mails dos Ministérios ali no telão. Se aqueles não forem contemplados com direito de falarem agora, enviarem as perguntas por escrito, nós encaminharemos à Mesa para ser providenciada a resposta depois.

Baldina: Eu sou do Movimento Popular de Aracajú. Eu quero fazer uma pergunta. Eu tenho 68 anos, trabalhei para a Prefeitura, mas eu não sou aposentada porque alegaram que eu tenho a pensão do meu marido. Essa é uma pergunta para o representante da Previdência Social. A outra pergunta é que eu estou muito empolgada com este movimento solidário porque nós somos uma ONG e queremos fazer um empréstimo. A outra é que há uns prédios que foram construídos com o Fundo de Garantia da gente, que eu sou trabalhadora da Prefeitura, isso já tem 8 anos e nunca deram oportunidade para a gente morar. Nós nos juntamos com os sindicatos, Movimento Negro, Movimento dos Sem Terra e ocupamos por cinco anos esses prédios. Agora, a ordem de despejo já foi arquivada. Nós já estamos pagando energia. Eu queria perguntar à Caixa se nós vamos ter direito à legalização.

Participante: Nós podemos e devemos ser felizes, como nós somos na solidariedade. É nessa solidariedade que nós vimos nos fortalecendo. Não podemos, de forma alguma, esperar que o governo resolva tudo. Somos nós, sendo solidários, que vamos nos fortalecendo. Nós precisamos dos espaços públicos que estão desocupados nesse país. A forma de nos ajudar é essa. É importante se liberar esses espaços para que eles possam ser utilizados pela economia solidária, do campo à cidade, através das redes estaduais. A partir daí, a gente pode começar a fazer um trabalho legal.

Participante: Eu quero fazer apenas um registro de uma realidade perversa que foi detectada pela Delegação de Pernambuco sobre os preços abusivos desses pontos de apoio. É um verdadeiro assalto, uma verdadeira extorsão. Só quem viaja de ônibus são pessoas pobres, pessoas que não têm dinheiro. Esses pontos de apoio chegam a cobrar R\$ 2,50 por um cafezinho. Isto é um abuso. Eu garanto que muitos companheiros que estão hoje aqui na platéia nem dinheiro têm para voltar porque não conheciam a realidade dessa viagem. Eu queria fazer esse registro porque deputado não anda de ônibus. Quem tem dinheiro anda de avião. Só quem anda de ônibus são os pobres e há um verdadeiro monopólio das empresas. Elas só param naqueles pontos e é uma verdadeira extorsão.

Participante: Eu acho que a proposta que eu queria fazer já foi contemplada nos grupos. É sobre a questão dos créditos. Eu queria propor que se criasse um programa específico que contemplasse a economia popular solidária, assim como o PRONAF contempla os trabalhadores rurais. Ou então, que fosse criada uma linha de crédito, dentro do PRONAF, para contemplar a economia popular solidária. O PRONAF tem várias linhas, mas seria importante que fossem criadas linhas mais desburocratizadas e que funcionassem. Eu queria saber se isso é possível.

Participante: A minha pergunta é para o representante do Ministério da Previdência Social. Na nossa cooperativa nós estamos com um problema. O INSS dos prestadores de serviço está em dia, só que o INSS quer que a gente recolha de todos os cooperados, o que fica inviável. Pelo Estatuto, isso só será feito se a cooperativa tiver fundos para isso. Mas, o INSS não nos quer fornecer uma certidão negativa de débito. A outra pergunta é se teria como usar, na merenda escolar, os pães melhorados, que são feitos pelas cooperativas. São pães nutritivos, de frutas e verduras, são de boa qualidade e, com certeza, vão melhorar a saúde das crianças. Obrigada.

Participante: Eu queria perguntar porque é que a gente tem que pagar um tributo de 17% do mel que a gente vende para a merenda escolar, enquanto que o mel para exportação tem tributação zero. Isso é uma injustiça. Por que é que os recursos do Fundo de Aval estão demorando a chegar às cooperativas? Quando vai ser regulamentada a legislação de manipulação de alimentos para a agricultura familiar. Por enquanto, nós estamos atrelados à legislação da agricultura e ela é muito pesada para nós.

Coordenadora: Nós vamos passar a palavra à Mesa para as respostas. Primeiro, eu vou passar a palavra ao Baccarin.

José Baccarin – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Vou responder rapidamente porque está todo mundo cansado e com fome. A última pergunta, se eu entendi, diz respeito à agroindústria familiar. A legislação da agroindústria no Brasil impõe algumas condições muito difíceis de serem atendidas pela agricultura familiar. Já existem legislações estaduais, no Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo, especificamente direcionadas para a pequena agroindústria. No Congresso Nacional, tem um Projeto de Lei do ex-Deputado Jaques Wagner, agora Ministro, que trata disso. Acho que essa é uma demanda bastante interessante

de ser atendida no sentido de, garantindo a sanidade dos alimentos, você ter uma legislação da agroindústria mais acessível aos pequenos agricultores familiares.

Em relação à questão de se incentivar o uso do pão de Minas na merenda escolar, a nossa idéia é essa mesmo, que se consuma produção de pequenos agricultores da própria localidade. Por exemplo, já há lugares que compram mel para a merenda escolar dos produtores locais. Sobre o imposto, eu não vou falar porque não é o meu campo.

Eu queria aproveitar e cumprimentar novamente a platéia por participarem deste evento. Embora seja um pouco cansativo, para nós e para vocês, pelo adiantado da hora, é muito interessante a gente poder trocar idéias, ouvir as demandas e ver que este movimento tem esse tamanho de 2.300 pessoas, se deslocando de todo o Brasil. Parabéns pela garra de vocês, especialmente, quem ficou até o final.

Coordenadora: Eu queria passar a palavra para o Dr. João porque há duas questões sobre Previdência.

João Donadon – Ministério da Previdência Social: Temos duas questões. Uma é de cunho bastante pessoal em que uma senhora diz que tem 68 anos de idade que contribui há algum tempo para a Previdência e recebe uma pensão. Eu quero crer que a intenção dela é saber porque não consegue o benefício. Eu só vou fazer uma explanação, em tese, e rapidamente. Se ela trabalhava na prefeitura, em primeiro lugar, tem que saber se essa prefeitura tem regime próprio ou se é vinculada à Previdência Social. Supondo que seja de regime geral da Previdência, e portanto vinculada ao INSS, é preciso que a senhora tenha contribuído para a Previdência, pelo menos, durante 132 meses, em qualquer época da sua vida. Se não for este o caso, se a questão é do benefício LOAS, o benefício de prestação continuada, que é o benefício assistencial, até o ano passado, a idade limite era 67 anos. Em dezembro, no âmbito do Estatuto do Idoso, essa idade foi reduzida para 65 anos, mas é indispensável que a renda per capita familiar seja de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Mas, para o idoso, houve uma outra vantagem. Não é considerada, para a apuração da renda per capita familiar, a renda proveniente de um benefício assistencial concedido a um outro idoso. No caso, a senhora recebe pensão. A pensão é um benefício previdenciário, conseqüentemente, ele integra a base de apuração da renda familiar. Muito provavelmente, seja por esse motivo que a senhora não tem o seu benefício.

A outra questão é em relação à contribuição dos cooperados. Desde maio do ano passado, as próprias cooperativas devem fazer o recolhimento da contribuição pessoal dos cooperados. Isso aí nada mais é do que a aplicação de uma regra que já é uniforme em relação às empresas. Não há nenhum empregado que deva contribuição para a Previdência porque, ao receber o salário, a empresa desconta a parte dele e repassa para a Previdência. Isso não acontecia com os empresários e com os autônomos que prestavam serviços às empresas. Os cooperados estão nesse universo porque são considerados contribuintes individuais. Verificamos, eletronicamente, porque agora você tem dados mensais de todos os contribuintes, que mais de 50% das pessoas que recebiam renda de empresas e cooperativas não estavam recolhendo a sua quota parte, a contribuição pessoal. Como nós temos essas condições facilitadas, simplesmente foram estendidas as regras aplicadas aos empregados também a essas pessoas que prestam serviços às empresas, que já descontam deles a contribuição de 11% e ficam encarregadas de repassar esse desconto. Esses 11% incidem sobre o valor da retirada dele da cooperativa, mas estando sempre sujeito ao teto da contribuição previdenciária.

Houve ainda uma outra reclamação sobre a dificuldade e a burocracia na concessão de benefícios em decorrência de doença crônica. A Previdência não concede benefício em razão da doença. O INSS concede benefício em razão da incapacidade laborativa das pessoas. Então, a pessoa pode ter pressão alta, está doente, mas pode trabalhar, portanto, não tem direito ao benefício da Previdência. Ela pode ter um problema cardíaco, mas se esse problema não a impede de trabalhar, ela não vai receber o benefício. A incapacidade laborativa é que norteia a concessão do benefício. A avaliação da situação do trabalhador, se ele está incapaz ou não. se essa incapacidade é temporária ou se é permanente, cabe à perícia médica. Esse é um dado técnico que só os médicos podem avaliar. Então, há a necessidade natural de se passar pela perícia médica.

Eu aproveito a oportunidade para me despedir de vocês, parabenizando-os, mais uma vez, pelo evento. Obrigado.

Coordenadora: Passo a palavra aos representantes do Ministério da Fazenda porque há questões relacionadas com o seu Ministério.

Gilson Bittencourt – Ministério da Fazenda: Já no final deste debate nós tentamos falar de uma forma geral, mas produção de vocês, nesses dois ou três dias de encontro, é muito maior do que, enquanto membros do governo, nós estamos respondendo, seja pelo tempo, seja pela complexidade de determinadas questões. Então, é importante ficar claro que nós esperamos receber o documento final com todas essas propostas e cada um de nós vai levar isso para os Grupos de Trabalho que cada um participa, ou para a sua Secretaria, ou para o seu Ministério e vamos avaliar com muito mais tranquilidade e muito mais calma. Então, não vamos achar que a posição do governo sobre o que vocês levantaram é simplesmente o que a gente respondeu aqui. Eu acho que vocês produziram muito mais. Esta foi uma Mesa de apenas duas horas e é o início, ou uma continuidade, digamos assim, desse diálogo entre vocês e o governo. Essa conversa que estamos aqui não dá tempo, nem condições, de se aprofundar cada um dos temas que foram levantados.

Foram levantadas aqui três questões importantes. A questão do ICMS do mel é porque é um imposto para o mercado interno. É por isso que não é cobrado da exportação. Algumas cooperativas criaram um sistema nacional de cooperativas de crédito, que já está envolvendo sete ou oito cooperativas, que fizeram um pleito em relação a crédito rural. Praticamente, todas elas vão ser atendidas, senão na totalidade da demanda, mas está sendo atendida uma parte importante da demanda, seja através do Banco do Brasil, ou do BNDES. Portanto, nós estamos atendendo sim às demandas das cooperativas. No caso das cooperativas do meio urbano, nós estamos avançando numa negociação com o BNDES para que ele possa operar com o crédito, através de Centrais de Cooperativas, e não com cooperativas isoladas, seja no caso do crédito rural ou urbano, facilitando, assim, o acesso aos empreendedores. Se as cooperativas de empreendedores estiverem filiadas às próprias cooperativas de crédito, mais fácil será para acessar o crédito. Daí, a importância da constituição dessas Cooperativas de Crédito ou Banco do Povo.

Por fim, em relação à criação de uma linha específica do PRONAF para o meio urbano, eu acho que essa tende a ser uma tendência, mas não necessariamente para empreendimentos solidários. O PRONAF JOVEM, o PRONAF Mulher, já sofreram mudanças este ano com uma destinação específica de recursos. Não começamos a operar ainda por dois motivos. Primeiro, porque está sendo fechado o convênio entre o governo e o Banco do Brasil para poder operar com os recursos do orçamento. Então, não começou a operar mesmo. A expectativa é que comece agora. Inclusive, estamos discutindo como é que o governo vai assumir parte do risco porque, se o governo não assumir parte do risco, a instituição não libera lá na ponta. Então, nós estamos sabendo disso e estamos buscando alternativas. Acredito que, quanto mais organizados vocês estiverem, quanto mais estruturas de apoio técnico e financeiro vocês tiverem, mais fácil será de constituir linhas específicas de crédito para o meio urbano. No caso do meio rural, temos o PRONAF. Ele não é uma concessão do governo. Ele foi uma conquista dos agricultores, através das suas organizações, não só neste governo, mas que já vem de governos anteriores, pela organização de vocês. Eu acho que no meio urbano, especificamente nesse aspecto, nós precisamos avançar nesse tipo de organização, não só na organização da produção, mas também através de instituições econômicas para que a gente possa fazer esse link e ter linhas específicas. Talvez, não com o mesmo subsídio que você tem no caso do meio rural, até porque, o meio rural é mais subsidiado, em função das suas características maiores de risco. Quando se pensa em fortalecer um projeto, capital de giro, uma linha de microcrédito, o problema central hoje não é a taxa de juros. O problema central é o acesso e é isso que a gente está tentando facilitar. O grande desafio que o governo tem colocado muito claro, nas suas discussões e nas suas tentativas de implementação de políticas é realmente destravar isso e fazer com que o recurso chegue até vocês.

Muito obrigado pela participação. Estou à disposição de vocês no Ministério da Fazenda. Novamente, parabéns a vocês e ao Ministério do Trabalho pela organização deste evento. Muito obrigado.

Coordenador: O Fábio da Caixa Econômica também quer fazer uso da palavra.

Fábio Santos Pereira – Caixa Econômica Federal: Eu só queria voltar um pouco ao início da minha fala. A Caixa Econômica participa deste evento disposta a ouvir as reivindicações de vocês. Por isso, nós nos colocamos à disposição. Inicialmente, eu falei que nós estávamos dispostos a ouvir as provocações, mas, no sentido de que a Caixa Econômica está disposta a ouvir as reivindicações de vocês e sentar e ver o que a Caixa, enquanto um banco de governo, pode fazer para facilitar o acesso ao crédito. Muito obrigado.

Coordenadora: Eu não sei se algum outro membro da Mesa quer falar.

José Marcelo de Sousa – Banco Popular do Brasil: Eu queria só agradecer pelo convite e dizer que a nossa participação foi muito importante. Quero reforçar que nós estamos com um quiosque ali fora. Quem quiser abrir uma conta pode fazê-lo. Quem quiser conhecer mais como é o Banco Popular, os nossos companheiros estão ali para prestar todos os esclarecimentos. Foi um prazer estar aqui com vocês e eu tenho certeza absoluta que o Banco Popular e os empreendimentos solidários vão caminhar juntos por muitas gerações. Obrigado.

Coordenadora: Em primeiro lugar, eu queria justificar a saída de alguns componentes da Mesa. O Prof. Singer tinha um compromisso em São Paulo, agendado há muito tempo. Nós tivemos uma mudança deste I Encontro e foi impossível ele permanecer aqui, em função disso. Da mesma maneira, o Humberto faz 20 anos de casado hoje. O Ricardo Cifuentes tinha um compromisso e, inclusive, deixou a página da internet em que vocês conseguem as respostas às questões relativas ao Primeiro Emprego. As questões que foram encaminhadas à Mesa, inclusive ao Prof. Paul Singer, serão encaminhadas aos participantes e depois devolvidas.

Eu queria agradecer a todas e todos da Plenária. Acho que este é um processo em andamento. No ano passado, a Plenária tinha menos da metade da população aqui presente. Acho que nós temos que aprender a fazer isso coletivamente. Acho que o governo, ao vir aqui participar deste diálogo, obedecendo à proposta feita pela Comissão Organizadora. As Mesas deste evento foram pautadas pela representação de vocês e todas as áreas de governo com as quais eu falei responderam ao nosso convite. Então, eu quero agradecer imensamente a cada um de vocês. Eu acho que isso revela uma marca deste governo, que é o diálogo. A SENAES foi criada num processo do movimento trazido por vocês e nós achamos que estamos cumprindo o papel que vocês nos confiaram, mas que, sem dúvida, é o papel de todos nós. Uma outra economia acontece e uma outra sociedade é possível desde já. Muito obrigado. Parabéns a todos e todas.

I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENHIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Brasília, 15 de agosto de 2004

SISTEMATIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Coordenadora: Nós vamos iniciar a última parte deste nosso I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. É uma parte muito importante porque nós vamos retomar, a partir de tudo o que nós discutimos estes dias e olhar para dentro das nossas ações, para dentro dos nossos empreendimentos, o que é que podemos fortalecer daqui para frente.

Nesta primeira parte, nós gostaríamos de partilhar com todos vocês o que nós vamos fazer. Agora, nós vamos ter um informe sobre o Fórum Social Mundial. Depois, a SENAES vai apresentar rapidamente como está sendo feito todo o processo do mapeamento dos empreendimentos da economia solidária no Brasil. Depois disso, vamos dividir em grupos, por ramo de atividade, e discutir a questão de como vamos nos fortalecer, a partir deste I Encontro, dentro das nossas ações. A retomada na Plenária não vai ser em forma de relatório. Vai ser uma retomada bem legal que a gente vai explicar na hora em que apresentarmos a dinâmica do trabalho de grupo. Vamos tentar aproveitar, o máximo possível, essa parte final do encontro.

Gostaria de chamar agora a Rose, da FASE. Em nome do Fórum Nacional Brasileiro, ela vai dar um informe de como está sendo encaminhada a questão do Fórum Social Mundial.

Representante da FASE: Primeiro, eu queria cumprimentar quem daqui sabe o que é o Fórum Social Mundial. Eu acho que pouca gente sabe o que é o Fórum Social Mundial, então, eu vou perder um tempinho explicando o que é o processo do Fórum Social Mundial. O Fórum Social Mundial é um encontro internacional, que a gente vem fazendo desde 2001. É o Encontro do Movimento Altermundialista. É um movimento por "outro mundo possível". São aqueles que estão combatendo os aspectos espúrios dessa globalização capitalista.

Esses movimentos sociais da sociedade civil vêm se encontrando anualmente em Porto Alegre para fazer um contraponto ao grande encontro econômico dos grandes países desenvolvidos, dos países capitalistas, que acontece em Davos. Desde 2001, a gente vem construindo isso com a sociedade civil internacional e com os movimentos sociais de vários matizes – Movimento de Mulheres, Movimento Negro, Movimento pela Paz, Movimento Anti-Guerra.

Desde o I Fórum, a economia solidária vem tentando ocupar um espaço temático dentro do Fórum Social Mundial. Hoje, a gente já está num momento em que a economia solidária é reconhecida pelo Comitê Organizador. O Fórum Social Mundial já se transformou num dos principais encontros antiglobalização. O V Fórum Social Mundial acontece em Porto Alegre, outra vez. Porto Alegre vem sendo a capital do Brasil que, lá fora, é reconhecida por todo o movimento autogestionário, por todas as instituições caracterizadas pelo orçamento participativo e por uma série de iniciativas, como a capital que dá condições de reunir esses movimentos de esquerda, esses movimentos sociais que querem combater essa globalização.

No Fórum Social Mundial de 2005, além de ter eventos, seminários e oficinas de economia solidária, a gente tem um desafio e uma oportunidade que a gente está negociando com o Comitê Organizador. No próximo ano, além das nossas atividades de debate, nós vamos ter a oportunidade de gerir a parte operacional e organizativa de todo o Fórum Social Mundial, não só do bloco da economia solidária. Isso significa a gente ter possibilidade de trabalhar, não só a confecção das bolsas do material do kit, como a gente vinha fazendo nos últimos anos, mas também gerir toda a parte de alimentação, de transporte, hospedagem etc. Onde houver segmento da economia solidária organizada, e com capacidade de oferecer esse serviço, vai ser dada prioridade pelo Comitê Organizador do Fórum Social Mundial. Isso significa que, no ano que vem, nós esperamos que venham a Porto Alegre, de 26 a 31 de janeiro, mais de 150.000 pessoas do mundo inteiro, onde a economia solidária vai deixar visível que a gente já está fazendo um outro mundo. Devido à responsabilidade e à oportunidade que os trabalhadores da economia solidária terão na forma de gerir esse Fórum, nós estamos organizando um grupo em operacional em Porto Alegre. Tem um escritório do GP-ECOSOL do Fórum Social Mundial que vai organizar as demandas da Organização do Fórum e as ofertas dos empreendimentos de economia solidária do Brasil todo, tentando fazer esse casamento entre as ofertas e as demandas. Foi distribuído aqui um folder explicativo sobre esse processo e tem o endereço de uma lista eletrônica, para aqueles que acessam a internet, para entrar num debate e oferecer contribuições para essa organização. A lista é

gpecopopsolforumsocialmundial2005@listas.ritz.org.br. Quem não tiver internet não devem ficar preocupados porque a intenção é que o debate seja centralizado nos Núcleos de Organização dos Fóruns Regionais. Essas demandas e essa organização de representação nacional vão ser levadas para os fóruns estaduais. Onde houver fórum, onde houver núcleo da organização da economia solidária, a idéia é fazer uma ponte entre o comitê gaúcho e o resto do Brasil para fazer esse casamento. Já estão sendo feitas articulações que o mapeamento seja feito, inclusive, com o apoio da SENAES, antecipando o mapeamento nacional pelo sul, pela proximidade, em relação à questão da alimentação e transporte. Mas a gente tem a expectativa de que todo o Brasil participe dessas demandas de maneira que possa contribuir e participar efetivamente dos debates que vêm acontecendo no Fórum Social Mundial.

Desta vez, nós vamos estar nos encontrando, não só com os empreendedores da economia solidária do Brasil, mas também com os companheiros, trabalhadores e intelectuais que trabalham na construção da economia solidária a nível mundial. Então, é um momento muito rico, tanto para a construção do projeto de política economia solidária, como para mostrar que, efetivamente, a gente consegue dar conta de trabalhar de uma forma mais ecológica, sem produtos transgênicos, combatendo as transnacionais, utilizando produtos e sucos naturais etc. Há uma série de possibilidades que envolvem, tanto a questão do gerenciamento dos serviços e produtos, mas também de conseguirmos encontrar com os nossos parceiros latino-americanos e construir, na prática, as redes altermundialistas de economia solidária. Obrigado.

Coordenadora: Vamos passar agora ao segundo ponto que é a apresentação da SENAES sobre a dinâmica do mapeamento que estão sendo feito dos empreendimentos de economia solidária em nível nacional.

Representante da SENAES: Bom dia a todos. Hoje, nós queremos passar para vocês algumas informações sobre um esforço que a SENAES está fazendo, juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para realizarmos o mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária. Ontem, na Plenária, foi levantada essa questão do mapeamento. Já estamos fazendo um esforço para que possamos ter informações de todos os empreendimentos de economia solidária que existem no Brasil. É uma tarefa muito difícil. Para isso, nós precisamos contar com o apoio e a ajuda de todos os empreendimentos e todas as entidades que estão apoiando os empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Para fazer este mapeamento, nós estamos utilizando várias estratégias. Uma delas é esse encontro aqui. Todos vocês preencheram uma ficha de inscrição com informações sobre os empreendimentos. Vamos organizar tudo isso para termos informações de todos os empreendimentos que estiveram aqui no encontro. Está tudo no computador. Depois, a gente organiza e passa para vocês nos estados. Só que vocês não são toda a economia solidária que existe no Brasil. Nós estamos estimando que temos mais de 20.000 empreendimentos de economia solidária no Brasil. Nós queremos informações de todos esses empreendimentos – empreendimentos de produção, comercialização, clubes de troca etc. – para que a gente possa dimensionar o que existe de economia solidária. Para isso, precisamos da ajuda de todos. Nós estamos com o apoio das Delegacias Regionais do Trabalho, dos Fóruns Estaduais e as Comissões Estaduais que estão organizando o Fórum Estadual de Economia Solidária, com as entidades de apoio e agora queremos a participação efetiva de todos vocês, motivando os outros empreendimentos a participarem desse esforço para que a gente possa ter essas informações da economia solidária.

Para isso, nós estamos organizando equipes nos estados que vão fazer esse levantamento. Nós estamos disponibilizando na internet, para quem tem acesso, todas as informações e a forma de cadastramento. Basta entrar lá na internet e digitar as informações do seu empreendimento. Depois, alguém vai visitar vocês para pegar mais informações. Nós queremos que, nos encontros estaduais e nas feiras, as pessoas forneçam informações sobre os empreendimentos e alguém organize isto para depois passar para a equipe do estado que está colocando tudo isso no computador para a gente ter esse mapeamento da economia solidária e um sistema com informações de todos os empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Nós também estamos querendo contar com a colaboração de todos vocês para nós espalharmos pelo Brasil toda uma campanha nacional da economia solidária. Vão ser distribuídos milhares de cartazes e folders. Nós também fizemos um programa de rádio de 30 segundos, que vamos

apresentar agora para vocês. Nós vamos veicular esses programas nos estados. Nós queremos que vocês façam contato com as rádios dos seus estados para que a gente possa inserir essa informação da economia solidária na programação das rádios locais. Então, as equipes estaduais também vão ter o programa de rádio que pode ser distribuído no Brasil todo, para os radialistas, rádio comunitárias etc. Então, nós estamos fazendo o mapeamento nacional, junto com todos vocês e com as equipes estaduais. Nós queremos o apoio de todos para que possamos fortalecer a visibilidade da economia solidária.

Nós queremos que vocês levem o material nos ônibus para fazerem a distribuição. Nós temos aqui ônibus de todo o Brasil, então, o material vai chegar em todos os rincões do país. Para isso, eu estou pedindo que uma pessoa de cada estado, depois do trabalho dos grupos, vá à Secretaria, no credenciamento, para pegar o material do seu estado e já fazer a distribuição nos ônibus e se responsabilizar pela distribuição dos cartazes e dos folders no seu estado. O material já está todo organizado por estado. Temos que espalhar esse material em tudo quanto é canto para que as pessoas saibam que existe a economia solidária e para que possamos mostrar os empreendimentos da economia solidária.

Agora, nós vamos ouvir o programa da rádio. É um trabalhador que está dizendo que faz economia solidária e convida os outros também a participarem desse movimento da economia solidária. ... (Veiculação de Programa de Rádio) ... É um programa de utilidade pública, que está falando de vocês, que são empreendedores de economia solidária, e está dizendo que o governo está apoiando essa idéia. Portanto, busquem se organizar e se mostrar para que todo mundo possa se reconhecer. Estamos contando com o apoio de todo mundo na nossa campanha. Vamos em frente no nosso encontro.

Coordenadora: Vamos agora aos trabalhos de grupos. Depois dos grupos, nós vamos fazer o encerramento aqui bem bonito, almoçarmos e partirmos. O tema do trabalho de grupos é: "Como nos fortalecer nos empreendimentos, estimulando o desenvolvimento de redes nos ramos de atividade?". Levando em conta todas essas discussões que nós fizemos neste dia, vamos ter um momento de troca das experiências, vendo como é que a matéria-prima de um pode estar ajudando o outro etc. Está na hora de os empreendimentos de qualquer parte do país possam estar ajudando os empreendimentos de outros lugares. É um momento de troca em que vamos fechando essa dinâmica.

Vamos fazer agora a distribuição dos grupos: Foi criada mais uma sala para o Grupo de Artesanato. Então, vão ser três subgrupos de artesanato que vão ficar lá no credenciamento. Quem vai estar facilitando o trabalho é a Iara do Rio Grande do Sul e a Ana da Cáritas. A Patrícia, de Minas Gerais, vai ajudar na relatoria. O Grupo de Agricultura e Alimentação vai ficar aqui na Plenária. Nós estamos sugerindo que se subdividam no máximo de subgrupos que vocês acharem necessário para estarem conversando. Então, se acharem importante dividir o Grupo de Agricultura e Alimentação, vocês dividam. O importante é que este seja um bom momento de discussão das experiências que temos. O Grupo de Metalurgia e Mineração vai ficar nesta sala aqui atrás do palco. O Grupo de Manejo Florestal Sustentável vai ficar no corredor, perto do bar, em frente à piscina. O Grupo de Habitação e Construção Civil vai ficar no Bar da Choupana, no caminho para o Salão da Peteca. Vocês estão acompanhando no telão quem são os facilitadores de cada um dos grupos. O Grupo do Vestuário e Têxteis vai ficar no Salão da Peteca, após a Exposição da Feira. Vão ser dois grupos, com a possibilidade de três porque tem uma sala vazia. O Grupo de Prestação de Serviços vai ficar no Salão de Peteca, após a Exposição da Feira. O Grupo de Couro e Calçados vai ficar no Salão da Patinação. O Grupo de Limpeza, Higiene e Beleza vai ficar no Salão da Patinação também. O Grupo de Reciclagem terá dois espaços no Salão de Patinação, após o Salão da Peteca. Lá vocês decidem se querem dividir o Grupo dos Catadores do Grupo da Reciclagem. Vocês devem ver qual é a melhor dinâmica para estarem fazendo essa discussão. O Grupo de Assessoria e Movimentos vai ficar no Salão da Patinação, na sala 17. O Grupo da Pecuária vai ficar na sala próxima ao Refeitório. O Grupo de Saúde e Fitoterápicos vai ficar na Sala de Alfabetização, a sala 19. O Grupo de Apicultura vai ficar em uma outra sala na lateral do Refeitório. O Grupo de Pesca vai ficar após a piscina, na beira do lago. O Grupo de Crédito vai ficar no Refeitório.

Nós queremos pedir que todos os facilitadores que estão ali na relação venham aqui para pegar as orientações de como vai ser a discussão. Nós vamos ficar nos trabalhos de grupo até às

11:30 horas. Depois, vamos vir para cá. No trabalho do grupo, vocês devem escolher um produto que represente o segmento que vai servir para nós fazermos o encerramento final.

PLENÁRIA FINAL

Coordenadora: Eu tenho um dado novo que acho que é muito importante passar para vocês. Participaram deste I Encontro, 385 associações, 216 cooperativas, 41 empreendimentos, 141 grupos informais, 8 empresas de autogestionárias, 118 entidades de assessoria, 83 instituições governamentais, 38 sindicatos, 15 universidades e 31 empreendimentos que não estão dentro desta listagem. No total, foram 1631 participantes que vieram representando empreendimentos. Ao todo, participaram deste I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, nesses três dias, 1940 pessoas.

Nós não vamos almoçar antes do Encerramento. Daí, a gente vai para o almoço, abraça todo mundo, faz as despedidas, vai visitar Brasília. O importante agora é todo mundo ficar aqui para a gente fazer esse encerramento coletivo. Vamos ver se está todo mundo aqui: Amazonas está aqui? O Grupo do Amazonas não está aqui. Acre? Muito bem. O Grupo do Tocantins está aqui? Pará? Sergipe? Pernambuco? Ceará? Maranhão? Piauí? Alagoas? Mato Grosso do Sul? Mato Grosso? Goiás? Rio de Janeiro? Minas Gerais? São Paulo? Pessoal, está faltando muita gente. Vamos vindo para cá. Nós estamos vendo quais são os estados que não estão aqui porque nós queremos que todo mundo venha para cá para o encerramento. O pessoal do Paraná está aí? Santa Catarina? Rio Grande do Sul? Espírito Santo? Rondônia? Bahia? Rio Grande do Norte está aqui? Vamos vindo todo mundo para cá. Nós temos aqui representantes do Brasil inteiro. Nós podemos voltar para os nossos estados e dizer que encontramos pessoas do Brasil inteiro.

Esse momento é muito importante porque, além de sermos empreendimentos de economia solidária, somos representativos do Brasil inteiro e atuamos em quase todos os ramos de atividade. Essa é uma expressão que tem que ser respeitada e tem que ser valorizada. Cada um de nós está representando um pedacinho deste Brasil e um pouquinho dos empreendimentos que não puderam estar aqui.

Eu queria que vocês fizessem um minuto de silêncio porque nós vamos ler uma carta aqui endereçada ao Presidente Lula, que vai ficar à disposição de vocês. Nós não vamos discutir a carta. Quem concordar assina a carta e quem não concordar não assina e nós vamos encaminhá-la ao Presidente. Essa carta foi feita por uma comissão de participantes que pediu que nós a lêssemos aqui. Vou ler para vocês:

Companheiro Presidente Lula,

Em carta enviada ao seu nome ao I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, o senhor fez menção à importância do Movimento da Economia Solidária no Brasil para fortalecer as práticas associativas que diminuem a exclusão e a desigualdade social existente no nosso país e à relevância deste Encontro na busca de alternativas possíveis para a construção de uma outra economia, incluyente e solidária.

Por se tratar de um acontecimento de grande relevância, nos causa grande estranheza, indignação e frustração o seu não comparecimento ao mesmo, não permitindo o estreitamento dos laços de solidariedade que sempre nortearam as nossas lutas nos movimentos populares e que muito contribuíram para a sua chegada ao poder.

O nosso constrangimento pela forma da revista pela qual passamos, nos reportou a um passado de repressão que o Companheiro Lula tão bem conheceu, na época da Ditadura Militar, e que tanto repudiou. Queremos crer que o Companheiro jamais compactuaria com essas práticas, sendo um governo oriundo e eleito pela massa popular.

Companheiro,

Pensar economia solidária é compartilhar com a gestão de governo, auxiliada pelo trabalho e pelo suor do cidadão trabalhador deste grande Brasil, representado neste Encontro por todos os Estados da Federação.

Com a clareza de que temos consciência da importância do seu governo para o povo brasileiro, confiamos que o Companheiro não irá medir esforços e cuidados para não se repetir o fato por todos nós abominado.

Saudações solidárias,

Esta é a carta. Quem quiser, poderá estar assinando. Tem uma outra proposta. Se todo mundo concorda com a carta, nós não vamos assinar e vamos entregá-la em nome do Encontro. Vamos ver pela votação se ela é consensual. Quem concorda que esta carta seja encaminhada ao Presidente da República em nome do Encontro? Muito bem. Por aclamação, esta carta sai como um documento deste Encontro e vai ser encaminhada ao Presidente, sem necessidade de assinatura. Ela também fará parte do Relatório do Encontro.

Agora, nós vamos começar a Cerimônia de Encerramento deste I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, de uma forma que nos dê muita força para que a gente volte mais empolgado ainda para o nosso II Encontro. Então, vamos fazer o encerramento deste grande momento que a gente viveu. Na avaliação, é importante expressar o que a gente gostou, o que foi bom, o que não foi. Mas, em nome da Comissão dos Empreendimentos, ele teve a nossa cara. Muitas coisas podem não ter sido tão boas, mas este Encontro foi um aprendizado para nós. Nós sofremos uma angústia muito grande nesses dias porque somos muitos e as dificuldades também são muitas. O fato de este Encontro ter acontecido é uma grande vitória. Realmente, fizemos um grande mutirão para conseguirmos realizar este Encontro. E houve o esforço individual de cada um para estar aqui. Agora, temos a volta e essa volta tem que ser com muita força e muito ânimo. É por isso que nós vamos fazer este Encerramento com toda a empolgação possível.

Vocês vão levar os relatórios das discussões desses dois dias. O Relatório Final vai para os Fóruns Estaduais e eles vão repassar para cada um o Relatório Final do Encontro. Vamos começar a nossa Cerimônia de Encerramento.

Representante da Delegação do Amazonas: Eu sou da Delegação do Amazonas e o nosso empreendimento é com o "Turismo Solidário". Essa foto que está no painel representa o nascer do sol sobre o encontro das águas do Rio Solimões e o Rio Negro. A nossa comunidade está localizada em frente ao encontro das águas. Eu queria deixar essa foto como o símbolo do nascer de um novo dia de uma economia solidária. Muito obrigado.

(Ato Cultural de Encerramento do Evento)